

**Universidade Federal Fluminense - UFF  
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia  
Programa de Pós-graduação em História Social**

***JORGE JOSÉ DE MELO***

**Boilesen, um empresário da ditadura: a questão do apoio do  
empresariado paulista à Oban/Operação Bandeirantes, 1969-1971**

**Niterói, RJ, Brasil  
2012**

***JORGE JOSÉ DE MELO***

**Boilesen, um empresário da ditadura: a questão do apoio do  
empresariado paulista à Oban/Operação Bandeirantes, 1969-1971**

**Dissertação apresentada ao Curso  
de Mestrado do Programa de Pós-  
graduação em História Social da  
Universidade Federal Fluminense  
como requisito parcial à obtenção  
do grau de Mestre. Setor de  
História Contemporânea, linha de  
pesquisa Cultura e Sociedade.**

**Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> DENISE ROLLEMBERG CRUZ**

**Niterói  
2012**

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

M528 Melo, Jorge José de.

Boilesen, um empresário da ditadura: a questão do apoio do empresariado paulista à Oban/Operação Bandeirantes, 1969-1971 / Jorge José de Melo. – 2012.

138 f.

Orientador: Denise Rollemberg Cruz.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

Bibliografia: f. 129-138.

1. Ditadura militar; Brasil, 1964-1979. 2. Repressão militar; Brasil. 3. Empresário; aspecto político. I. Cruz, Denise Rollemberg.  
II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 981.063

JORGE JOSÉ DE MELO

Boilesen, um empresário da ditadura: a questão do apoio do empresariado paulista à Oban/Operação Bandeirantes, 1969-1971

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Setor de História Contemporânea, linha de pesquisa Cultura e Sociedade.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> DENISE ROLLEMBERG CRUZ- Orientadora  
UFF

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> MARIA PAULA NASCIMENTO ARAÚJO - Arguidora  
UFRJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> SAMANTHA VIZ QUADRAT - Arguidora  
UFF

**Niterói  
2012**

A Francisca (*in memorium*) e Benedita, onde tudo começou.

## Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero agradecer a minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Rollemberg, pela confiança, pelo incentivo, desde o primeiro momento; as críticas e sugestões, generosas e elegantes; e pela paciência com um orientando com muitos compromissos profissionais.

À Kátia Krause. Sem ela, esse trabalho não teria sido possível.

A Chaim Litewsky, amigo-irmão, que me presenteou com o tema e os arquivos do filme *Cidadão Boilesen*.

Aos Asbeg, José Carlos e Pedro, cada um a seu modo deu uma importante colaboração para este trabalho.

Ao João Alegria que me ofereceu as facilidades necessárias para que pudesse dar conta das exigências acadêmicas.

Aos meus irmãos, sobrinhos, e ao Jornalismo da TV Futura, pela torcida.

Às professoras Maria Paula Nascimento Araújo e Samantha Viz Quadrat a participação na Banca de Qualificação. As críticas e sugestões foram fundamentais.

Aos professores Carlos Fico (UFRJ), Gladys Sabina Ribeiro (UFF) e Celso Castro, (CPDOC-FGV), as aulas impecáveis.

Aos funcionários da secretária da Pós-Graduação em História da UFF, sempre solícitos e pacientes com alguém que estava sempre correndo como *um malabarista chinês*.

A Jeniffer e Davi, o nosso futuro.

## RESUMO

A Oban – Operação Bandeirantes, criada em São Paulo, em 1969, foi um laboratório para o aparelho repressivo, a partir da colaboração de empresários paulistas com o Exército brasileiro, e serviu de modelo depois ao DOI-CODI. A unir os dois órgãos, a prática da tortura que produziu mortos e desaparecidos. O apoio financeiro de empresários paulistas teve em Henning Albert Boilesen, executivo dinamarquês naturalizado brasileiro, morto no dia 15 de abril de 1971, por um comando formado por duas organizações guerrilheiras, o símbolo dessa colaboração. Este trabalho discute esse apoio e a conexão entre projetos políticos, repressão às organizações de esquerda e a aliança entre empresários e a ditadura civil militar brasileira.

**Palavras-chave:** Ditadura civil militar, Oban, Operação Bandeirantes, Repressão, Empresários paulistas, colaboracionismo.

## ABSTRACT

The Oban – *Operation Bandeirantes* was a laboratory for the repressive apparatus, created in Sao Paulo, from the collaboration Sao Paulo's businessmen with the Brazilian Army, in 1969, and became later in the DOI-CODI. The connection between these two institutions produced torture, dead and missing persons. Henning Albert Boilesen became a symbol of that cooperation and was killed on April 15, 1971 by a command formed by two guerrilla organizations. This work discusses such financial support of entrepreneurs, the connection between political projects, the suppression of left organisations and the alliance between entrepreneurs and the Brazilian civil-military dictatorship.

**Keywords:** Civil-military Dictatorship, Oban, *Operação Bandeirantes*, Repression, Sao Paulo's entrepreneurs.

*Qual o sentido da coerência?  
Dizem que é prudente observar a História sem sofrer.  
Até que um dia pela coincidência,  
As massas tomem o poder...  
Ando nas ruas e vejo o povo fraco, abatido,  
Este povo não pode acreditar em nenhum partido  
Este povo cuja tristeza apodreceu o sangue  
Precisa da morte mais do que se pode supor.  
O sangue que em meu irmão estimula a dor,  
O sentimento do nada que faz nascer o amor,  
A morte enquanto fé e não como temor.*

(Paulo, em *Terra em Transe*, de Glauber Rocha.  
In: SENNA, Orlando (Org.). *Glauber Rocha-  
Roteiros do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro:  
Embrafilme/Alhambra, 1985. p.312)

## LISTA DE SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AERP	Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República
AI-5	Ato Institucional nº 5, de 13/12/1968
ALN	Ação Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
Arena	Aliança Renovadora Nacional
ASSOCIGÁS	Associação Brasileira de Distribuidores de Gás Liquefeito de Petróleo
CAMDE	Campanha da Mulher pela Democracia
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CIE	Centro de Informação do Exército
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
Colina	Comandos de Libertação Nacional
DCCP	Delegacia de Crimes Contra o Patrimônio
DEIC	Departamento Estadual de Investigações Criminais
DI-GB	Dissidência Estudantil da Guanabara
DOI	Destacamento de Operações de Informação
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DPF	Departamento de Polícia Federal
EM	Esquadrão da Morte
ESG	Escola Superior de Guerra
FAC	Frente Anti-Comunista
FBI	<i>Federal Bureau of Investigation</i>
FELA	Frente Estudantil Pela Luta Armada
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FNLN	Frente Armada de Libertação Nacional
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
MAC	Movimento Anti-Comunista
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MR8	Movimento Revolucionário Oito de Outubro
MRT	Movimento Revolucionário Tiradentes
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
Oban	Operação Bandeirantes
OLAS	Organização Latino-Americana de Solidariedade
ONU	Organização das Nações Unidas
Opep	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB	Partido Comunista do Brasil

PIB	Produto Interno Bruto
PM	Polícia Militar
PSD	Partido Social Democrata
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
TFP	Tradição Família e Propriedade
UEE	União Estadual de Estudantes de São Paulo
UDN	União Democrática Nacional
ULTRAGAZ	Empresa de gás do Grupo Ultra
UNE	União Nacional dos Estudantes
USP	Universidade de São Paulo
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	12
O Tema	12
O Caminho	15
<b>Capítulo 1. O ovo da serpente</b>	19
1.1. Da colaboração	19
1.2. Da resistência e do apoio	25
1.3. Da comunicação	29
1.3.1 Da propaganda	31
1.4. Do autoritarismo latente	34
1.4.1 Dos ecos de 1932	36
<b>Capítulo 2. O cidadão Boilesen</b>	39
2.1. O complexo Boilesen	39
2.1. Construindo um personagem	46
<b>Capítulo 3. A Máquina</b>	76
3.1. A Oban	76
3.2. O DOI	83
3.3. O Esquadrão da Morte	85
<b>Capítulo 4. Os atores da trama</b>	89
4.1. Cultura política e autoritarismo	89
4.2. Ligações perigosas	101
4.3. A transição	110
4.4. O funeral de um herói	116
<b>Considerações Finais</b>	122
<b>Referências Bibliográficas</b>	129
<b>Referências Eletrônicas</b>	134
<b>Referências de Fontes</b>	136

## Introdução

### O Tema

No fim de 2004 fui convocado por um amigo de infância, Chaim Litewsky, funcionário da ONU – Organização das Nações Unidas - e cineasta por vocação, a ajudá-lo a *botar de pé* um sonho de muitos anos, um documentário sobre Henning Albert Boilesen, dinamarquês de origem, brasileiro por adoção e opção. Boilesen fez uma excepcional carreira profissional em 32 anos de Brasil, indo de contador da fábrica de pneus Pirelli a presidente da Ultragas, a maior distribuidora de gás de cozinha do país e mais importante das empresas do Grupo Ultra nas décadas de 1960 e 1970.

Boilesen era um homem preocupado com os jovens, bem humorado, expansivo, trabalhador incansável e inteligente. *Bon vivant*, sedutor e mulherengo, um admirador das mulatas brasileiras. Era também anticomunista ferrenho, explosivo e ambicioso. No dia 15 de abril de 1971, Henning Albert Boilesen foi vítima de um atentado. Um comando formado por militantes de duas organizações da luta armada o executou com rajadas de metralhadora, à luz do dia, num bairro nobre de São Paulo.

Para os que o conheciam apenas das festas, recepções, eventos políticos ou empresariais, notas nas colunas sociais e reportagens de economia, foi um choque agravado pela informação de que contribuía financeiramente com a Oban - Operação Bandeirantes, com dinheiro, empréstimo de veículos e uniformes para compor os disfarces dos agentes policiais. Informações que até aquele momento estavam restritas a um pequeno número de pessoas, ligadas a ele e aos órgãos de segurança.

A Oban foi o embrião do DOI - Destacamento de Operações de Informação, ligado ao CODI- Centro de Operações de Defesa Interna, ou DOI-CODI, como ficou conhecido, embora o correto seja o contrário, CODI-DOI. Essa estrutura foi encarregada de combater a *subversão* e o *terrorismo* contra o regime militar brasileiro e utilizou a tortura como principal técnica de interrogatório.

À medida que aprofundava a pesquisa e realizava as entrevistas, fui compondo um personagem muito mais rico e complexo do que a designação de *colaborador justificado pela guerrilha*. E mais do que isso, confirmei o que era voz corrente: Boilesen não estava só, não era um caso isolado. Todas as evidências mostram que havia muitos ao seu lado. Mas foi essa imagem do *burguês colaborador e reacionário*, articulada principalmente pelas organizações

de esquerda, o elemento central da memória construída sobre o executivo, ou seja, *o empresário da ditadura*.

Nessa rede de colaboração, Boilesen talvez nem fosse o mais importante. Sua escolha como alvo de uma ação revolucionária e sua morte de forma violenta acabaram por confirmar e consagrar todas as suspeitas que recaíam sobre ele, provavelmente superdimensionando sua participação. A ação, as rajadas de metralhadora, o tiro de misericórdia e a brutalidade quase ritual seriam interpretadas como as provas definitivas do comprometimento do executivo, da sua ação como financiador, torturador, agente da CIA - *Central Intelligence Agency*, o serviço secreto estadunidense.

Ao contrário da versão que se consolidou, Boilesen não era empresário mas um executivo bem remunerado e bem sucedido. Com relação à Oban, talvez não fosse nem o mais ativo nem o mais importante na teia de relações que compunha o esquema de colaboração. Provavelmente o mais exposto, o mais ostensivo, o mais vaidoso das boas relações com os militares ou com os órgãos de repressão, que eram naquele momento fração importante do poder.

Mais de 40 anos depois do atentado, o ex-militante da ALN - Ação Libertadora Nacional<sup>1</sup>, Rafael de Falco Neto, tem dúvidas sobre uma questão fundamental para a decisão de executar Boilesen<sup>2</sup>. Segundo ele, informes originários dos militantes presos na Oban davam conta de que um homem alto, forte e louro, com sotaque estrangeiro, participava de sessões de tortura.<sup>3</sup>

Falco acredita que Boilesen realmente fosse um dos colaboradores da *caixinha* que mantinha a Oban, mas não crê que participasse das sessões de tortura: “eu pessoalmente fiquei lá um tempo, fui torturado e não fui torturado por nenhum estrangeiro”. Falco lembra que em quatro meses de Oban nunca viu Boilesen ou alguém que se encaixasse na descrição dele e nem mesmo comentários ou evidências da presença de estrangeiros nas sessões de tortura.

---

<sup>1</sup> A Ação Libertadora Nacional surgiu de uma dissidência do PCB - Partido Comunista Brasileiro, liderada por Carlos Marighella, em 1967. No entanto, as divergências de Marighella com a direção do PCB, da qual fazia parte, vinham desde 1964. Por suas posições críticas, Marighella foi expulso do partido depois de participar da reunião da OLAS – Organização da Latino-Americana de Solidariedade, em Cuba, em 1967. As bases do PCB em São Paulo, onde atuava Marighella, reagiram à expulsão e um grande número de militantes desligou-se do partido, fundando o Grupamento Comunista de São Paulo, origem da ALN, já com a proposta de luta armada contra a ditadura.

Sobre a ALN, ver: AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Pereira de. *Imagens da Revolução, Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2006.

<sup>2</sup> O nome de Henning Albert Boilesen constava de uma lista de pessoas que deveriam ser justicados, elaborada, segundo os organismos de repressão, por Carlos Lamarca. Da mesma lista constavam Peri Ygel, herdeiro do Grupo Ultra e um dos seus principais executivos, e Sebastião Camargo Corrêa, dono da empreiteira Camargo Corrêa. Os dois também eram acusados pelas esquerdas de colaborar financeiramente com a Oban.

<sup>3</sup> Entrevista de Rafael Falco Neto a Jorge José de Melo e Chaim Litewsky, São Paulo, março de 2003.

O ex-militante recorda ainda que as primeiras informações sobre a presença de um estrangeiro na Oban surgiram entre fins de 1969 e o início de 1970 e indicavam que esse homem teria ligações com o Grupo Ultra, já identificado na época como um dos financiadores da Oban. Ainda segundo Falco, de início a ALN concluiu que esse homem poderia ser Peri Igel, dono do Grupo Ultra, considerado pela esquerda ativo no apoio à ditadura civil militar, tanto que constava de uma lista daqueles que deveriam ser *justiçados*.

Outra questão importante refere-se ao instrumento de tortura conhecido como *pianola Boilesen*, ou seja, um teclado ligado a um fio condutor de energia que quando acionado produziria choques elétricos. Vários depoimentos, livros, artigos e pesquisas identificam a *pianola* como um instrumento inventado por Boilesen. Ou, numa outra versão, como um instrumento de suplício que ele teria trazido do exterior e doado à Oban. No entanto, não foi possível comprovar a existência concreta da *pianola* em sete meses de pesquisa e nas quase 50 entrevistas realizadas<sup>4</sup>.

Essas questões convenceram-me de que o filme cumpria e cumpre um papel importante ao levantar a questão do apoio dos empresários paulistas à montagem de uma estrutura repressiva, mas de forma alguma, e essa não era a pretensão do filme, esgota o tema. Como reconheço que esse trabalho também não o faz. No entanto, a questão me parece crucial para uma compreensão melhor de qual foi a participação da sociedade brasileira no apoio à ditadura civil militar e, mais especificamente, o apoio aos órgãos de repressão política.

Para compor essa dissertação utilizei parte das entrevistas que foram realizadas para o filme *Cidadão Boilesen*, que recebeu o prêmio de melhor documentário de longa metragem do festival *É tudo Verdade*, de 2009, e faz uma bem sucedida carreira em festivais e mostras no exterior. No entanto, ampliei a pesquisa com novas leituras e com o exame de novos documentos. Usei como método comparar o teor das entrevistas com reportagens publicadas em revistas e jornais da época, principalmente o jornal *Folha de São Paulo* e a Revista *Veja*.

Foi uma aula prática sobre Memória constatar como é possível reconstruir o passado a partir de referências do presente. Afinal, como afirma Michael Pollak, a “memória é um fenômeno construído”, ou seja, “os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes, o que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização”<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> As entrevistas utilizadas para a elaboração desta dissertação estão arquivadas digitalmente, e serão doadas ao NEC-Núcleo de Estudos Contemporâneos da UFF- Universidade Federal Fluminense.

<sup>5</sup> POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*, In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992. p.204

O que me mais chamou a atenção durante o trabalho para o filme foi o número de *nãos* que recebemos. Grosso modo, realizamos apenas um terço das entrevistas inicialmente planejadas. A maioria das pessoas procuradas não quis gravar, nem mesmo conversar informalmente. O tema ainda é uma espécie de tabu, principalmente porque muitos dos personagens envolvidos, de um lado e de outro, depois da *abertura*<sup>6</sup> política reconstruíram ou redirecionaram suas carreiras ou mudaram, por convicção ou conveniência, suas concepções políticas. E foi a partir dessa descoberta que entendi porque durante tanto tempo, mesmo me interessando pelos temas luta armada e ditadura civil militar, nada ouvi falar sobre Henning Albert Boilesen, a não ser nas conversas com meu amigo de infância a quem devo esse tema.

## O caminho

A proposta deste trabalho é analisar o financiamento do empresariado paulista à Oban - Operação Bandeirantes, antecessora do DOI, órgão de repressão que de forma eficiente e violenta desmantelou as organizações de esquerda que optaram pela luta armada e desarticulou todos os grupos de esquerda, mesmo aqueles circunscritos ao proselitismo e à atuação pacífica entre 1969 e 1975, auge da repressão política e da ofensiva da Oban - DOI. É bom lembrar que a tarefa da Oban - DOI foi facilitada pelo isolamento político e a falta de apoio popular à luta armada. E que o DOI não deixou de atuar com a *abertura* (1974-1979).

E mesmo nesse período, os métodos que celebrizaram os DOIs, como prisões ilegais, tortura de presos políticos, assassinatos e *desaparecimentos* mantiveram-se. As mortes de Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho, no DOI de São Paulo, em outubro de 1975 e janeiro de 1976, são uma prova, não só da manutenção do poder letal dos DOIs como da herança de violência e ousadia deixada pela Operação Bandeirantes em São Paulo.

Para analisar o apoio dos empresários paulistas à Oban tomo como base a trajetória de Henning Albert Boilesen, presidente da Ultragaz. O período vai de 1969, ano da criação da Oban, a 1971, quando Boilesen foi assassinado, aos 55 anos, por um comando guerrilheiro formado por duas organizações, ALN, acima citada, e MRT - Movimento Revolucionário Tiradentes.

---

<sup>6</sup> Ao assumir a presidência, em 1975, o general Ernesto Geisel prometeu que trabalharia pela redemocratização do país, reduzindo gradualmente a legislação autoritária como o AI-5 e restabelecendo a autonomia dos poderes Legislativo e Judiciário. O processo, que durou até 1985, teve avanços e recuos e consagrou a expressão *lenta, segura e gradual*.

O objetivo deste trabalho é também refletir sobre as razões e as circunstâncias que levaram um grupo de empresários paulistas a ligar-se de maneira tão efetiva ao aparelho repressivo. Existem ainda muitas lacunas e dúvidas sobre as condições em que ocorreu essa colaboração e que certamente demandarão outras pesquisas, já que se trata de tema ainda protegido, inclusive, pela ocultação dos arquivos oficiais. Ainda não são claras questões como o montante das doações, como se organizou a *caixinha* da Oban, quais eram os arrecadadores e os líderes do esquema. Ou sobre quem tomou a iniciativa, se empresários ou militares. E como era a intermediação entre eles, empresários, o II Exército e a Oban e, possivelmente o DOI, a partir de 1970.

É interessante observar que no caso do assassinato de Boilesen, esquerdas e direitas, ex-guerrilheiros e aqueles que defendiam um combate violento e duro à luta armada, se igualam na opção pelo silêncio. Um silêncio que com pesos e significados diferentes serve à mesma causa, ou seja, à reconstrução de trajetórias numa sociedade que retornou ao regime democrático.

A historiadora Denise Rollemberg considera que “o esquecimento era essencial no processo de abertura. Mas não somente para os militares. A sociedade queria esquecer.”<sup>7</sup> Já o historiador Daniel Aarão Reis, com uma evidente ponta de ironia, afirma que foi realizada, pelos remanescentes da chamada esquerda revolucionária, que pegou em armas para combater a ditadura civil militar, “uma reconstrução verdadeiramente fantástica, transformar revolucionários que estavam em ofensiva, em partidários da resistência democrática”.<sup>8</sup>

Apesar das negativas, não há dúvidas de que a colaboração financeira do empresariado paulista com a Oban ocorreu. O jurista Hélio Bicudo afirma que “naquele tempo a dependência direta do empresariado do Estado, que era o Estado totalitário, impunha muitas vezes, pode ser até que contra o próprio íntimo do empresariado, a necessidade que ele tinha de auxiliar naquela campanha”<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> ROLLEMBERG, Denise. *Esquecimento das memórias*. In: MARTINS, João Roberto (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Editora UFSCar, 2006a. p.88

<sup>8</sup> REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar e revolução socialista no Brasil*, palestra realizada no dia 18/10/2006, VI *Semana Acadêmica de História, América Latina: ditaduras militares e experiências socialistas*. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/index.php/historia/article/viewFile/213/213> , acesso em julho de 2010.

<sup>9</sup> Entrevista de Helio Bicudo a Jorge José de Melo, Chaim Litewsky e José Carlos e Asbeg, São Paulo, maio de 2005.

É importante destacar que a ditadura civil militar brasileira não pode ser caracterizada como totalitária como o faz Hélio Bicudo. Segundo Hanna Arednt, que estudou o tema a fundo, o que caracteriza o *totalitarismo* é a coexistência e, muitas vezes, o conflito entre uma dupla autoridade, o Estado e o partido: “A relação entre as duas fontes de autoridade, entre o Estado e o partido, é a relação entre uma autoridade aparente e outra real, de modo que muitos descrevem a máquina governamental do regime totalitário como fachada importante, a esconder e disfarçar o verdadeiro poder do partido.” No caso brasileiro não havia o partido forte, muito pelo contrário, a Arena embora não fosse exatamente o partido do *sim senhor* como muitos o classificavam não era o

Bicudo ficou conhecido nacionalmente entre 1970 e 1971, por sua luta como procurador de justiça do estado de São Paulo, contra o *Esquadrão da Morte*, grupo de extermínio originário da Polícia Civil paulista, formado por policiais da Divisão de Crimes Contra o Patrimônio. O Esquadrão da Morte contava com a conivência da cúpula da Polícia Civil, da Secretaria de Segurança e do governo do estado, como comprovam as investigações de Bicudo, reunidas no livro *Meu depoimento sobre esquadrão da morte*.<sup>10</sup>

No início das investigações, o secretário de segurança de São Paulo era o coronel do Exército Danilo Darcy de Sá da Cunha e Mello, e o secretário de justiça, o desembargador Hely Lopes Meirelles. Os dois recomendaram a Bicudo que abandonasse as investigações. Os dois igualmente insinuaram ser Bicudo um opositor do regime que usava o caso *Esquadrão da Morte* como um subterfúgio para atingir o governo.<sup>11</sup>

Os caminhos do Esquadrão da Morte e da Oban se cruzaram em 1969, no início das atividades do órgão repressivo. Segundo o jornalista Antônio Carlos Fon, “um grande contingente de policiais da Divisão de Crimes contra o Patrimônio foi transferido, em meados de 1969, para o DOPS paulista e, em seguida, uma parte deles para a Operação Bandeirantes.<sup>12</sup> Fon foi o primeiro jornalista a concluir uma reportagem sobre o aparato repressivo paulista, publicada pela Revista *Veja*, em fevereiro de 1979. O material foi dividido em dois títulos: *Descendo aos porões* e *Um poder à sombra*, com um total de oito páginas.<sup>13</sup> Esse material foi depois transformando no livro *Tortura - A história política da repressão no Brasil*, editado pela Global e o Comitê Brasileiro de Anistia.

Repórter da área de polícia, Fon acompanhou a migração dos policiais da DCCP, que investigavam roubos e assaltos, para a área da polícia política. Eram considerados duros e eficientes e usavam a tortura rotineiramente para obter dos presos, na maioria dos casos, os chamados bandidos *pés-de-chinelo*, as informações. A eficácia de práticas como *pau de arara*, *afogamento* e o *telefone*<sup>14</sup>, usados contra os presos políticos na Oban, fora testada antes nas delegacias paulistas.

---

centro do poder nem o móvel do exercício do poder. Cf. ARENDT, Hanna. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011. p.445

<sup>10</sup> BICUDO, Hélio Pereira. *Meu depoimento sobre o esquadrão da morte*. São Paulo: Edição PUC-São Paulo e Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, 1976. p.24 e 25

<sup>11</sup> *Idem*, p.34

<sup>12</sup> FON, Antônio Carlos. *Tortura, a história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global Editora e Distribuidora LTDA e Comitê Brasileiro pela Anistia, 1979. p. 20

<sup>13</sup> *Descendo aos porões e um poder à sombra*. Revista *Veja*, edição 546, 21/02/1979, p.60-65.

<sup>14</sup> Pau de arara: dois cavaletes onde se encaixa um cano de ferro, sendo o preso amarrado abraçando os joelhos dobrados.

Afogamento: a cabeça do preso é mantida abaixo da linha d'água. Em geral é usado um barril ou balde.

Telefone: o preso recebe pancadas nos dois ouvidos simultaneamente com as mãos formando um cone.

O mais famoso desses policiais, o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, principal objeto das investigações de Bicudo, foi completamente blindado na época, por autoridades estaduais e federais, em função dos serviços prestados à frente do DOPS paulista à *luta contra o terrorismo*. Fleury trabalhava em paralelo à Oban. O sucesso e a vaidade do delegado muitas vezes geraram conflitos com a Oban e posteriormente com o DOI<sup>15</sup>.

Para encerrar esse tópico, vale acrescentar que depois de comandar a execução de Carlos Marighella, em novembro de 1969, Fleury angariou tanto prestígio que começou a incomodar o pessoal da Oban, abrindo uma disputa que teve sérias consequências para os dois lados. Além disso, Antônio Carlos Fon, que conjugava as atividades de jornalista e militante da ALN, foi preso por agentes da Oban no dia 29 de setembro de 1969. Foram ao todo 52 dias de prisão sendo 17 na Oban. Ao ser libertado ouviu de um delegado, “Que bela reportagem, se você pudesse escrever, hein?”<sup>16</sup>

Segundo historiador Carlos Fico, o projeto da Oban não contava com o apoio consensual dos oficiais generais. O comandante do II Exército, general Manoel Rodrigues de Carvalho Lisboa, era contrário à ideia, como muitos outros militares que temiam o convívio da tropa com policiais. Lisboa foi substituído em abril de 1969 pelo general José Canavarro Pereira. Fico observa que “pouco mais de dois meses depois, afastado o empecilho, foi criada a Oban.”<sup>17</sup> O DOI foi o sucessor da Oban: “A ‘guerra suja’, levada a cabo pelo DOI, mancharia por muito tempo a imagem dos militares brasileiros”<sup>18</sup>.

---

<sup>15</sup> Em fevereiro de 1970, o dirigente da VPR Shizuo Ozawa, mais conhecido como *Mario Japa*, capotou com o carro na periferia da capital paulista e recebeu atendimento de uma rádio patrulha. No veículo, os policiais encontraram documentos da VPR e armas. *Japa* foi encaminhado a uma delegacia e deveria ser transferido depois para a Oban. No entanto, o delegado Sérgio Fleury pressionou o delegado de plantão e exigiu que o preso fosse levado para o DOPS. Os agentes da Oban, informados sobre o ocorrido, exigiram que o preso, que estava sendo torturado por Fleury, fosse entregue à Oban. Fleury negou-se e uma abriu uma grave crise. Os agentes da Oban ameaçaram invadir o DOPS armados e resgatar o preso à força. Fleury, contrariado, pulou sobre o peito do preso, quebrando algumas de suas costelas, inviabilizando assim a possibilidade de *Japa* ser interrogado a curto prazo na base da tortura. Por causa desse incidente, Fleury foi transferido para uma delegacia distante e sem importância, onde ficou na *geladeira* por um bom tempo.

<sup>16</sup> FON, Antônio Carlos. *Op. Cit.*, p.14

<sup>17</sup> FICO, Carlos. *Como eles agiam- Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001. p.115

<sup>18</sup> *Idem*, p.123

## Capítulo 1. O ovo da serpente

### 1.1. Da colaboração

Existe uma versão sobre a colaboração dos empresários paulista à Oban, segundo a qual os recursos só teriam sido necessários no início das atividades, em função de problemas de orçamento do Exército, problemas esses equacionados depois. E que o financiamento não teria beneficiado o DOI, apenas a Oban. Segundo o jornalista Elio Gaspari, o governo, sem recursos disponíveis naquele momento, para montar uma estrutura adequada e enfrentar a luta armada, convocou o empresariado paulista para contribuir financeiramente com o novo órgão repressivo. De acordo com Gaspari:

Da primeira reunião, convocada pelo ministro Delfim Netto, participaram cerca de quinze empresários, na sua maioria banqueiros. [...]

O encontro foi organizado por Gastão Bueno Vidigal, dono do Mercantil de São Paulo e uma espécie de paradigma do gênero.<sup>19</sup>

Outra questão importante seria precisar a participação do CODI. Os CODI tinham representantes das três forças armadas, da Polícia Civil e da Polícia Militar e era chefiado pelo chefe do Estado Maior do Exército: “Estava incumbidos de planejar, coordenar e assessorar as medidas de defesa interna – tanto de informações quanto de segurança.”<sup>20</sup> O CODI se encarregava do planejamento de medidas de defesa interna, que incluíam ações psicológicas e a articulação em todos os escalões envolvidos.<sup>21</sup>

Apesar da escassez de dados, existem questões às quais é possível oferecer reflexões que nos auxiliem a entender de que forma essa colaboração se deu. Tais como a influência determinante da conjuntura política (1969-1971) para a decisão dos empresários paulistas de participar de forma direta da luta contra as organizações da luta armada. E como se articularam projetos políticos e econômicos, interesses empresariais, financeiros e pessoais com o objetivo de vencer a *subversão*. E quais foram as contrapartidas dos ditadores, controladores de amplos recursos, em face de apoio tão orgânico.

<sup>19</sup> GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 61-62

<sup>20</sup> JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem – Os interrogatórios da Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1968-1975)*. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em História Social da USP. São Paulo, 2008. p. 43

<sup>21</sup> FICO, Carlos. *Op. Cit.* 2001, p.123

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso afirma que o apoio do empresariado paulista “foi importante politicamente... porque solidarizou setores empresariais com o regime: *vocês também estão com a mão aqui*, esse foi o simbólico, não é por causa do dinheiro, em si, dinheiro o governo tinha, foi o apoio político que foi selado através do dinheiro”<sup>22</sup>.

Seguindo esse raciocínio do ex-presidente, a abordagem que proponho não trata a colaboração de Boilesen com a Oban como uma eventualidade ou fruto do reacionarismo exacerbado de um executivo ou da ação de empresários extremistas. Nem embarca nas análises frequentes que buscam relacionar a atuação de Boilesen como financiador do aparato repressivo, com uma personalidade violenta e passional. Essa descrição sustentaria, por exemplo, as denúncias segundo as quais Boilesen não só assistia a sessões de tortura como também torturava, denúncias sobre as quais não há provas concretas, nem mesmo nos depoimentos de ex-presos políticos.

O coronel Erasmo Dias, ex-secretário de segurança de São Paulo, um assumido colaborador da Oban e do CODI-DOI, rechaça completamente essa possibilidade: “De jeito nenhum, de jeito nenhum, eu protesto veementemente... e até o financiamento, eu não sei dizer pra você se ele dava dinheiro vivo, se ele colaborava nessa operação, naquela”<sup>23</sup>

Segundo Carlos Fico, a Oban era um órgão de análise, de informações, de interrogatório e de combate, “era uma organização que contava com apoio oficial, mas não estava prevista nem normatizada por nenhum diploma legal da época”<sup>24</sup>.

Ainda segundo Fico, a Oban “teria perdido sua razão de ser, na medida em que foi incorporada pela estrutura oficial de repressão”<sup>25</sup>. Tudo leva a crer que a partir da criação do CODI-DOI, a colaboração financeira de empresários tenha diminuído ou mesmo se encerrado, o que não exclui, no entanto, a continuidade do envolvimento de civis com o aparelho repressivo.

Parto da ideia de que a decisão de colaborar de Boilesen e de outros financiadores da Oban foi, em primeiro lugar, de caráter político, econômico, estratégico, e baseada na defesa de interesses corporativos ou de grupo. E de uma análise da conjuntura, na qual a luta armada emergia como uma ameaça, embora as organizações ainda não tivessem realizado ações de grande envergadura como o sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick. No entanto, os grupos guerrilheiros já demonstravam ousadia e agressividade, dando de início a

<sup>22</sup> Entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Pedro Asbeg, em São Paulo, em março de 2008.

<sup>23</sup> Entrevista de Erasmo Dias a Jorge José de Melo, em São Paulo, em agosto de 2005.

<sup>24</sup> FICO, Carlos, *Op. Cit.*, 2001, p.116

<sup>25</sup> *Idem*, p.118

impressão de uma estrutura e poder de fogo maiores do que na realidade possuíam. É preciso lembrar também a Guerra Fria como um elemento essencial do posicionamento da ditadura brasileira, em sua aliança com os EUA. Segundo Carlo Fico,

“a postura pragmática dos Estados Unidos em relação à ditadura militar considerava tanto a realidade do regime brasileiro como os interesses econômicos norte-americanos. Ela também era justificada, porém pela necessidade de manter o Brasil como um parceiro contra o governo socialista de Salvador Allende: este era o ‘mais importante interesse dos Estados Unidos no Brasil’ naquele momento.”<sup>26</sup>

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, com relações na época que iam da esquerda a nomes como Severo Gomes, ministro da Agricultura no governo do marechal Castelo Branco e ministro da Indústria e Comércio no governo do general Ernesto Geisel, lembra que “os empresários também entraram num esquema de pânico e saíram da legalidade porque a Oban era uma coisa clandestina, não era uma coisa aberta nem assumida como tal diretamente pelas Forças Armadas, embora houvesse ali uma conexão com o DOPS, as forças militares e os setores civis”<sup>27</sup>.

A ação violenta e a opção pela tortura como política de Estado tinham também como objetivo, além desmantelar as organizações, desestimular simpatizantes, mostrando que a repressão era para valer e que não havia amarras legais para proteger os adversários do regime. E também desarticular os integrantes das redes de apoio que, ao contrário dos guerrilheiros, que viviam clandestinos e totalmente dedicados à luta, tinham vida legal, trabalho regular. A propagação do medo era uma das principais armas para enfraquecer e isolar as organizações guerrilheiras.

Entendo a colaboração também como uma ação integrada, na medida em que empresários e militares buscavam dar uma resposta rápida e definitiva à *subversão* que se tornara um obstáculo à implantação de um sistema político-econômico-ideológico, ou seja, uma pseudo-democracia com viés autoritário, seguindo o modelo ocidental, cristão, extremamente controlada e regulada, onde não havia espaço para os comunistas. E a oposição deveria seguir determinadas normas, num espaço restrito de expressão, no qual todos os obstáculos que impediam o Brasil de seguir seu *destino de grande nação* deveriam ser removidos custasse o que custasse.

<sup>26</sup> FICO, Carlos. *O grande irmão – da operação brother Sam aos anos de chumbo – o governo do Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008. p.239,240

<sup>27</sup> Entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Pedro Asbeg, em São Paulo, em março de 2008.

Segundo Enrique Serra Padrós, na América Latina, em nome da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e do anticomunismo, o estado configurou-se como um instrumento repressivo: “Os setores economicamente dominantes viram, nessa intervenção e na própria DSN, a viabilização da ‘tranquilidade social’ tão necessária para os negócios.”<sup>28</sup>

Essa ideia espalhou-se pela América Latina, segundo Padrós, a partir de 1959, quando da vitória da Revolução Cubana. Abalados e preocupados com sua tradicional área de influência, os EUA passaram a considerar a política interna de cada país da região como extensão de sua própria política externa:

Assim, apoiando-se em setores confiáveis da classe dominante, os EUA estimulam a ideia de que havia uma “guerra interna” e ser enfrentada. Essa guerra, em função das particularidades do ‘inimigo interno’, da periculosidade e dos desdobramentos da ação do inimigo, devia ser enfrentada e transformada em ‘guerra total’, na qual todos os fatores possíveis deviam ser colocados à disposição dos ‘defensores’ da unidade nacional do ‘mundo livre.’<sup>29</sup>

No final dos anos 1960 e início dos 1970, a DSN na América do Sul se estabeleceu a partir de ditaduras com decisiva participação militar no Brasil, Chile, Argentina, Paraguai e Uruguai. E há um ponto de convergência entre muitos dos líderes desses movimentos golpistas que são guiados por projetos de caráter autoritário. Segundo Samantha Viz Quadrat,

Para além das rivalidades existentes entre os países do Cone Sul, os treinamentos, especialmente realizados na Escola das Américas, no Panamá, e as conferências bilaterais promovidas entre Forças Armadas da região foram fundamentais para que se formasse não apenas um pensamento comum, com base na Doutrina de Segurança Nacional, mas também amizades e pactos de silêncio e proteção no momento de tentativas de responsabilizá-los pelos crimes de violações dos direitos humanos.<sup>30</sup>

Essa identidade de pensamento entre egressos da Escola das Américas é uma das raízes da Operação Condor, que depois de um primeiro momento de estruturação, passa para

---

<sup>28</sup> PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs). *Ditadura e Democracia na América Latina – Balanço Histórico e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 147

<sup>29</sup> *Idem.*

<sup>30</sup> QUADRAT, Samantha Viz. Os porões internacionais da repressão. In: *Anais do Seminário 1964-2004 – 40 anos do golpe – Ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: Editoras FAPERJ e 7 Letras, 2004. p.155

fase da troca clandestina de prisioneiros e a franquia dos territórios para investigadores estrangeiros, em busca de militantes de esquerda. Segundo Quadrat, essas ações “visavam combater qualquer tentativa de integração das esquerdas.”<sup>31</sup>

Quadrat afirma ainda que, num primeiro momento, o Brasil não se mostrou muito disposto a participar da Operação Condor, mas como seria comprovado depois, “esse desejo inicial não foi seguido e a participação brasileira no voo do condor não foi tão restrita quanto se pensava.”<sup>32</sup> De acordo com Quadrat a Operação Condor foi monitorada por agentes do FBI – *Federal Bureau of Investigation* e a execução do ex-ministro de Salvador Allende, Orlando Letellier, em 21 de setembro de 1976, “lança dúvidas sobre a conivência norte-americana para essas ações, ainda que fosse em seu território.”<sup>33</sup>

Adido militar e ex-agente da CIA, o general Vernon Walters em seu livro de memórias *Missões Silenciosas* dá bem o tom do que significava a ditadura civil militar no Brasil para os estadunidenses: “A revolução de 1964 deu ao Brasil estabilidade e propiciou o milagre econômico, colocando-o entre as nações capazes de se transformarem em potência mundial.”<sup>34</sup>

Mariana Joffily, que pesquisou os interrogatórios da Oban, afirma que até mesmo os agentes recrutados deveriam, para exercer suas funções, estar imbuídos dessa crença: “o perfil do setor incluía, portanto, senão certa dose de convicção política, ao menos a adesão a um sistema que identificava nos militantes políticos de esquerda uma ameaça a ser debelada energeticamente.”<sup>35</sup>

O jornalista Antonio Carlos Fon, que conhecia profundamente os bastidores da polícia paulista devido ao seu trabalho como repórter policial, identifica dois critérios de seleção de agentes da Oban, “o da identidade ideológica, como no caso do delegado Raul Nogueira, o ‘Raul Careca’, conhecido integrante do Comando de Caça aos Comunistas, e o critério da competência profissional”<sup>36</sup>. Entenda-se competência como a capacidade de conseguir rapidamente as informações necessárias para dar curso às investigações, questão crucial no caso do combate às organizações da luta armada.

Alfred Stepan observa que a concepção de democracia formal, que se transformou no modelo da ditadura civil militar, no Brasil, nasce na ESG - Escola Superior de Guerra, que desde os anos 1950 recebia civis em seus cursos, muitos dos quais teriam papel decisivo na

<sup>31</sup> *Idem*, p. 155

<sup>32</sup> *Idem*, p.154

<sup>33</sup> *Idem*, p.158,159

<sup>34</sup> WALTERS, Vernon. *Missões silenciosas*. Rio de Janeiro: Editora do Exército, 1980. p. 352

<sup>35</sup> JOFFILY, Mariana, *Op. Cit.* p.54

<sup>36</sup> FON, Antônio Carlos, *Op. Cit.* p.21

derrubada do presidente João Goulart, em 1964: “A ideia central formulada na ESG era que os problemas de desenvolvimento e segurança são inseparáveis.”<sup>37</sup>

Desde o pós-guerra, inspirada pela Guerra Fria, a ESG já identificava a necessidade da centralização do poder e da redução das instâncias de decisão, a partir do pressuposto de que a democracia ocidental travava uma guerra definitiva contra o comunismo. E que a União Soviética era o principal inimigo:

Um sistema descentralizado é fundamentalmente fraco em períodos de guerra, quando se requer uma estrutura hierárquica e centralizada. Como a guerra total, para atingir seus objetivos, absorve todo o povo, as instituições, a riqueza e os recursos humanos e nacionais, parece certo que a centralização e a concentração tenderão a aumentar a eficiência e capacidade do poder nacional e político.<sup>38</sup>

Não é difícil concluir que grupos guerrilheiros armados, atentados, assaltos a banco e sequestros de embaixadores e diplomatas poderiam provocar enormes danos políticos, econômicos e de imagem. E danos também na relação com outros países. O adido militar dos Estados Unidos no Brasil, Vernon Walters, que depois do Brasil foi escalado pelo Departamento de Estado estadunidense para servir no Vietnã, ao comentar os benefícios do golpe de primeiro de abril de 1964 para o país, afirma: “Graças à confiança gerada pela estabilidade, os investimentos estrangeiros carregaram para o país enorme bagagem de conhecimentos técnicos e científicos, e construíram parques industriais, criando maiores oportunidades de emprego para os brasileiros”<sup>39</sup>.

Mesmo um estado democrático não poderia conviver com grupos guerrilheiros armados. A diferença é o método de combate. Segundo Maria Celina D’Araújo, Gláucio Ary Dillon e Celso Castro, “houve repressão violenta, houve ‘guerra suja’, porque essa foi uma escolha, e não uma inevitabilidade histórica”<sup>40</sup>.

Vencida a guerra, que custou ao Exército Brasileiro a mística de um poder além das paixões políticas, imagem ainda não de todo recuperada, os próprios protagonistas da chamada *guerra suja* reconhecem que o perigo comunista foi superdimensionado. O general Adyr Fiúza de Castro, um dos fundadores do CIE - Centro de Informações do Exército, com surpreendente sinceridade afirma que: “foi a mesma coisa que matar uma mosca com um

---

<sup>37</sup> STEPAN, Alfred. *Os militares da política*. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975. p. 137

<sup>38</sup> *Idem.*, p. 134

<sup>39</sup> WALTERS, Vernon, *Op. Cit.*, p.352

<sup>40</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo – A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p.21

martelo-pilão. Evidentemente, o método mata a mosca, pulveriza a mosca, esmigalha a mosca, quando às vezes, apenas com um abano é possível matar aquela mosca ou espantá-la. E nós empregamos um martelo-pilão”<sup>41</sup>.

## 1.2. Da resistência e do apoio

Existe uma determinada memória dos chamados *Anos de Chumbo*, muito difundida por setores da esquerda e por remanescentes das organizações da luta armada, segundo a qual, a sociedade brasileira sempre rejeitou a ditadura civil militar, que teria se mantido em função do completo esvaziamento dos poderes legislativo e judiciário, do controle sobre as entidades representativas da sociedade civil como a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa, sindicatos etc., uma violenta repressão política, comandada pelas forças armadas e uma poderosa máquina de propaganda. O próprio conceito de ditadura civil militar que utilizo busca fugir dessa construção povo oprimido X militares opressores.

De acordo com essa memória, que se consolidou durante a luta pela Anistia, ao longo de 21 anos, mesmo oprimida e subjugada, a sociedade brasileira teria resistido, dia a dia, das formas mais diversas e, muitas vezes, imperceptíveis. Hoje, eventos de poesia e shows musicais ocorridos principalmente nos anos 1970 reivindicam sua cota de participação na *luta de resistência democrática*, embora muitas vezes seja difícil, na distância imposta pelo tempo, identificar de que forma se expressava essa resistência. Sob essa ótica, a luta desesperada das organizações que optaram pela luta armada também faria parte dessa resistência ao arbítrio e ao autoritarismo.

Resistência houve, mas restrita, localizada em determinados setores com tradição de organização e luta. Mas não se pode ampliar essas ações localizadas para toda a sociedade ou mesmo a sua maioria. Além do mais, essa resistência, que estava fora da órbita das organizações da luta armada, caracterizou-se principalmente por um recuo estratégico com objetivo de preservar quadros e acumular forças para uma conjuntura mais favorável.

O historiador Daniel Aarão Reis foi um dos primeiros a questionar a ideologia da resistência democrática. Ao comentar as comemorações pelos 30 anos de 1968, ano ícone de uma geração que viveu intensamente as consequências da ditadura. O também ex-

---

<sup>41</sup> *Idem*, p.75

guerrilheiro<sup>42</sup> afirma que a sociedade brasileira, com o apoio da mídia, consagrou uma orientação de hostilidade à ditadura:

Sobre o período de modo geral, a memória da sociedade tendeu a adquirir uma arquitetura simplificada: de um lado, a ditadura, um tempo de trevas, o predomínio da truculência, o reino da exceção, os chamados anos de chumbo. Do outro, a nova república, livre, regida pela Lei, o reino da cidadania, a sociedade reencontrando-se com sua vocação democrática.<sup>43</sup>

Na tentativa de preservar os espaços mínimos que restaram, entidades como OAB - Ordem dos Advogados do Brasil e ABI - Associação Brasileira de Imprensa, tiveram durante pelo menos dez anos, principalmente após a edição do AI-5, em dezembro de 1968, estratégias diferentes. A OAB apoiou a ditadura civil militar enquanto a ambiguidade e a ambivalência pautaram a ação da ABI.

A historiadora Denise Rollemberg pesquisou atas de reuniões das duas entidades de 1964 a 1974 e conclui que “o silêncio sobre o apoio ao golpe ou sobre as contradições e embates internos nessas instituições acerca da conjuntura por que o país passava reforça a ideia da possibilidade de memória coletiva ser um instrumento de coesão social, e não exclusiva ou principalmente de coerção.”<sup>44</sup>

Essas observações de Rollemberg fazem sentido na medida em que, na memória construída sobre a ditadura civil militar no Brasil, OAB e ABI são arroladas como dois bastiões da luta pela democracia e contra o arbítrio, o que efetivamente foram a partir do início do projeto de *abertura* em 1974.

OAB e ABI não são exceções. A ditadura civil militar teve um amplo apoio da sociedade, apoio esse que não se restringiu àqueles que auferiam vantagens da proximidade ou da colaboração com os ditadores ou os que estavam completamente identificados com *as bandeiras da Revolução*, como Boilesen.

Entre 1969 e 1974 o Brasil viveu um período de crescimento da economia conhecido como *milagre econômico*, como base de uma espécie de círculo virtuoso. Grandes obras

<sup>42</sup> Daniel Aarão Reis Filho foi militante da DI - Guanabara, dissidência estudantil do Partido Comunista Brasileiro e origem do MR-8- Movimento Revolucionário 8 de outubro. Aarão Reis foi também um dos idealizadores do sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick.

<sup>43</sup> REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2000. p.7-8

<sup>44</sup> ROLLEMBERG, Denise. *As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de imprensa e a ditadura (1964-1974)*. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010. p.105

mostravam a nossa capacidade técnica e de empreender: estradas, pontes, hidrelétricas, indústria em expansão e a definitiva entrada do Brasil na sociedade de consumo.

Embora o *milagre econômico* seja apontado como o auge do bom desempenho da nossa economia durante a ditadura civil militar, a virada aconteceu no ano de 1968, quando as medidas implementadas pelo ministro da fazenda Delfim Netto, desde 1967, no governo do presidente marechal Arthur da Costa e Silva, começaram a surtir efeito. Algumas medidas beneficiaram diretamente setores da população, como a decisão de elevar o teto de isenção sobre o imposto de renda das pessoas físicas, o que gerou um ganho de renda de 5% para os salários das faixas favorecidas, uma típica medida de incentivo ao consumo.

Os industriais também foram contemplados com medidas como o alongamento do prazo para o recolhimento do IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados, que era cobrado no ato do faturamento e passou a variar de 30 a 45 dias, medida destinada a aumentar o capital de giro das indústrias. "Não resta dúvida que a política fiscal foi manejada em 1967, tendo por objetivo prioritário induzir a reativação da economia."<sup>45</sup>

Tudo contribuía para uma imagem positiva do Brasil, dando sentido à propaganda que apregoava que *esse é um país que vai pra frente e ninguém segura esse país*. E como a cereja do bolo que deveria crescer para depois ser dividido, a incontestável superioridade da seleção brasileira ao vencer a Copa do Mundo de 1970, no México, conquistando assim, definitivamente, a posse da taça Jules Rimet.

O presidente general Emílio Garrastazu Médici soube tirar partido do desempenho dos nossos craques no México. Médici frequentava estádios de futebol e como qualquer torcedor de arquibancada acompanhava as partidas num radinho de pilha. Após a acachapante vitória sobre a Itália por 4 a 1, a primeira transmitida ao vivo, por satélite, para o país, o general presidente apareceu com uma bandeira do Brasil no saguão do palácio Alvorada, diante dos fotógrafos de jornais e revistas que cobriam a presidência da república.

O presidente, instado pelos jornalistas antes da partida, arriscara o placar de 4 a 1 e *acertou na mosca*. Uma carreata, que percorreu a W3, uma das principais avenidas do Distrito Federal, seguiu até a residência oficial do presidente, e segundo reportagem da Revista *Veja*, "os portões foram abertos e os jardins do Alvorada tornaram-se o centro das comemorações". Enquanto o a multidão pulava e cantava, o general presidente jogava bola com netos, demonstrando alguma habilidade, segundo relato dos repórteres de *Veja*. No dia em que o general Médici receberia os tricampeões, 70 mil pessoas concentraram-se em frente

---

<sup>45</sup> MACARINI, José Pedro, *Política econômica da ditadura militar – no limiar do milagre econômico 1967-1969*, texto para discussão. UNICAMP, N 99, set. 2000, p.7

ao palácio do Planalto, logo cedo, e quando Médici subiu a rampa, acompanhado por seus assessores mais próximos e familiares, foi aplaudido pela multidão. A reportagem da *Veja* informava que a recepção aos craques brasileiros fora desaconselhada por alguns assessores que temiam manifestações de protesto. Na edição sobre as comemorações da conquista do tricampeonato, a *Veja* estampou na capa uma escultura, supostamente em bronze, com o rosto do general presidente com o título, *A nova imagem de Médici*.<sup>46</sup>

A historiadora Janaína Martins Cordeiro mostra que, além das comemorações pela conquista da copa do mundo, durante o governo Médici, a população foi mobilizada para eventos como as comemorações do *Sesquicentenário da Independência* e o *I Encontro Cívico Nacional*, que percorreu todo o país, reunindo milhares de pessoas, em praças públicas, para ouvir os pronunciamentos do presidente, assistir ao hasteamento da bandeira e cantar o hino nacional. A programação do *Encontro* começou no dia 21 de abril de 1972 e foi até o dia sete de setembro, dia da Independência.<sup>47</sup> Segundo Janaína Martins Cordeiro:

A ditadura brasileira, assim como qualquer outra, não está desvinculada da sociedade. Ao contrário constitui-se e organiza-se em função de referências nela enraizadas. É antes de tudo seu produto. A permanência do regime militar por tantos anos não se explicaria, exclusivamente nem fundamentalmente, devido à repressão, à tortura, à censura, aos arbítrios, etc., e sim por relações de identidade, afinidade, consenso e consentimento, de variados matizes que se alteraram ao longo do tempo -, e de parcelas expressivas da sociedade com idéias, valores e propostas ao regime. E essas relações não se restringiram às camadas médias e superiores.<sup>48</sup>

Esse apoio era amplo, ia do empresariado a importantes setores das classes médias e também das classes populares. Rollemberg rejeita a ideia corrente de que o Estado, no período da ditadura civil militar, existia apenas como força coercitiva. O governo do general Médici teve no mínimo duas marcas muito visíveis, a violência dos órgãos de repressão, mas também a popularidade. Segundo ela,

no governo Médici, para além da repressão a cargo da polícia política, assessorada pelos serviços de informação, houve simultaneamente, a intenção de manter ou construir uma base na sociedade. Não bastava reprimir. Além da propaganda política

<sup>46</sup> *A imagem do sucesso*, Revista Veja, edição 95, 01/07/1970, p.19-20

<sup>47</sup> CORDEIRO, Janaína Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. In: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.22, nº 43, janeiro-junho 2009a. p.88,89

<sup>48</sup> CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em movimento-A Campanha da Mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009b. p.15,16

buscou-se formar crianças, adolescentes e jovens, nos diversos níveis da escola regular, segundo uma moral baseada em valores patrióticos e cívicos.<sup>49</sup>

### 1.3. Da Comunicação

A ditadura civil militar contava com uma importante base de sustentação, os meios de comunicação, como as *Organizações Globo* (jornal *O Globo*, *Rádio Globo* e *Rede Globo de Televisão*), *Revista Manchete* e *Grupo Folhas*, entre tantos outros. O historiador Daniel Aarão Reis lembra que, *A Folha de São Paulo* e *O Globo* “foram sustentáculos da ditadura ao longo de todo o período.”<sup>50</sup>

No caso do *Grupo Folha da Manhã*, atualmente *Grupo Folhas*, o apoio ia muito além do elogio puro e simples aos ditadores e às suas políticas. Assim como Boilesen, o grupo de comunicação paulista estendeu a sua colaboração ao setor mais sinistro do regime. O jornal *Folha da Tarde*, que até a edição do AI-5 tinha uma linha editorial progressista, e mesmo jornalistas de esquerda, alguns ligados diretamente a organizações da luta armada, sofreu uma radical mudança de rumo e linha editorial a partir do AI-5. De acordo com a historiadora Beatriz Kushinir, a partir de dezembro de 1968, o jornal transforma-se no porta voz da Oban:

Esquecendo-se dos três pressupostos básicos do jornalismo – fiscalizar o poder, buscar a verdade dos fatos e fomentar o espírito crítico -, a Folha da tarde tornou-se um exemplo claro de colaboracionismo da parte da imprensa com o poder autoritário no pós AI-5. Colaboraram tanto jornalistas como donos de jornal. E foi dentro de uma redação de jornalistas/censores, jornalistas policiais, que tudo aconteceu.<sup>51</sup>

Ainda segundo Kushnir,

O jornal era tido como ‘o de maior tiragem’, devido ao grande número de policiais que compunham a redação no pós AI-5. Por isso, muitos a conheciam como ‘delegacia’. Um panorama desse quadro de ‘jornalistas’ e da trajetória da Folha da

<sup>49</sup> ROLLEMBERG, Denise. A ditadura civil-militar em tempo de radicalização e barbárie. 1968-1974. In: MARINHO, Francisco Carlos Palomares (Org.). *Democracia e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006b. p. 141-152

<sup>50</sup> REIS, Daniel Aarão. *Op. Cit.* 2006.

<sup>51</sup> KUSHINIR, Beatriz. *Cães de guarda, jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Editora Boitempo, 2004. p.232

Tarde de 1º de julho de 1969 a 7 de maio de 1984 deve começar por destrinchar a morte de Boilesen.<sup>52</sup>

Kushnir refere-se às denúncias do jornalista Ivan Seixas, filho de Joaquim Alencar de Seixas, um dos participantes do atentado que resultou na morte de Boilesen. Entrevistado por Kushnir, Ivan conta que leu na manchete da *Folha da Tarde*, de 17 de abril de 1971, que seu pai, em companhia do qual fora preso no dia anterior, tinha morrido em confronto com agentes de segurança. Ivan, que na época tinha 16 anos, conta ainda que àquela altura, Joaquim Seixas estava vivo no CODI-DOI, onde fora barbaramente torturado.

Segundo Seixas, na manhã de 17 de abril os agentes da repressão receberam, por rádio, a mensagem cifrada para matá-lo. Antes de executar a ação, pararam em um bar para tomar um café. Na banca de jornal Ivan leu a reportagem da *Folha da Tarde*:

Morto o assassino de Boilesen – agindo com rapidez, os órgãos de segurança interna identificaram, ontem, um dos participantes do assassinato do industrial Henning Boilesen: trata-se de Joaquim de Alencar Seixas, vulgo ‘Roque’, pertencente à organização subversiva MRT. ‘Roque’ reagiu violentamente à ordem de prisão e morreu na troca de tiros com os policiais. Em seguida, foi localizado o ‘aparelho’, neste, vultosa quantidade de material subversivo, armamentos e bombas.<sup>53</sup>

Segundo Kushnir, na época todos os órgãos de imprensa recebiam notas oficiais sobre as ações realizadas pelos órgãos de repressão, “a singularidade da *Folha da Tarde* era tornar esse informe uma verdadeira matéria jornalística. Tem-se a impressão, ao ler a notícia, de que havia uma jornalista desse periódico cobrindo o fato.”<sup>54</sup>

A revista *Manchete*, durante todo o governo do general Médici, foi pródiga em elogios e demonstrações de confiança:

o discurso inaugural do Presidente Médici e o pronunciamento do Sr. Alfredo Buzzaid, ao empossar-se no Ministério da Justiça, não deixam dúvida sobre esta disposição em que o governo se encontra de ter ao seu lado o sistema representativo como sustentáculo de todos os seus projetos.<sup>55</sup>

---

<sup>52</sup> *Idem*, p.274

<sup>53</sup> *Idem*,

<sup>54</sup> *Idem*, p. 290, 291

<sup>55</sup> MARTINS, 1999, *Op. Cit.*, p.124

Ricardo Constante Martins afirma que, “neste período, Manchete incorporou um discurso claramente oficialesco, cujo conteúdo refletia, sobretudo, sua crença no projeto político econômico do governo militar que tentava naquele momento criar junto à opinião pública um vínculo necessário entre crescimento econômico e autoritarismo político”.<sup>56</sup> De acordo com Martins, para a *Manchete*,

o governo Médici era essencialmente um governo forte e conciliador. Forte no sentido de que a coesão interna do novo governo era, em função principalmente da personalidade ‘correta’ e ‘serena’ de Médici, inabalável na missão de, nas próprias palavras da revista, ‘projetar o Brasil do próximo século’ tendo em vista que o ‘presidente volta-se para o futuro, certo de que as ambições do Brasil como nação não podem ser medíocres.’<sup>57</sup>

O choque da descoberta de que um executivo bem sucedido, de origem estrangeira, de um grande grupo econômico, financiava a tortura de cidadãos brasileiros, ganha mais intensidade com a constatação de que um jornal, pertencente a um grande e tradicional grupo editorial, através da suas páginas, não só legitimava a tortura como a versão dos torturadores para a morte de militantes da luta armada.

As manchetes da *Folha da Tarde* não permitem dúvida quanto à linha editorial do diário do *Grupo Folhas*. A historiadora Beatriz Kushnir selecionou 12 dessas manchetes, das quais escolhi três, que contêm o que poderíamos chamar de elementos básicos e representativos do tratamento que era dado para as notícias originárias da Oban:

Oban desmantela quadrilha do terror – 28/11/1970.

Fim do sequestro: 40 bandidos na Argélia – 16/06/1970.

Chantagem sexual é a arma do terror – 28/07/1971.<sup>58</sup>

### 1.3.1. Da Propaganda

O governo Médici coincide com o período de atuação mais intensa e de maior visibilidade da AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República, sob o comando dos então coronéis, Octávio Costa e Toledo Camargo. Criada em

<sup>56</sup> *Idem*, p.120

<sup>57</sup> *Idem*, p.123

<sup>58</sup> *Idem*, p.326

janeiro de 1968, ainda no governo do marechal Costa e Silva, como item de um projeto de reformulação da estrutura da presidência, a AERP buscava nesse momento, “desanuviar o ambiente de radicalização”, pretensão “carregada de messianismo” de acordo com a interpretação de Carlos Fico.<sup>59</sup>

O coronel Octávio Costa negava que a AERP fosse um órgão de promoção do governo ou do presidente da república. As mensagens, segundo ele, seriam dirigidas ao interesse comunitário. Segundo Carlos Fico,

dedicando-se, portanto, apenas a campanhas de ‘cunho cívico-educativo’, a propaganda governamental pretendia se passar por inofensiva, de utilidade pública, o instrumento criador de uma atmosfera de paz, de concórdia, algo que soava enigmático vindo de um regime autoritário.<sup>60</sup>

Em fevereiro de 1971, a AERP divulgou um Plano de Comunicação Social, com os seguintes objetivos: “mobilizar a juventude, fortalecer o caráter nacional, estimular o amor à pátria, a coesão familiar, a dedicação ao trabalho, a confiança no governo e a vontade de participação.”<sup>61</sup>

É nesse ponto que duas propostas de propaganda da ditadura civil militar se chocam. Octávio Costa, que afirma ter ojeriza ao termo propaganda, garante que um dos mais famosos *slogans* do período, *Brasil: ame-o ou deixe-o*, não foi criado pela AERP, mas pela Oban, que “possuía um núcleo de operações psicológicas” e, nas próprias palavras do general, “invadia a nossa área e ainda lançava mensagens desse tipo.”<sup>62</sup>

A Oban, afirma o general Octávio Costa, era também responsável pelos depoimentos, na TV, de militantes de organizações da luta armada. Presos que, sob a pressão das torturas declaravam-se *arrepentidos*, “farsa grotesca, que, para Octávio Costa, também se inseria no contexto da guerra psicológica”.<sup>63</sup>

Essas ações da Oban-DOI naturalmente contrariavam os pressupostos do trabalho da AERP, que encontrou nas agências de publicidade, não só aliadas como propagadoras altamente motivadas das mensagens que interessavam aos responsáveis pela imagem do governo. Segundo Fico,

---

<sup>59</sup> FICO, Carlos. *Reiventando o otimismo*, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p.94-95

<sup>60</sup> *Idem*, p.97, 98

<sup>61</sup> *Idem*, p.94

<sup>62</sup> *Idem*, p.100, 101

<sup>63</sup> *Idem*, p.101

o que havia, portanto, é algo difícil de ‘capturar’ em termos de metodologia da história, mas indispensável à compreensão do período: as agências de publicidade e seus profissionais (para angariar contas governamentais) mostravam ‘boa vontade’ para com a propaganda oficial. Adequavam-se às diretrizes governamentais, participavam de seminários de ‘relações públicas’, buscando assim influenciar a esfera governamental – sobretudo sugerindo o caráter indispensável da divulgação dos feitos do governo.<sup>64</sup>

Octávio Costa considerava a propaganda comercial ainda mais importante para os propósitos do governo do que a institucional: “segundo o chefe da AERP, a propaganda comercial da época estava repleta de alusões à violência, à desunião.”<sup>65</sup> Eram comuns expressões como *liberte-se da tirania do coador*, ou *seja cruel se lhe venderem outro tergal, mate seu vizinho de inveja, abaixo a ditadura dos preços*.<sup>66</sup>

Octávio Costa desenvolveu então um diálogo com as agências e publicitários, no sentido de incorporá-los ao esforço de compreensão e participação que a AERP pretendia criar. A publicidade acabaria por colaborar, vendendo ao lado de sabonetes e geladeiras, a confiança, a esperança, o amor, o respeito. Note-se que o apoio ao governo Médici estendia-se dessa forma a uma área estratégica da comunicação, que é a publicidade e seus agentes, os publicitários.

Todas essas ações e conexões, que de início podem parecer dispersas e tão diferentes entre si, tinham um objetivo único mesmo que, a princípio, não fosse planejado ou centralizado num órgão que pensasse a propaganda como um todo. O objetivo era angariar o apoio da opinião pública. Segundo Francisco Sevillano Calero,

*[...] se considera la opinión pública como la expresión notoria, en forma de opiniones, de las actitudes sobre los asuntos de interés general y, sobre todo, de la política. En su base se encuentra la actitud individual [...]*<sup>67</sup>

Jornais, revistas, publicidade, essas iniciativas talvez expliquem, pelo menos em parte, porque o governo Médici, mesmo tendo sido o mais repressor dos governos militares, foi

<sup>64</sup> *Idem*, p.115

<sup>65</sup> *Idem*, p.116

<sup>66</sup> *Idem*, p.116

<sup>67</sup> CALERO, Francisco Sevillano. *Ecos de papel: La opinión de los españoles en la época de Franco*. Madri: Biblioteca Nueva, 2000. p.21

Tradução livre: a expressão evidente em forma de opiniões, de atitudes sobre assuntos de interesse geral e, acima de tudo, da política. Em sua base está a atitude individual como organização relativamente duradoura de crenças em torno de um objeto ou situação, que predispõe a reagir, de preferência de uma determinada forma.

também o mais popular. O governo Médici, como os outros governos militares, buscou legitimar-se, sendo, no entanto, mais bem sucedido.

Nesse sentido, o apoio de Boilesen e de setores do empresariado paulista que colaboravam financeiramente com a Oban, situava-se num amplo leque de sustentação da ditadura civil militar, ignorado pela tese da *resistência popular*. Ao lado do empresariado, importantes setores da classe média, os meios de comunicação, apoio este valorizado pela compreensão da importância da TV, que iniciava seu bem sucedido e contínuo crescimento como opção de lazer, e a utilização dos seus recursos. Ou a propaganda comercial que, embora não seja objeto de nosso trabalho, uniu-se ao esforço de construção de uma imagem positiva, meta que foi efetivamente alcançada.

#### **1.4. Do autoritarismo**

Carlos Fico, no artigo *Prezada censura*, analisa cartas enviadas por cidadãos comuns à Censura Federal com denúncias, elogios, mensagens de apoio e críticas, quando consideram alguma decisão da censura branda demais ou percebiam que alguma área não estava recebendo a devida atenção. Mais do que o apoio à proibição de livros, peças de teatro, músicas ou filmes essas cartas revelam a crença num determinado tipo de ordem, onde o sonho do *Brasil grande*, rico, civilizado, desenvolvido e influente junta-se ao anticomunismo e a um desejo de autoridade, de rigor e disciplina que os militares representariam no imaginário da sociedade brasileira.<sup>68</sup> Esses sentimentos, segundo Marilena Chauí, estão alicerçados numa determinada ideologia:

[...] somos uma formação social que desenvolve ações e imagens com força suficiente para bloquear o trabalho dos conflitos e das contradições sociais, econômicas e políticas, uma vez que conflitos e contradições negam a imagem da boa sociedade indivisa, pacífica e ordeira. Isso não significa que conflitos e contradições sejam ignorados, e sim que recebem uma significação precisa: são sinônimos de perigo, crise, desordem e a eles se oferece como resposta única, a repressão policial e militar, para as camadas populares e o desprezo condescendente, para os opositores em geral. Em suma, a sociedade auto-organizada, que expõe conflitos e contradições, é claramente percebida como perigosa para o Estado (pois

---

<sup>68</sup> FICO, Carlos. *Prezada Censura: cartas ao regime militar*. In: *Revista Topoi*. Rio de Janeiro: UFRJ, nº 5, dezembro de 2002. p. 251-286.

ele é oligárquico) e para o funcionamento ‘racional’ do mercado (pois este só pode operar graças ao ocultamento da divisão social).<sup>69</sup>

Numa das cartas reproduzidas por Fico, um padre escreve sobre o efeito danoso daquilo que considera literatura pornográfica: “jovens que, pela excitação sexual, são levados à masturbação, que prejudica o seu desenvolvimento físico e mental, e à contestação.”<sup>70</sup> Para o historiador, era exatamente esse o cidadão que os militares queriam alcançar ao trabalhar uma retórica política radical que acompanhara a *operação limpeza* desencadeada desde o golpe: “Uma das tópicas dessa narrativa desenvolvia a tese de que a ‘crise moral’ era fomentada pelo ‘movimento comunista internacional’ com o propósito de abalar os fundamentos da família, desencaminhar os jovens e disseminar maus hábitos – sendo dessa maneira, a ante-sala da subversão.”<sup>71</sup>

Segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, a partir de reflexões de autores como Gilberto Freyre e Roberto da Matta, a conciliação é um dos elementos estruturantes da nossa cultura política. No caso da ditadura civil militar, segundo Patto, “houve repressão e expurgos, bem o sabemos, mas os regimes autoritários temperaram perseguições com cooptação, violência extralegal com o uso de mecanismos legais”<sup>72</sup>.

Marilena Chauí oferece uma interpretação que revela as raízes do sucesso dessa estratégia, “porque temos o hábito de supor que o autoritarismo é um fenômeno político que periodicamente afeta o Estado tendemos a não perceber que é a sociedade brasileira que é autoritária e que dela provêm as diversas formas de autoritarismo político.”<sup>73</sup>

Chauí diz ainda que:

A ditadura, desde o golpe de Estado de 1964, deu a si mesma três tarefas: a integração nacional (a consolidação da nação contra a sua fragmentação e dispersão em interesses regionais), a segurança (contra o inimigo interno e externo, isto é a ação repressiva do Estado na luta de classes) e o desenvolvimento nacional (nos moldes das nações democráticas ocidentais cristãs, isto é capitalista). A difusão dessas idéias foi feita nas escolas com a disciplina de Educação Moral e Cívica, na televisão com programas como “Amaral Neto, o repórter” e os da Televisão

<sup>69</sup> CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador de sociedade autoritária*, São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000. p.56

<sup>70</sup> FICO, Carlos, 2002, *Op. Cit.* p.270

<sup>71</sup> *Idem.*, p.260

<sup>72</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Culturas políticas na história – novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009. p. 31

<sup>73</sup> CHAUI, Marilena. *Op. Cit.*, p.55

Educativa, e pelo rádio por meio da ‘Hora do Brasil’ e do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), encarregado de um lado de assegurar mão-de-obra qualificada para o novo mercado de trabalho e, de outro, de destruir o Método Paulo Freire de alfabetização.<sup>74</sup>

#### 1.4.1. Dos ecos de 1932

A observação do ex-governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins, dá uma ideia da atuação de Boilesen: “ele passou a ser temido; uma conexão com ele naquela época poderia significar perigo de vida, para quem tinha... como se fosse um leproso, afastado porque era perigoso...”<sup>75</sup>.

A disposição de assumir um papel de liderança e o enfrentamento, que não excluía ações violentas, já era cultivada há um longo período pelo empresariado paulista. O ex-governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins, conta que o grupo de conspiradores que integrava no pré-golpe, do qual fazia parte Boilesen, se constituiu para contrapor-se ao presidente João Goulart. E depois da vitória, em função de visões diferentes e das formas de atuação escolhidas, dispersou-se: “havia no nosso grupo pessoas equilibradas, pessoas mais desequilibradas”<sup>76</sup>. O desequilíbrio, no caso, significa ações armadas contra o alvo preferencial, os comunistas.

O ex-governador paulista faz questão de enfatizar que o grupo, do qual se apresenta como *coordenador*, tinha uma concepção *paulista* do que deveria ser o golpe, embora aceitasse a liderança de figuras como os marechais Cordeiro de Farias, o contato direto dele com o alto escalão da conspiração, e o marechal Castello Branco: “Eu fui o responsável, com exceção de um grupo chamado IPES- Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais, isso era problema do Rio”.

O historiador Jorge Ferreira observa que no período anterior ao *31 de março*, “as articulações golpistas lideradas pelo marechal Odílio Denis avançavam, agora com a adesão de um grupo de empresários paulistas herdeiros das tradições criadas pela revolução constitucionalista de 1932.”<sup>77</sup> De acordo com Ferreira, o governador Adhemar de Barros

<sup>74</sup> *Idem*, p. 26

<sup>75</sup> Entrevista de Paulo Egydio Martins a Chaim Litewsky, em São Paulo, em março de 2008.

<sup>76</sup> *Idem*.

<sup>77</sup> FERREIRA, Jorge. *João Goulart – uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010. p.331. Vale ressaltar que, até os dias de hoje, o nove de julho, que lembra a Revolução Constitucionalista de 1932, é um dos feriados mais importantes do calendário cívico paulista. Cerca de 135 mil homens aderiram à luta, que

fechara os olhos para a conspiração e “assim políticos conservadores, empresários, militares, como o marechal Cordeiro de Farias e o brigadeiro Márcio de Mello e Souza, e um contingente expressivo de coronéis, a exemplo de Erasmo Dias, ampliaram suas articulações.”<sup>78</sup>

Paulo Egydio conta que Boilesen, após o 31 de março de 1964, “tomou uma iniciativa... de enfrentar os comunistas onde eles estavam e passou com, um grupo armado, a ter uma série de confrontos, aonde, na maioria deles, ele venceu e conseguiu lá, nas suas guerrilhas a vitória, até que ele passou a ser uma pessoa famosa.”<sup>79</sup>

João Quartim de Moraes, ao conceituar o golpe e a ditadura como civil militar, afirma que ao contrário da imagem que prosperou, a ditadura não era a ditadura dos militares sobre os civis mas de “militares e civis reacionários e pró imperialistas sobre as forças populares e progressistas da nação brasileira.”<sup>80</sup> É interessante observar que Quartim de Moraes não reconhece o apoio popular à ditadura civil militar atribuindo esse apoio exclusivamente à elite política e econômica associada aos militares. E quando se refere à tortura em larga escala, afirma que,

a iniciativa pioneira foi tomada por membros do alto patronato paulista, os quais articulados com torturadores do Exército e da polícia, entre os quais o truculento crápula Sérgio Paranhos Fleury, montaram o primeiro organismo especializado em ‘guerra suja’, a ‘Operação Bandeirantes’, (OBAN).<sup>81</sup>

A partir da literatura pesquisada e das entrevistas realizadas para o filme *Cidadão Boilesen* e utilizadas neste trabalho, principalmente a partir do depoimento do ex-governador Paulo Egydio Martins, é possível traçar uma provável trajetória de setores do empresariado paulista, do pré-golpe à colaboração financeira com a Oban, conforme segue:

1. A formação de um grupo ou grupos de conspiradores para derrubar João Goulart, fortemente armados e dispostos a um confronto de média duração. O alimento ideológico desse grupo eram os remanescentes da Revolução Constitucionalista de 1932, como o almirante Saldanha da Gama, principal orador da cerimônia de sepultamento de Boilesen.

---

durou três meses, e deixou quase 900 soldados mortos no lado paulista - quase o dobro das perdas da Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. Tanto quanto o sete de setembro, o nove de julho é comemorado em São Paulo com pompa e circunstância.

<sup>78</sup> *Idem.*

<sup>79</sup> Entrevista de Paulo Egydio Martins a Chaim Litewsky, em São Paulo, em março de 2008.

<sup>80</sup> MORAES, João Quartim de. O efeito desmistificador de A Conquista do Estado na análise das bases sociais da contra-revolução. In: *Revista de estudos estratégicos*. UNICAMP, Campinas, N° 1, junho/dezembro 2006. p.146.

<sup>81</sup> *Idem.*

2. Contribuições financeiras para reequipar o II Exército, ação que dá a medida da iniciativa e do papel de liderança que os empresários paulistas almejavam, funcionando como uma espécie de sócios do Estado, com interesses bem definidos, entre eles a defesa de uma fatia de aproximadamente 40% do PIB – Produto Interno Bruto, por intermédio da gestão da política econômica, que alcançaram com Delfim Netto de 1967 a 1973, efetivamente o período mais duro da ditadura civil militar, e o período no qual o cresceu dramaticamente a exclusão social no país. Além do mais, as doações ao II Exército certamente estreitaram as relações entre o empresariado e a cúpula do Exército que, como sabemos, se encarregaria do combate à luta armada.
3. Depois da vitória, em abril de 1964, a divisão dos conspiradores em grupos e subgrupos, alguns mais radicais e belicosos, incluindo elementos que se associariam a grupos anticomunistas como o CCC - Comando de Caça aos Comunistas.
4. As incursões armadas de Boilesen e outros ex-conspiradores contra os comunistas. Ações que não foram explicitadas pelo ex-governador Paulo Egydio Martins. Na entrevista afirmou nunca ter conversado com Boilesen sobre esse tema embora tenha deixado transparecer que tinha conhecimento de pelo menos algumas ações.
5. A eclosão da luta armada e a impressão inicial de que os grupos guerrilheiros eram mais fortes do que a experiência mostraria depois. A consolidação do conceito de *Guerra Interna* e a influência da Guerra Fria.
6. A edição do AI-5, apontando para a radicalização do regime e a prioridade total em derrotar a lutar armada. Adicione-se a isso, a apreensão e mesmo pânico dos empresários com os desdobramentos da luta armada.
7. O protagonismo de São Paulo na luta contra a *subversão*, representado principalmente pela Oban e o desempenho do delegado Sérgio Paranhos Fleury, do DOPS paulista, que com carta branca levou para a polícia política paulista as *técnicas* de interrogatório utilizadas na polícia civil. Foi blindado tanto pelas autoridades estaduais como federais, como comprovou o procurador do estado de São Paulo, Hélio Bicudo. A impunidade de Fleury chegou ao extremo de uma lei aprovada, a Lei Fleury, apenas para evitar que ele fosse para a prisão, prova que a repressão violenta em São Paulo, que serviu de modelo para o resto do país, foi uma política de Estado, uma ação coordenada entre os governos estadual e federal. Essas conexões afastam completamente a possibilidade de ações isoladas de um grupo de militares destemperados e de um psicopata com poder de polícia.

## Capítulo 2. O cidadão Boilesen

### 2.1. O complexo Boilesen

No dia 15 de abril de 1971, o presidente da Ultragas S.A, Henning Albert Boilesen, dinamarquês naturalizado brasileiro, saiu de casa, na rua G, nº 54, no elegante bairro do Morumbi, na zona sul de São Paulo, por volta das nove horas da manhã, como de costume. Boilesen era um homem alto, forte, com nariz de boxeador, apaixonado pelo Brasil, de temperamento explosivo, torcedor fanático do Palmeiras, amante de MPB e artes plásticas.

Ao volante de seu Ford Galaxie azul, um dos poucos veículos de luxo fabricados no Brasil à época, dirigia-se ao também elegante bairro do Jardim América, mais exatamente à Avenida Estados Unidos, 1030, onde vivia a ex-mulher, Edith Olsen, de quem nunca se separou legalmente. Ia visitar um dos filhos, que era cego, como fazia regularmente.

Boilesen nascera na Dinamarca, mas havia se adaptado completamente ao Brasil. Falava português quase sem sotaque e aqueles que o conheceram, como o advogado e escritor Per Johns garantem ele só lembrava um dinamarquês pela pele muito branca, os olhos claros e o porte. Tinha quase dois metros de altura, “ele absorveu o Brasil dentro de si”<sup>82</sup>.

O executivo fora um dos mais ativos militantes do IPES, com ativa participação na conspiração que derrubou o presidente João Goulart, em 1964<sup>83</sup>. Mantinha também excelente relacionamento com os militares. Na noite anterior à sua morte, recebeu em sua residência, o coronel Octávio Costa, chefe da AERP<sup>84</sup>. A convite de Boilesen, Octávio Costa fez uma palestra na sede da Associação Brasileira de Distribuidores de Gás Liquefeito de Petróleo (Associgás), na Avenida Paulista, entidade da qual o executivo era presidente. Além de falar sobre a política de comunicação do governo Médici, Octávio Costa mostrou filmes de propaganda para uma platéia que reunia, na sua maioria, empresários e estudantes de comunicação. Depois da palestra, dirigiram-se à casa do executivo, para um jantar, do qual participaram outros diretores do Grupo Ultra, empresários e representantes da elite paulistana.<sup>85</sup>

Boilesen também cumpria missões semi-oficiais para o governo brasileiro. Segundo um documentário da TV norueguesa *Nowergian Broadcasting Corp* (NRK-TV), sobre o

<sup>82</sup> Entrevista de Per Johns a Jorge José de Melo, em Teresópolis - RJ, em março de 2005.

<sup>83</sup> DREIFUSS, Réne Armand. *1964: A Conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981. p 177

<sup>84</sup> *O terror (ou a violência sem limites)*. Revista Veja, edição 137, 21/04/1971.

<sup>85</sup> *O último dia de Boilesen*. Jornal do Brasil, 16 de abril de 1971.

comitê do prêmio Nobel, o executivo, “logo depois de participar de um encontro do Banco Mundial, em Copenhague, no início de 1970, também visitou o Instituto Nobel, em Oslo para pressionar o comitê a votar contra Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife.”<sup>86</sup>.

Na época havia a expectativa de que Dom Helder Câmara ganhasse o prêmio Nobel da Paz, o que desagradava o governo brasileiro. O arcebispo era então um dos mais acerbos críticos da ditadura civil militar. Atribui-se a derrota de Dom Helder uma articulação do governo brasileiro, através da embaixada em Oslo, com setores da igreja católica e o empresário norueguês Tore Munch, que tinha negócios no Brasil.<sup>87</sup>

O motivo seria um dossiê encaminhado ao comitê do Nobel, por intermédio de Boilesen, que mostrava entre outros documentos, uma foto de Dom Helder Câmara, na juventude, discursando num comício da Ação Integralista, versão verde e amarela do nazismo.

Segundo um artigo do jornalista David Nasser, um dos mais populares da época, quando do assassinato do executivo, com o título *Quem matou Boilesen*, publicado na revista O Cruzeiro, “Boilesen empacotou 30 exemplares de meu artigo, ilustrado pela foto de dom Helder no meio dos integralistas, e partiu ao encontro do rei, lá na Escandinávia (sic). Mostrou-lhe a ilustração, traduziu-lhe o texto.” O artigo ao qual se refere Nasser foi publicado no dia oito de julho de 1970, em *O Cruzeiro* com o título *Cara de santo – por que dom Helder não é um bom caráter*.<sup>88</sup> Vale ressaltar, como uma ironia, que o argumento contra Dom Helder era ter sido de extrema direita e não ser de esquerda.

A atuação política de Boilesen extrapolava, inclusive, as fronteiras do país. Com a experiência acumulada no IPES, com a conspiração que derrubou o presidente João Goulart, o executivo participou e foi elemento decisivo, como financiador, de pelo menos um golpe de estado no exterior, na Bolívia. Segundo René Dreyffus,

Líderes do IPES também atuavam na preparação da campanha que o depôs o presidente Juan Torres, da Bolívia em 1971. Quando o general Juan Torres tornou-se presidente em 1970, um grupo de empresários e militares brasileiros e bolivianos criou em São Paulo um “Centro de Estudos Latino-Americanos”, seguindo o modelo estabelecido pelo IPES. Entre os participantes do Centro localizado nas imediações do Pacaembu, encontrava-se Oscar Barrientos – advogado e primo do ex-presidente boliviano Rene Barrientos Ortunho, o líder do IPES Henning Albert Boilesen, Mário Busch – ex-oficial da Wehrmacht e ex-agente do serviço de Controle Político

<sup>86</sup> PILETTI, Néson; PRAXEDES, Walter. *Dom Helder Câmara, profeta da paz*. São Paulo: Editora Contexto, 2008. p. 11 e 12

<sup>87</sup> *Idem*. p.12

<sup>88</sup> CARVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras criadas*. São Paulo: Editora SENAC, 2001. p.519

Boliviano, o general Hugo Bethlem – ex-adido militar na Bolívia, e uma série de oficiais e grandes empresários bolivianos. Boilesen e o empresário boliviano Ugarte eram os financiadores do Centro, enquanto Barrientos estava encarregado de manter contatos com os oficiais da II Exército do Brasil (que sediado em São Paulo, comandava os territórios na fronteira com a Bolívia) e com o SNI.<sup>89</sup>

Boilesen era influente entre os empresários paulistas, figura de destaque na FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Criou o CIEE - Centro de Integração Empresa Escola, entidade que existe até os dias de hoje e encaminha estudantes para estágios. O estudo da trajetória de Boilesen se encaixa no que Giovanni Levi define como “biografia e contexto”, ou seja, o personagem mantém sua especificidade como indivíduo,

todavia a época, o meio e a ambiência também são muito valorizados como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a singularidade das trajetórias. Mas o contexto remete, na verdade, a duas perspectivas diferentes. Por um lado a reconstituição do contexto histórico e social em que se desenrolam os acontecimentos permite compreender o que à primeira vista parece inexplicável e desconcertante.<sup>90</sup>

Segundo reportagem da revista *Veja*, edição de 21 de abril de 1971, na manhã do dia 15, uma quinta-feira, na Alameda Casa Branca, a mesma onde fora assassinado Carlos Marighella, em novembro de 1969, o carro do executivo foi fechado por dois Volkswagens ocupados por cinco homens, que tentavam alvejá-lo com revólveres e metralhadoras.

Boilesen conseguiu sair do carro e correr em direção a uma feira livre, mas foi alcançado por um homem de boina azul que o atingiu com o cabo de uma metralhadora, derrubando-o no meio fio, onde “recebe então várias rajadas de metralhadora quase a queima a roupa (uma testemunha calcula que tenham durado 15 segundos). Os tiros atingem o peito, o rosto, mas principalmente a cabeça, caída quase debaixo de um Volks estacionado.”<sup>91</sup>

De acordo com a reportagem, “Boilesen foi um dos primeiros e mais entusiasmados entre os homens de negócios a se engajarem em projetos do governo após a Revolução de 1964”<sup>92</sup>. Era também, segundo a revista, um homem preocupado com o futuro do país:

<sup>89</sup> DREIFUSS, 1981. *Op. Cit.*, p. 424 e 425.

<sup>90</sup> LEVY, Giovanni. Usos da Biografia In: FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 8ª edição, 2008. p.175

<sup>91</sup> *O terror (ou a violência sem limites)*. Revista *Veja*, edição 137, 21/04/1971.

<sup>92</sup> *Idem*.

“Como inúmeros homens proeminentes, Boilesen já havia sido ameaçado por aquilo que os terroristas chamam de “justiçamento”.<sup>93</sup> A reportagem diz ainda que:

Essa preocupação em resolver os grandes problemas nacionais o teria levado, segundo afirmou o almirante Reinaldo Saldanha da Gama, durante o sepultamento do executivo, a idealizar uma associação de combatentes da subversão na área empresarial. Mesmo depois de morto, nas palavras de Saldanha da Gama, pronunciadas ao lado do túmulo, Boilesen passou a ser o sócio número um dessa associação, “o primeiro herói desses novos combatentes.”<sup>94</sup>

Reinaldo Saldanha da Gama, na época presidente da Associação do Ex-Combatentes de 1932, era um dos mais expressivos representantes da chamada *linha dura*, conhecido no meio militar como integrante do grupo *Dionnes*. O termo era uma referência a cinco gêmeas idênticas, nascidas no Canadá e, na época do assassinato de Boilesen, identificava cinco almirantes considerados extremamente radicais: Augusto Rademaker, vice do presidente Médici; Levi Aarão Reis, Melo Batista, Mário Cavalcanti e o próprio Reinaldo Saldanha da Gama<sup>95</sup>.

Em discurso, durante o sepultamento de Boilesen, Saldanha da Gama se apresentou como presidente provisório da associação dos combatentes da subversão, “fundada para a salvação do Brasil”. E disse ainda: “Não trouxe flores, pois desejamos trazer outro tipo de oferenda. O presente que lhe trouxemos é o juramento de prosseguir na luta”. E para encerrar o pronunciamento fez a saudação: “Combatente Henning Albert Boilesen, presente.”<sup>96</sup>

O sepultamento de Boilesen foi um ato de desagravo, o discurso de Gama tem um claro tom de ameaça. É um grito de guerra que situa Boilesen como referência no contexto da luta contra a *subversão*. A palavra vingança embora não fosse pronunciada está subentendida. Gama fala como um líder, um soldado, um companheiro, um combatente.

O discurso do brigadeiro faz pensar sobre a proximidade entre os dois homens, sobre os ideais que os uniam, sobre as lutas que mantinham. Que tipo de *oferendas* iriam reverenciar a memória do companheiro morto? Giovanni Levy observa que “o contexto serve para preencher as lacunas documentais por meio de comparações com outras pessoas

---

<sup>93</sup> *Idem.*

<sup>94</sup> *Idem*

<sup>95</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Op. Cit.*, 1994. p. 219

<sup>96</sup> *Enterro de Henning teve longo acompanhamento*, Jornal do Brasil, 17/04/1971.

cuja vida apresenta alguma analogia, por esse ou aquele motivo, com a do personagem estudado.”<sup>97</sup>

O assassinato de Boilesen foi manchete dos principais jornais do país: O Globo, *Terror metralha industrial pelas costas em São Paulo*. O Jornal do Brasil, *Henning começou a ser metralhado pelas costas*. O Estado de São Paulo e o Correio da Manhã estamparam a mesma manchete, *Terror mata industrial*.<sup>98</sup>

O editorial da edição de 16 de abril de 1971, do Jornal do Brasil, apresenta Boilesen como mais uma vítima da violência perpetrada por “um punhado de fanáticos”:

A subversão disse ontem, a bala, com o sacrifício de uma vida humana, que pretende levar mais longe um programa terrorista que começou por sequestrar aviões e representantes diplomáticos. A opinião pública exprime a sua repulsa a esse jogo da violência e, conseqüentemente, apóia as autoridades que tratam de coibir a sanha homicida dos fanáticos que, em nome de uma pretensa e caricata justiça, assalta, rouba e mata. Nada, absolutamente nada, justifica o hediondo crime ontem friamente perpetrado em São Paulo. Ele é uma nódoa indelével, uma afronta à nação, uma advertência trágica e um a insanidade que enoja e revolta.<sup>99</sup>

Durante o velório, a viúva, Cândida, segunda mulher de Boilesen, que à época tinha 33 anos, diria chorando: “É triste falar em vingança. Mas ele há de ser vingado. Hão de pegar seus assassinos um por um.”<sup>100</sup> Dezesesseis anos depois, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, Cândida diz: “ Eu gostaria de me encontrar cara a cara com eles” e afirma, que ainda é sacudida por pensamentos de vingança. Segundo a reportagem, Cândida trabalhava, na época, como vendedora de tecidos de alto padrão, vivia com o filho Erik, então com 23 anos, e recebia uma pensão do Grupo Ultra, ao qual pertencia a Ultragas, empresa que Boilesen dirigia quando foi assassinado. A viúva de Boilesen afirmava ainda viver recolhida e que um dos poucos amigos que a visitavam com certa frequência era o coronel Dickson Grael.<sup>101</sup>

Dickson Grael comandou, em setembro de 1969, cerca de 20 oficiais, sargentos e praças da Brigada Paraquedista Aerotransportada, sediada no Rio de Janeiro, na tomada da Base Aérea do Galeão, no início da noite do dia seis. O objetivo era impedir que um avião militar Hércules C-130, levantasse vôo com presos políticos, trocados pelo embaixador

<sup>97</sup> LEVY, Giovanni. *Op. Cit.*, p.176

<sup>98</sup> KUSHINIR, Beatriz. *Op. Cit.*, p. 291- 293

<sup>99</sup> *Revolta Estéril* (editorial), Jornal do Brasil, 17/04/1971

<sup>100</sup> *O Terror (ou violência sem limite)*. Revista Veja, edição 137, 21/04/1971.

<sup>101</sup> *Ferida aberta – a viúva de Boilesen não esquece*. Jornal do Brasil, 15/04/1987.

americano Charles Burk Elbrick, sequestrado quatro dias antes por um comando formado por militantes da ALN e MR8.<sup>102</sup>

Os militares da chamada *linha dura* não aceitavam a decisão do governo de atender a todas as exigências dos sequestradores. Grael e seus homens chegaram depois da partida do avião e, indignado com o desfecho do sequestro, o coronel comandou, naquela noite, a tomada dos transmissores da Rádio Nacional, no bairro de Parada de Lucas, no Rio de Janeiro, para a leitura de seguinte manifesto<sup>103</sup>:

Atenção para um comunicado à nação brasileira:

A tropa de pára-quadistas e outras tropas, insurgidas contra a decisão da Junta Governamental, de fazer a entrega de presos condenados pela Justiça, numa demonstração de fraqueza e à revelia das Forças Armadas - lança - nesse momento, uma proclamação ao povo brasileiro de repúdio a tal medida impatriótica. Conclamamos à união e tomada de consciência de que existe, em nosso país, declarada guerra interna revolucionária de comunistas, contra a qual iniciamos, neste momento, ações militares de repressão. Para o cumprimento desta determinação patriótica, estamos dispostos ao mais alto sacrifício. Em nome de Deus. Brasil acima de tudo.<sup>104</sup>

A relação da viúva de Boilesen com o coronel Dickson Grael dá margem a muitas especulações. Teriam Grael e Boilesen se conhecido? Fariam parte de algum grupo? Até que ponto havia identidade de pensamento e concordância em relação aos métodos de luta contra a guerrilha? É difícil acreditar que a relação próxima com a viúva de Bilesen seja fortuita, a julgar pela trajetória do coronel.

Cabe aqui lembrar uma advertência de Giovanni Levy quanto às simplificações que frequentemente tomam como pretexto a falta de fontes. Segundo o historiador, em geral as distorções mais gritantes quando se trata de “escrever a vida de um indivíduo”, estão relacionadas ao fato de que

imaginamos que os atores históricos obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado. Seguindo uma tradição biográfica estabelecida e a própria

<sup>102</sup> *O sequestro do embaixador dos EUA*. Recordando a História-TERNUMA. Disponível em: [www.ternuma.com.br](http://www.ternuma.com.br), acesso em 17/12/2010.

Sobre o sequestro do embaixador americano, ver também: BERQUÓ, Alberto. *O sequestro dia a dia*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

<sup>103</sup> CHAGAS, Carlos. *113 dias de angústia, impedimento e morte de um presidente*. Porto Alegre: LP&M, 1979. p. 111 - 112

<sup>104</sup> *O sequestro do embaixador dos EUA*. Recordando a História-TERNUMA. Disponível em: [www.ternuma.com.br](http://www.ternuma.com.br), acesso em 12/12/2010.

retórica de nossa disciplina, contentamo-nos com modelos, que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem certeza.<sup>105</sup>

No caso de Grael todo esse cuidado é necessário. O coronel radical, capaz de colocar a carreira em risco para defender seus ideais, foi uma das únicas vozes do Exército a denunciar a investigação conduzida pelo também coronel Job Lorena de Santana sobre o atentado a bomba do Riocentro - Centro Internacional Riotur S.A., na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio de Janeiro, no dia 30 de abril de 1980.

Naquela noite duas bombas explodiram no Riocentro. Uma no interior de um carro *puma*, um veículo esporte, nas proximidades do pavilhão onde era realizado um show de música popular, para comemorar o Dia do Trabalho. O evento era organizado pelo Comitê Brasil Democrático, ligado ao PCB - Partido Comunista Brasileiro. E o público estimado em 18 mil pessoas.

Dentro do *puma* estavam o sargento Guilherme Pereira do Rosário e o capitão Wilson Luís Chaves Machado, integrantes do DOI - Rio de Janeiro. A primeira bomba explodiu no colo do sargento Rosário, que morreu na hora. O capitão Chaves ficou gravemente ferido. Outra bomba foi atirada na casa de máquinas, provavelmente com o intuito de deixar o pavilhão as escuras, mas embora tenha explodido, essa bomba caiu distante do alvo.

Grael fora demitido do Riocentro um mês antes do atentado, do cargo de diretor de administração e finanças, ao qual cabia a responsabilidade pela segurança dos eventos. Insatisfeito com o encaminhamento do caso, o coronel decidiu realizar uma investigação paralela que desmentiu com provas irrefutáveis todos os pontos do relatório do coronel Job Lorena de Santana, encarregado pelo Exército de apurar o caso.

Grael provou que os dois militares estavam a serviço do DOI-RJ, que dois outros carros participaram do atentado e que a bomba explodiu no colo do sargento Rosário. Grael descobriu que no dia do show, o comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro, general Newton Cerqueira, o mesmo que comandou a operação que matou Carlos Lamarca, determinou que a PM suspendesse o policiamento do Riocentro à noite.

Segundo Grael, a gerente de vendas do Riocentro, Maria Ângela Lopes Capobiango, deslocou o chefe da segurança, tenente César Wachulec para o controle das bilheterias, “em seu lugar assumiu um mecânico, sem nenhuma experiência em segurança”<sup>106</sup>. No dia

<sup>105</sup> LEVY, Giovanni. *Op. Cit.*, p.169

<sup>106</sup> GRAEL, Dickson M. *Aventura, corrupção, terrorismo – à sombra da impunidade*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986. p. 82-83.

seguinte ao atentado, um homem identificando-se como integrante do Comando Delta, ligou para os jornais cariocas assumindo a responsabilidade pelo atentado.

O coronel Grael entregou um relatório com as conclusões de suas investigações ao juiz Edmundo Franca de Oliveira, mas nada aconteceu. A investigação conduzida pelo Exército transcorreu em absoluto sigilo. O primeiro encarregado, coronel Luis Antônio do Prado Ribeiro, se afastou do caso 15 dias depois de assumir, alegando problemas de saúde. Foi quando assumiu o coronel Job Lorena de Santana, que com o general Gentil Marcondes participou do sepultamento do sargento Rosário, enterrado com honras militares.

O relatório do coronel Santana afirma que os dois militares foram vítimas de um atentado terrorista e acusam a VPR e o MR8, organizações que participaram da luta armada. Na época a VPR estava extinta havia pelo menos seis anos e o MR-8, depois de um processo de *autocrítica*, abandonara as armas desde o início dos anos de 1970. Grael conta com detalhes todos os passos das duas investigações no livro *Aventura, corrupção, terrorismo – à sombra da impunidade*.<sup>107</sup>

Boilesen, Dickson Grael, Reinaldo Saldanha da Gama, Paulo Egydio Martins. Juntando essas peças, é possível imaginar o período delicado e complexo que o país vivia. Segundo o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, Boilesen era “a prova de que a Oban não estava sozinha, tinha apoio de setores respeitáveis que não deveriam ter apoiado. Enfim, o Boilesen foi o que botou a cara, mas era a cara de muitos outros que tinham uma cara semelhante que, enfim justificaram a repressão.”<sup>108</sup>

## 2.2. Construindo um personagem

Embora não existam provas documentais sobre a colaboração dos empresários com os órgãos de repressão (não se sabe da existência de comprovantes, recibos, listas de doadores, livros-caixa etc.), e embora os testemunhos sobre a presença de Boilesen nas dependências do DOI possam ser questionados, é possível, no entanto, traçar um quadro da colaboração não só de Boilesen, mas de um grupo de empresários com o aparelho repressivo. Nesse sentido, duas questões são essenciais: a especificidade dos depoimentos orais e a memória que eles revelam, que se imbricam.

<sup>107</sup> GRAEL, Dickson. *Aventura, corrupção, terrorismo-À sombra da impunidade*. Petrópolis: Editoras Vozes, 1986.

<sup>108</sup> Entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Pedro Asbeg, São Paulo, março de 2008.

Jean-Jacques Becker afirma que os chamados arquivos provocados, as entrevistas ou depoimentos, por exemplo, “pertencem à mesma categoria das recordações ou memórias, ainda que estas possam ser auto-provocadas, considerando que alguns escreveram suas memórias sem que isso lhes fosse realmente pedido”<sup>109</sup>.

Michael Pollak chama atenção para o fato de que as memórias de uma pessoa podem ser constituídas por acontecimentos vividos pessoalmente e o que chama de acontecimentos ‘vividos por tabela’, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa pertence. São acontecimentos dos quais nem sempre o indivíduo participou, mas que no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não.<sup>110</sup>

Portanto, mesmo considerando-os válidos e esclarecedores, acredito que os depoimentos colhidos para o filme *Cidadão Boilesen*<sup>111</sup>, que utilizo para este trabalho, podem estar inseridos nessa atmosfera, principalmente se levarmos em consideração que são decorridos 40 anos da morte do executivo e que essas lembranças provavelmente vem sendo continuamente reelaboradas.

Retomo aqui duas ideias de François Bédarida. A primeira diz que a despeito de tudo se deve buscar a verdade mesmo sabendo-se que “não conseguiremos jamais dominar essa verdade, mas apenas nos aproximar dela.”<sup>112</sup> E a segunda que se refere à objetividade. Recomenda Bédarida que em vez de “relegá-la como antes à condição de parente pobre, reconhecendo que o historiador jamais é neutro, cumpre restituí-la, em toda a sua dignidade, conferindo-lhe, por exemplo, o status de “mito regulador”, para usar a expressão de Sartre.”<sup>113</sup>

Michael Pollak afirma que a memória é seletiva e também sofre flutuações em função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa.

Há algumas designações, atribuídas a determinados períodos, que aludem diretamente a fatos de memórias, muito mais do que a acontecimentos, ou fatos históricos não trabalhados por memória. Por exemplo, quando se fala nos “anos sombrios para designar a época de Vichy, ou quando se fala nos “trinta anos gloriosos”, que são os 30 anos posteriores a 1945, essas expressões remetem mais a

<sup>109</sup> BECKER, Jean-Jacques. O handicap do *a posteriori*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 8ª edição, 2009. p.29

<sup>110</sup> POLLAK, Michael. *Op. Cit.*, 1992. p. 201

<sup>111</sup> *Cidadão Boilesen*, longa metragem, 92 minutos, direção: Chaim Litewsky, Produção: Chaim Litewsky e Palmares Produções e Jornalismo, Rio de Janeiro, 2008.

<sup>112</sup> BÉDARIDA, François. Tempo Presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 222

<sup>113</sup> *Idem*, p.223, 224

noções de memória, ou seja, a percepções da realidade, do que à factualidade positivista subjacente a tais percepções.<sup>114</sup>

Os depoimentos que se seguem, muitas vezes conflitantes e mesmo contraditórios, se comparados, mostram em primeiro lugar, a complexidade do ser humano e as implicações de um período de exceção em que projetos políticos, apesar da disparidade das forças, são confrontados de forma extrema, revelando um país que parece tão distante, mas que na realidade está muito próximo do Brasil dos dias atuais. Mas, principalmente, mostra claramente a intervenção do empresariado, direta e decidida, na estruturação da Oban.

**O policial:** O delegado José Paulo Bonchristiano passou a maior parte da sua carreira de policial no DOPS – Departamento de Ordem Política e Social, de São Paulo. Foi um dos responsáveis pela prisão dos 700 estudantes que tentavam organizar o 30º Congresso da UNE – União Nacional dos Estudantes, em outubro de 1968, na pequena Ibiúna, então com apenas seis mil habitantes, a 70 km de São Paulo. Em 1993, 25 anos após o Congresso, o jornal *Folha de São Paulo* convidou Bonchristiano para visitar a fazenda Munduru, onde deveria ter acontecido o encontro que ele ajudou a dissolver. O policial, já aposentado, foi de carona no carro oficial do ex-líder estudantil José Dirceu, que na época era deputado federal. Bonchristiano fez uma declaração amarga ao rever a fazenda: “Fizemos isso pra quê? Prendemos os estudantes, lutamos, defendemos a Revolução (movimento militar de 1964) e o Brasil está assim, desse jeito. A turma do Zé Dirceu é que estava certa. Hoje eu não acredito em mais nada.”<sup>115</sup>

Bonchristiano tem saudade do tempo em que, segundo ele, o DOPS era a melhor polícia política do país. Entre os seus feitos destaca a descoberta das famosas cadernetas do secretário geral do PCB, Luiz Carlos Prestes. As 19 cadernetas (3.246 páginas), encontradas na casa de Prestes, em São Paulo, em 1964, deram origem a um processo em que 74 pessoas foram indiciadas. Existem cópias desses documentos no Arquivo Público do Estado de São Paulo.<sup>116</sup>

Bonchristiano conta que conheceu Boilesen e que o executivo era um anticomunista ferrenho e fazia parte de um grupo de empresários que, temeroso com a possibilidade de um governo comunista, resolveu agir: “era um industrial que tinha os seus pensamentos políticos

<sup>114</sup> POLLAK, Michael. *Op. Cit.*, 1992. p. 200-212

<sup>115</sup> BARROS E SILVA, Fernando de. *Delegado faz autocrítica de prisões em 68*. Jornal Folha de São Paulo, 12/10/1993.

<sup>116</sup> Cadernetas de Prestes. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/CarlosPrestes.php> , acesso em 12/11/2011.

e, obviamente, ele queria fazer alguma coisa para que o comunismo não tomasse conta da nação.” Bonchristiano afirma que viu Boilesen algumas poucas vezes no prédio do DOPS, no centro de São Paulo, mas soube por intermédio de seus companheiros de trabalho que o executivo ia ao local com certa frequência. Boilesen tinha ligações familiares com Walter Suppo, delegado-geral da polícia de São Paulo entre de 1971 e 1975. Uma filha de Suppo era casada com um sobrinho de Boilesen.<sup>117</sup>

Bonchristiano, que se aposentou em 1984, diz : “Oban era Oban, o DOPS era o DOPS não tinha nada a ver uma coisa com a outra”, tentando fazer crer que a polícia política não usava os mesmos métodos. No entanto, apresenta uma exceção óbvia, “o único que entrava nesse pedaço, entrou para fazer a parte da Oban... foi o colega Sérgio Paranhos Fleury.” Nos dias de hoje Bonchristiano tem uma visão crítica em relação à Oban:

Se eles pegavam um elemento (aqui, intramuros, talvez vocês não devam por isso aí) eles faziam torturas, eles faziam o que queriam, pegavam quem eles queriam. O DOPS não, o DOPS era mais fino, dava cana, levava pro DOPS, era investigado o elemento, levantada a ficha toda.

O policial aposentado acredita que Boilesen foi assassinado porque se expôs, frequentando tanto o DOPS quanto a Oban. Conta que entre os policiais do DOPS circulava a informação de que o executivo participava de sessões de tortura, mas que não pode confirmar essa informação. E que Boilesen, ao contrário de outros empresários dispensou a proteção do DOPS, se encarregando, ele mesmo, da sua segurança. Boilesen, inclusive, foi informado pelo DOPS, meses antes do atentado, que estava sendo observado.<sup>118</sup>

**O chefe:** Comandante por três anos e quatro meses do DOI-SP, o coronel reformado do Exército, Carlos Alberto Brilhante Ustra, figura em todas as listas que denunciam torturadores que pertenceram aos órgãos de segurança durante a ditadura civil-militar. E provavelmente é o nome mais conhecido daqueles que saíram das sombras dos chamados *porões da ditadura*. Autor de dois livros, *Rompendo o Silêncio* e *A Verdade Sufocada*, nos quais tenta se defender das acusações que considera injustas, nega, contra todas as evidências, que Oban e DOI tenham torturado presos políticos ou que sejam responsáveis pela execução ou desaparecimento de militantes de esquerda.

---

<sup>117</sup> SOUZA, Percival de. *Autópsia do Medo-Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Editora Globo, 2000. p. 171

<sup>118</sup> Entrevista de José Paulo Bonchristiano a Jorge José de Melo e Chaim Litewsky, em São Paulo, em junho de 2005.

Suas negativas se estendem a Henning Albert Boilesen. Segundo ele, nem o executivo nem qualquer outro empresário colaborou financeiramente para a estruturação e funcionamento da Oban e DOI, mantidos, na sua versão dos fatos, única e exclusivamente, pelos governos estadual e federal: “em janeiro de 1970 fui transferido para São Paulo, sendo designado para a 2ª Sessão do Estado Maior. Nesse período não tomei conhecimento de qualquer participação de empresários em apoio à Oban”.

Segundo Ustra, o general Ernani Ayrosa da Silva descreve como foi criada a Oban em seu livro *Memória de um Soldado*<sup>119</sup>. Ayrosa era o chefe de estado maior do comandante do 2º Exército, general José Canavarro Pereira, em junho de 1969, quando a Oban surgiu. Uma das atribuições de Ayrosa era o comando do CODI, ao qual estava subordinado o DOI. Ainda segundo Ustra, na página 118 do livro, Ayrosa cita o trabalho desenvolvido por um integrante da alta sociedade paulista que, com os seus contatos, conseguiu levantar recursos para a construção de um quartel em São Paulo, obra necessária, mas para a qual, naquele momento, o Exército não tinha recursos. O coronel Ustra garante que “esse quartel” não era a Oban e que o arrecadador dos recursos não era Boilesen. E atribui à confusão entre esses dois fatos, “a lenda”, segundo a qual a Oban era financiada por empresários.

Ustra conta que foi apresentado a Boilesen numa solenidade militar; um tipo de evento que na época era frequentado, ou mesmo disputado, por pessoas de todos os setores de sociedade. O militar teve outros encontros com o executivo, mas sempre em solenidades desse tipo. Para Ustra, Boilesen era um homem que se destacava pelo porte físico e pela simpatia. Alegre e falante, amava o Brasil que considerava sua segunda pátria, “se declarava anticomunista e condenava publicamente os atos terroristas”.

Ustra nega que Boilesen frequentasse a Oban ou DOI: “assumi o comando do DOI no dia da sua criação, 29 de setembro de 1970. Boilesen foi assassinado no dia 15 de abril de 1971. Nesse período ele esteve uma única vez no DOI, em dezembro de 1970, quando foi me cumprimentar pelo Natal.”

Ustra afirma que a morte de Boilesen foi decidida por Carlos Lamarca, na época no MR8. O líder guerrilheiro teria mandado um bilhete para André Camargo Guerra do MRT e Herbert Eustáquio de Carvalho (Daniel), da VPR, com três nomes: Henning Albert Boilesen, Pery Igel, presidente do Grupo Ultra, e Sebastião Camargo Corrêa, dono da Construtora Camargo Corrêa. Ao lado do nome de Boilesen estava assinalada uma cruz, indicando que ele deveria ser o primeiro a morrer.

---

<sup>119</sup> SILVA, Ernani Ayrosa. *Memória de um Soldado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

Ao consultar seus arquivos, o coronel informa que os levantamentos para a ação que matou Boilesen começaram na segunda quinzena de janeiro, de 1971. As prisões dos militantes Gregório Mendonça e Laerte Dorneles Meliga, da VPR nos dias dois e quatro de fevereiro, provocaram o adiamento da ação. Segundo Carlos Eugênio Paz, na época comandante militar da ALN, Boilesen foi avisado sobre o plano e mobilizou 12 seguranças. Mas com o passar do tempo voltou à vida normal, deslocando-se sozinho pela cidade e dirigindo a próprio carro. O plano da ação foi então retomado.<sup>120</sup>

No dia cinco de fevereiro, Devanir José de Carvalho, do MRT, foi morto depois de ser preso pelo DOPS, mas as circunstâncias nunca foram esclarecidas. Existem relatos de que Devanir foi levado ferido para o DOI e torturado até a morte pelo delegado Sergio Fleury.<sup>121</sup>

De acordo com Ustra, do comando formado por ALN e MRT, que recebeu o nome de Davanir José de Carvalho, em homenagem ao militante morto, participaram, no carro da ação, um Volks, três militantes da ALN: Antônio Sérgio de Matos, como motorista, Yuri Xavier Pereira, com um Fuzil Mauser 7 mm, e José Milton Barbosa, com uma metralhadora INA. No carro de cobertura, outro Volks, três militantes do MRT: Dimas Antônio Casemiro, como motorista, Joaquim Alencar de Seixas, com uma Winchester 44, e Gilberto Faria Lima, com uma metralhadora INA.<sup>122</sup>

**O estrategista:** O pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp – Universidade de Campinas e coronel reformado do Exército Brasileiro, Geraldo Cavagnari, afirma ter ouvido do capitão Benone de Arruda Albernaz a informação, segundo a qual, Boilesen não só frequentava como participava do dia a dia da Oban. A declaração, de acordo com o coronel, ocorreu em 1972, quando ele era major e professor da Escola de Comando e Estado Maior do Exército e participava de uma manobra do então III Exército, no Rio Grande do Sul. Os dois haviam sido companheiros de turma na Escola Preparatória para Cadetes do Exército, em Campinas, São Paulo e na Academia Militar das Agulhas Negras, em Rezende, no Rio de Janeiro.

Segundo Cavagnari, Albernaz deixara recentemente o DOI, sucessor da Oban, devido a um desentendimento como o comandante da unidade, na época o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Ainda segundo Cavagnaria, Albernaz contou que escapou de ser morto com Boilesen. Os dois “costumavam ir juntos para Oban”. Em geral, Boilesen passava na casa de

<sup>120</sup> Entrevista de Carlos Eugênio Paz a Chaim Litewsky, no Rio de Janeiro, em março de 2001.

<sup>121</sup> DOSSIÊ DITADURA – Mortos e desaparecidos no Brasil – 1964-1985. Comissão de Familiares de mortos e desaparecidos políticos. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009. p. 239

<sup>122</sup> Entrevista de Carlos Alberto Brilhante Ustra a Jorge José de Melo, em Brasília, em agosto de 2005.

Albernaz para pegá-lo. No dia do atentado, Albernaz teve um problema particular e não pôde acompanhar o executivo. Cavagnari afirma que não deu muita importância para as declarações de Albernaz porque “naquela época não se sabia o que se fazia na Oban”.<sup>123</sup> É difícil acreditar que um oficial do Exército, na patente de major, integrado à tropa, não soubesse nada, não tivesse nunca ouvido falar sobre torturas nos órgãos de repressão.

O capitão Benone de Arruda Albernaz foi denunciado como torturador por dezenas de militantes que passaram pelas dependências da Oban. É apontado como um dos responsáveis pelo assassinato de Virgílio Gomes da Silva (Jonas), o comandante militar do sequestro do embaixador americano, Charles Burke Elbrick, preso por uma equipe da Oban chefiada pelo próprio Albernaz, no dia 29 de setembro de 1969, na Avenida Duque de Caxias, no centro de São Paulo.

O livro *Tortura Nunca Mais*<sup>124</sup>, lançado em 1985, traz uma lista de 444 torturadores. A revista *Veja* contabilizou o número de vezes que cada acusado de tortura foi citado nos depoimentos dos presos e estabeleceu um ranking. O capitão Benone ficou em quinto lugar, sendo citado por 16 presos.<sup>125</sup>

**O guerrilheiro:** Carlos Eugênio Paz foi um dos últimos comandantes militares da ALN. Apesar do grande número de *quedas* na organização, nunca foi preso, embora fosse um dos militantes mais procurados pelos órgãos de repressão. Por ironia, sua experiência militar, rara para um quadro oriundo das classes médias, veio do próprio Exército, onde serviu como soldado, antes de desertar e entrar para a clandestinidade. A ALN, como outras organizações da Luta Armada, foi destruída pelos órgãos de repressão, até desaparecer.

Carlos Eugênio define-se como “um humanista” que lutou contra a ditadura por um país melhor e mais justo. O termo “humanista”, usado por Carlos Eugênio, certamente faz parte da construção de uma memória da luta armada, que Daniel Aarão Reis chama de *deslocamento de sentido*, sendo assim no processo de luta pela Anistia, as esquerdas revolucionárias são apresentadas como parte da *resistência democrática*. Segundo Aarão

<sup>123</sup> Entrevista de Geraldo Cavagnari a Jorge José de Melo e Chaim Litewsky, em Campinas, em janeiro de 2005.

<sup>124</sup> O Projeto *Brasil: Nunca Mais* foi desenvolvido por Dom Paulo Evaristo Arns, o Rabino Henry Sobel e o Pastor presbiteriano Jaime Wright e equipe, e realizado clandestinamente entre 1979 e 1985, durante o período final da ditadura civil militar. O projeto gerou uma importante documentação sobre a história do Brasil e sistematizou informações de mais de um milhão de páginas contidas em 707 processos do Superior Tribunal Militar (STM), revelando a extensão da repressão política no Brasil, cobrindo um período que vai de 1961 a 1979. Atualmente constitui-se no fundo mais pesquisado do Arquivo Edgard Leuenrouth na UNICAMP, em Campinas.

<sup>125</sup> *Porão Iluminado*. Revista *Veja*, edição 1576, 09/12/1998. p.42

Reis, “apagou-se, assim, a perspectiva revolucionária, que havia moldado aquelas esquerdas”.<sup>126</sup>

A historiadora Maria Paula Nascimento Araújo defende que “o enaltecimento da violência não pode, portanto, ser desvinculado de um debate interno à própria esquerda.” Uma das marcas das organizações guerrilheiras era o conceito de “violência justa”, uma violência que não seria um recurso de defesa como nos países que se batiam contra o colonialismo como a Argélia e o Vietnã, fontes de inspiração para os revolucionários latinoamericanos, “mas um ato valorizado em si próprio, um gesto construtor de identidade, um ato libertador”.<sup>127</sup>

Carlos Eugênio participou dos levantamentos para o assassinato de Boilesen e admite ter comandado o *justiçamento*. Assume também que foi o responsável pelo tiro ou tiros de misericórdia no executivo, uma tarefa, que segundo ele, cabia ao comandante, “o tiro da certeza”. Diz que não se arrepende das ações das quais participou.

O ex-guerrilheiro, diz que a princípio, a idéia era sequestrar Boilesen e trocá-lo por Devanir José de Carvalho, preso no dia cinco de abril de 1971. Devanir, militante do MRT, era também um comandante militar experiente, com raízes na Ala Vermelha do PCdoB – Partido Comunista do Brasil. Participou, com a VPR, do sequestro do cônsul do Japão, em São Paulo, Nobuo Okuchi, em março de 1970.<sup>128</sup>

Devanir estaria condenado à morte pelos órgãos de repressão. E no dia seguinte à prisão, a ALN soube que ele havia morrido. A ação, que estava sendo organizada em regime de urgência, foi então adiada. Optou-se por um planejamento mais apurado. Segundo Carlos Eugênio, Boilesen deveria ser morto quando estivesse saindo da casa da ex-mulher, Edith Olsen, numa rua elegante do Jardim América, um dos bairros mais nobres da capital paulista. Mas no dia marcado para o atentado, o executivo se atrasou e não entrou na casa, nem mesmo saiu do carro, apenas buzinou e seguiu.

Os dois veículos que o esperavam de tocaia foram surpreendidos, a mudança na rotina confundiu os guerrilheiros. Quando tomaram pé da situação, o carro de Boilesen já dobrava à direita, numa esquina. Houve uma rápida conversa entre os militantes que decidiram manter a ação. Os dois carros seguiram Boilesen, conseguiram emparelhar com ele. Um primeiro tiro, de fuzil, foi disparado. Boilesen saiu do carro e correu, sendo então atingido por vários

<sup>126</sup> REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. p.70

<sup>127</sup> ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: FICO, Fico; FERREIRA, Marieta Moraes; ARAÚJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz. (Orgs.). *Ditadura e Democracia na América Latina – Balanço Histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2008. p. 252

<sup>128</sup> DOSSIÊ DITADURA. *Op. Cit.*, 2009. p.239

disparos até cair na sarjeta, próximo a uma feira livre, quando o comandante da ação deu-lhe o tiro de misericórdia.

O ex-militante afirma que, quando a ALN decidiu-se pelo assassinato de Boilesen, não havia mais dúvidas quanto ao envolvimento dele com a Oban e a tortura. O primeiro indício teria sido a presença frequente de veículos da Ultragaz em áreas onde militantes eram presos. Carlos Eugênio afirma também que pessoas ligadas à ALN mencionaram a *caixinha* mantida pelos empresários para o funcionamento da Oban. Por fim, uma militante, torturada na Oban, reconheceu Boilesen numa revista.

Segundo Paz, essa militante contou que durante a sessão de tortura a que foi submetida, um homem com aparência de estrangeiro, ou seja, olhos claros, pele muito branca, vestido com roupas finas, camisa social, gravata e calça de terno, fazia anotações e, vez por outra, sinalizava para os torturadores. Nesses momentos a tortura era interrompida, todos saíam da sala e quando voltavam o interrogatório tomava um outro caminho. A militante concluiu, então, que ele orientava o interrogatório.<sup>129</sup>

**A testemunha:** A geógrafa Cleuzer Barros, ex-militante da Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), viveu quase dez anos exilada, a maior parte do tempo na Suécia. Até hoje tem dificuldades para andar. Sente fortes dores nos pés e contraiu artrose, como resultado da tortura: "recebi injeções de éter nos dois pés durante um interrogatório". Ela esteve presa na Oban duas vezes, em 1969 e 1971. E além das aplicações de éter, foi submetida ao pau-de-arara, choques elétricos e à temida *cadeira do dragão*. Cleuzer afirma que na sua segunda passagem pela Oban, em janeiro de 1971, viu Boilesen, que na época não conhecia. Ela conta que uma manhã estava deitada no chão da cela, enfraquecida. Não tinha condições de ficar de pé, quando a porta da cela abriu-se. De imediato reconheceu o delegado Octávio Gonçalves Moreira Júnior, mais conhecido como *Otavinho*, homem ligado à TFP – Tradição Família e Propriedade<sup>130</sup>, anticomunista ferrenho e um dos mais temidos agentes da Oban.

Segundo Cleuzer, o homem que acompanhava *Otavinho* era alto, forte, pele muito clara, cabelos louros e estava bem vestido, de terno e gravata. Mesmo muito debilitada Cleuzer ouviu-o perguntar ao delegado o que tinha acontecido com a presa. Lembra também

<sup>129</sup> Entrevista de Carlos Eugênio Paz a Chaim Litewsky, no Rio de Janeiro, em março de 2001.

<sup>130</sup> A Tradição, Família e Propriedade (TFP) ou Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, é uma organização católica tradicionalista e conservadora brasileira, fundada em 1960 por Plínio Correia de Oliveira, deputado federal Constituinte em 1934 e jornalista católico. Defende dogmas e tradições católicas.

que não tinha sotaque. O delegado deu uma explicação qualquer e a porta da cela foi fechada. Cleuzer ficou presa até maio de 1971. E lembra que mesmo antes do justicamento de Boilesen, em abril de 1971, ouviu comentários sobre a colaboração do executivo com a Oban, que incluía, inclusive, participar de sessões de tortura. Depois de libertada viu fotos e reconheceu o homem que vira na Oban.<sup>131</sup>

Por uma ironia do destino, *Otavinho* também foi assassinado pela guerrilha, numa ação muito parecida com a que matou Boilesen. Um comando formado pela ALN, pela VAR-Palmares - Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares e pelo PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, executou o policial no Rio de Janeiro, no dia 25 de fevereiro de 1973.<sup>132</sup>

**O agente:** O sargento reformado do Exército Dirceu Antônio orgulha-se de ter sido um dos fundadores da Oban, que segundo ele, no início tinha uma estrutura extremamente precária, que só melhorou em setembro de 1970, quando se transformou no DOI. Segundo Antônio, não havia armamento, que era tomado emprestado da Polícia Civil, as viaturas também eram da Polícia Civil e “estavam caindo aos pedaços”. E o combustível era cedido pelo DOPS-SP. Antônio é um dos poucos homens do *porão* que fala abertamente sobre o trabalho que foi realizado pela Oban e pelo DOI.

Ele conta que conheceu Henning Albert Boilesen, na própria Oban, em 1969 ou 1970:

Era uma pessoa muito bondosa, simples, até admirava a simplicidade dele, ser um homem tão importante, um empresário tão importante no Brasil e a simplicidade dele era extraordinária, o tamanho dele era de admirar, quando a gente via de longe dava medo mas depois quando chegava perto a gente via que não era nada daquilo, era um sujeito bondoso, destemido, talvez seja essa a causa, uma das causas de que ele foi assassinado, ele dirigia o carro dele sozinho, não tinha segurança porque ele não acreditava, acho eu, ele não acreditava que pudesse ocorrer o que ocorreu com ele, acho que ele não acreditava, foi aconselhado várias vezes a ter segurança e assim mesmo ele não queria segurança, simplesmente não queria.

Segundo Antônio, Boilesen tinha livre acesso à Oban e ao DOI e era muito amigo do primeiro comandante da unidade, major Waldyr Coelho, a quem visitava com frequência. Era educado, gentil, cumprimentava todos os agentes, sem levar em consideração patente ou

<sup>131</sup> Entrevista de Cleuzer Barros a Jorge José de Melo, em São Paulo, em julho de 2005.

<sup>132</sup> *O assassinato do Dr. Octávio Gonçalves Moreira Júnior*. Página do Ternuma. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/ternuma/index.php?open=20&data=66&tipo=2>, acesso em 30/06/2011.

hierarquia. O ex-sargento diz que Boilesen “parecia um guerreiro”. Esse era tratamento usando pelos agentes. O ex-agente afirma também que nunca viu nada que o levasse a crer que Boilesen colaborasse financeiramente com a Oban e o DOI. Mas acredita que ele e outros empresários realmente apoiavam a unidade.<sup>133</sup>

**O político:** Paulo Egydio Martins governou São Paulo de 1975 a 1979, indicado pelo presidente general Ernesto Geisel. Foi eleito indiretamente por um colégio eleitoral formado por deputados estaduais. Martins exerceu também o cargo de ministro da Indústria e Comércio, no governo do marechal Humberto Castello Branco, entre 1966 e 1967. Foi um dos líderes civis, em São Paulo, do movimento que derrubou João Goulart. Ele conta que nos idos de 1963/64, depois de contatos com militares que conspiravam, foi encarregado de organizar a resistência contra “a implantação no Brasil de uma República Socialista”. Esclarece que esse grupo não tinha relação com o IPES, entidade que também reunia empresários e que foi elemento essencial para a desestabilização e derrubada do governo João Goulart. Havia, segundo Paulo Egydio, divergências entre os dois grupos.

René Dreifuss observa que no dia dois de abril de 1964, em reunião realizada na sede do IPES, no centro do Rio, dois dos principais líderes do Instituto, Paulo Ayres e Leopoldo Figueiredo, chamaram a atenção para o fato de que a entidade ainda estava longe da vitória, isso porque, “estava se tornando perceptível, tendo em vista principalmente o posicionamento de certos grupos econômicos, basicamente em São Paulo, que, apesar de contrários a João Goulart e seu governo e haverem apoiado sua destituição do poder, não compartilhavam totalmente com as metas do IPES.”<sup>134</sup>

O governo de Paulo Egydio Martins refletiu o momento delicado que o país vivia em 1975. O presidente general Ernesto Geisel tomava medidas muitas vezes contraditórias para quem esperava um caminho linear em direção à tão esperada *Distensão*. Equilibrando-se entre a pressão dos *porões* e a crescente insatisfação da população com o fim do *milagre econômico*. Segundo Elio Gaspari, “algo havia mudado na vida política do país, mas em janeiro de 1975 era difícil saber o que as mudanças significavam para o futuro.”<sup>135</sup>

O governo de Paulo Egydio, um dos políticos mais identificados com a *abertura*, ficou marcado por duas mortes no DOI paulista. A primeira aconteceu no dia 25 de outubro de 1975. O jornalista Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura, emissora vinculada

<sup>133</sup> Entrevista de Dirceu Antônio a Chaim Litewsky, em São Paulo, em abril de 2006.

<sup>134</sup> DREIFUSS. *Op. Cit.*, p. 420

<sup>135</sup> GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p.22

ao estado de São Paulo, morreu vítima de torturas nas dependências do DOI paulista, menos de 24 horas depois de ter se apresentado para prestar esclarecimentos. O II Exército, em nota oficial, lamentou o ocorrido e informou que o jornalista havia se suicidado com uma faixa que compunha o uniforme dos presos.

No dia 17 de janeiro de 1976, nas mesmas circunstâncias, morreu o operário metalúrgico Manoel Fiel Filho. Essa segunda morte provocou a exoneração do comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Mello, pelo presidente general Ernesto Geisel.

Paulo Egydio pretendeu fazer um governo afinado com os novos tempos mesmo sendo realista com relação aos limites aos quais deveria cingir-se: “o AI-5 é um instrumento de uma revolução que tem caráter, cabendo, portanto, só a ela julgar até quando será necessário.”<sup>136</sup>

O governador convidou para a secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, o empresário José Mindlin que, para muitos, era um homem de esquerda. Ao mesmo tempo, o secretário de Segurança Pública era o coronel Erasmo Dias, um homem declaradamente ligado aos órgãos de repressão política e orgulhoso das suas atribuições. Veremos adiante que essas duas escolhas teriam sérias implicações.

Paulo Egydio afirma que Boilesen

era um indivíduo de aceitar desafios, viessem de onde viessem. [...] Ele era um homem puro, eu não conheço do Boilesen nenhum fato que você possa dizer que fosse de um homem que tivesse vícios de caráter, vícios de integridade; ele se entregava a tudo que ele fazia com total intensidade. Isso tem algo que é muito semelhante ao meu próprio *self*, isso nos aproximou, então nós tínhamos um convívio, não de negócios, eu nunca tive negócios com ele, mas como executivos e empresários vivíamos na comunidade de empresários da época em São Paulo.

Paulo Egydio conta que o grupo de empresários conspiradores coordenado por ele primeiramente colaborou financeiramente para reequipar o II Exército, dando condições para que as tropas seguissem para sul do país, em março de 1964, com o objetivo de enfrentar o III Exército que, sob a influência de Leonel Brizola, se preparava para resistir ao golpe. No entanto, Goulart foi contra o deslocamento do III Exército, alegando que não queria ser o responsável por um *banho de sangue*. “O II Exército estava absolutamente na penúria, os caminhões, os tanques; *jeeps*, ou não tinham pneus ou não tinham bateria, ou faltava distribuidor. Havia carência de gasolina. Esse grupo que reequipou o II Exército através de contribuições de empresas paulistas.”

<sup>136</sup> Revista Veja, edição 355, 25 de junho de 1975. p. 14

Na noite de 31 de março de 1964, segundo Paulo Egydio, um grupo de pelo menos 60 empresários, todos bem armados, estava reunido no escritório dele, no centro de São Paulo. Quando souberam do acontecido decidiram passar a noite ali e organizar a resistência caso houvesse necessidade. De acordo com o empresário, “havia no nosso grupo pessoas equilibradas, pessoas mais desequilibradas [...], por exemplo, tinha um grupo armado que queria sair pela rua dando tiro, isso, de jeito nenhum, não se permitia”.

Segundo Paulo Egydio, Boilesen era um dos mais bem armados, “tinha naquela ocasião, eu me lembro disso claramente, uma metralhadora que era muito moderna para a época”. Boilesen impressionou Paulo Egydio também pela coragem, “uma cena que me marcou muito do Boilesen é essa, é que ele, sem a menor cerimônia, com a sua metralhadora, se deitou na porta do escritório, na eventualidade de alguém poder entrar no escritório.”

Foi nas movimentações dos empresários paulistas para o golpe que Paulo Egydio estreitou relações com Boilesen. Aliás, foi ele que convidou o executivo para participar dos encontros do grupo que reunia entre 50 a 100 empresários: “Extremamente alegre, extremamente solto, era uma pessoa que tinha uma gargalhada famosa mas sem exageros.” Paulo Egydio era amigo também de Pery Igel, dono do Grupo Ultra, patrão e amigo de Boilesen, e que para os guerrilheiros era também um colaborador da Oban.

Paulo Egydio conta que, depois da derrubada de João Goulart, os empresários que ele organizara e coordenara para conspirar, se dispersaram dando origem a alguns grupos armados, entre eles o CCC - Comando de Caça aos Comunistas:

Participar da destituição de um governo estabelecido é um ato de violência, é um ato contraditório que desenvolve forças comunitárias e individuais que são imprevisíveis. Então eu vi reações as mais imprevisíveis dos meus companheiros que estávamos trabalhando há meses, juntos, com a vitória. O movimento de sair à caça aos comunistas foi violentíssimo na hora, toda aquela visão de antagonismo pré o acontecimento, pré a tomada do poder eclodiu.

Segundo Paulo Egydio, Boilesen foi um dos que optaram pelas armas:

Com aquele temperamento dele de enfrentar o desafio, de enfrentar... do lutador de boxe, de ver o adversário, ele continuou e tomou uma iniciativa dele, de enfrentar os comunistas onde eles estavam e passou, com um grupo armado, a ter uma série de confrontos aonde na maioria deles, ele venceu e conseguiu lá nas suas guerrilhas, a vitória. Até que ele passou a se tornar uma pessoa famosa, quer dizer, ele na época do movimento de 31 de março, ele era um empresário como eram todos os outros,

mas nesse período após, ele pela iniciativa pessoal dele e eu não conheço um segundo que tivesse participado com ele. A ele eu conheço, a ele eu dedico a minha admiração, mas eu não apreciei e não aprecio essa ação isolada que ele teve de tentar individualmente responder a um perigo que já não era o perigo que existia anteriormente.

A opção pela luta aberta contra os comunistas teve um preço para o executivo: “uma conexão com ele naquela época poderia significar perigo de vida.” Apesar das evidências a respeito da atividade de Boilesen, Paulo Egydio garante que os dois nunca conversaram sobre esse assunto: “Eu nunca ouvi uma palavra do Boilesen. Uma. Eu tomava conhecimento pela Imprensa dos choques que ele passou a ter com grupos comunistas, isso... até o assassinato dele que foi planejado.”

Paulo Egydio tem certeza de que são verdadeiras as informações sobre a colaboração financeira dos empresários paulistas com a repressão: “Isso eu não tenho a menor dúvida. Eu tenho certeza de que muita gente contribuiu tipo seguro de vida.” Paulo Egydio também não vê Boilesen como parte de um grupo:

Conhecendo Boilesen como eu conheci, a reação do Boilesen foi no meu entender, individual, espontânea e foi a reação de um esportista que está enfrentando o seu adversário. Comunista para ele era o adversário, então eu vou enfrentar para matar ou para morrer, ele matou e morreu.

O empresário não acredita que Boilesen fosse movido por interesses pessoais ou pela possibilidade de obter vantagens para os negócios que administrava: “Eu acho que o Boilesen foi um utópico, foi um idealista, que por sua natureza humana altamente extrovertida, aberta foi uma vítima de si mesmo.” Paulo Egydio defende ainda o ex-ministro da Fazenda Delfim Netto: “Não acredito que Delfim tivesse tido qualquer relação direta com a Operação Bandeirantes”.<sup>137</sup>

**O linha dura:** O ex-coronel do Exército Erasmo Dias morreu de câncer no dia quatro de janeiro de 2010, aos 85 anos. Foi deputado federal, estadual e vereador. Um dos fundadores da Arena, embora tenha feito carreira no PP – Partido Popular. Era formado em História, pela USP - Universidade de São Paulo, e em Direito, pela Universidade da Guanabara, atual UERJ. Ficou no Exército por 35 anos.

---

<sup>137</sup> Entrevista de Paulo Egydio Martins a Chaim Litewsky, em São Paulo, em março de 2008.

Em maio de 1970, no município de Registro, no Vale da Ribeira<sup>138</sup>, comandou uma mal sucedida operação de cerco a Carlos Lamarca. Com um pequeno contingente de guerrilheiros, o ex-capitão conseguiu deslocar-se pela mata e emboscar um grupo de soldados da PM paulista. Os guerrilheiros roubaram um caminhão do Exército e disfarçados de militares conseguiram passar pelas barreiras e escapar, mesmo o Exército e a PM tendo mobilizado 1500 homens na operação. Durante a fuga, Lamarca e mais seis guerrilheiros executaram a coronhadas de fuzil o tenente Alberto Mendes Júnior da Polícia Militar de São Paulo.

Dias defendia ardorosamente a ditadura civil militar e admitia abertamente ter pertencido aos órgãos de repressão e ter desempenhado atividades ligadas à *Segurança Interna*: “Eu mesmo tive muitos contatos com a CIA, eu, pessoalmente tive contato com a CIA, eu era elemento grato da CIA”.

Dias, apesar das suas convicções, admitia que a democracia foi sacrificada durante a ditadura civil-militar, “os 21 anos foram 21 anos positivos. O regime institucional, digamos, sacrificou a democracia na sua expressão plena. Mas o benefício daquilo que ele conseguiu que não fosse feito, que era o socialismo-marxista, isso é essencialmente positivo.”<sup>139</sup>

Em 1977, na condição de secretário de Segurança Pública do governo de Paulo de Egydio Martins, Erasmo Dias foi responsável pela invasão do campus da PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Segundo Dom Paulo Evaristo Arns, que era arcebispo de São Paulo, e a quem a PUC-SP estava subordinada, Erasmo Dias tinha mais poder do que o próprio governador.<sup>140</sup>

Tropas cercaram a universidade, onde estudantes participavam da assembléia de refundação da UNE - União Nacional dos Estudantes, então na ilegalidade. Entre 700 e 1000 estudantes foram presos, dos quais 32 foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, por incitar à subversão da ordem pública. Bombas de efeito moral e de fósforo foram usadas na ocasião, ferindo dezenas de estudantes.

---

<sup>138</sup> No início de 1969, a VPR compra um sítio no Vale do Ribeira, na região sul do estado de São Paulo, e dá início a um período de treinamento para a guerrilha. No fim de abril, vários integrantes da VPR são presos no Rio de Janeiro. Um dos presos deixa escapar que Lamarca encontra-se no Vale. As Forças Armadas tomaram o local com 2.500 homens, mais um contingente de policiais cedidos pelo governo de São Paulo. Mesmo assim, depois de 41 dias de cerco, cinco guerrilheiros do grupo de dezessete, comandado por Lamarca, conseguem romper o cerco que mobilizou até mesmo aviões da FAB. Dos dezessete, oito conseguiram sair antes do cerco e quatro foram presos. A operação era comandada pelo coronel Erasmo Dias. No livro *Não és tu Brasil*, o escritor Marcelo Rubens Paiva reproduz de forma romancada o Cerco do Vale do Ribeira.

<sup>139</sup> Entrevista publicada pelo jornal Tribunal de Santos, em 18/11/2007. In: *Movimento Estudantil* – Blog do estudantes de Santos e região. Disponível em: <http://blogdoces.wordpress.com/2007/11/20/entrevista-com-o-coronel-erasmo-dias/>, acesso em 01/07/2011.

<sup>140</sup> Entrevista de Dom Paulo Evaristo Arns a Jorge José de Melo, em São Paulo, em maio de 2005.

Erasmus Dias conta que, quando ficou claro que organizações de esquerda estavam realizando ações armadas, as autoridades perceberam que não tinham estrutura adequada nem recursos para enfrentar o problema. Os empresários paulistas foram então convocados a colaborar com a organização de uma estrutura de combate aos guerrilheiros. No entanto, não sabe se essa colaboração envolvia dinheiro. Com relação a Boilesen, por exemplo, ele diz:

Eu não sei dizer pra você se ele dava dinheiro vivo, se ele colaborava nessa operação ou naquela. O Exército planejava a operação; está precisando disso, disso e disso, isso nós temos, isso nós não temos, quem pode arrumar pra gente? Pode arrumar pra gente o Vidigal<sup>141</sup>, pode arrumar pra gente, ele tem relações aí fora e pra ele ficava mais fácil ele ligar com os outros civis do que você do Exército ter ligação com dez, vinte, trinta civis. Então dois ou três civis de peso desses de respeito, o Vidigal aquele da fábrica de vagões lá de Osasco, era gente de peso, presidente da FIESP, que servia de ponte pros outros, então muita gente cooperava não era ele, ele servia de ponte, que ele dava o aval de que não era dinheiro para botar no bolso, essa é a vantagem.<sup>142</sup>

O coronel conta também que alguns empresários, assim como Boilesen, não faziam segredo da colaboração:

O Boilesen, por exemplo, sempre foi um dos primeiros que se prestou... o Júlio Mesquita Filho, quer dizer, *O Estado de São Paulo*, também às *escancas* nos apoiou, não tem dúvida. E outros empresários, aquele lá de Osasco, Vidigal nos apoiou, nunca esconderam e o apoio para nós era importante não só com informação com estrutura, e era para nós uma participação que interessava porque era o meio civil que estava se mobilizando porque afinal de contas sozinho você não ganha guerra nenhuma.

Dias garante que era grande número de empresários que apoiavam a Oban, mas, ao contrário de Boilesen, faziam questão de não aparecer: “O pessoal só fala no Boilesen, no Boilesen porque ele foi assassinado, escolheram ele para dar um exemplo para os outros mas

---

<sup>141</sup> Luis Eulálio Bueno Vidigal era dono do Grupo Cobrasma, fabricante de vagões ferroviários, um dos maiores do país. Foi presidente da FIESP-Federação das Indústrias de São Paulo, de 1980 a 1986, substituindo Theobaldo de Nigris, que estava no cargo desde 1968. A Cobrasma quebrou no final dos anos 1980.

<sup>142</sup> É interessante assinalar que Luis Eulálio Bueno Vidigal Filho, dono da Cobrasma, empresa que produzia material ferroviário, foi presidente da FIESP – Federação das Indústrias de Estado de São Paulo, de 1980 a 1986, bem depois dos fatos narrados por Erasmo Dias.

eu citaria uns dez outros aqui”. Dias, porém rechaça veementemente a possibilidade de Boilesen ter participado de sessões de tortura: “Não, isso não, de jeito nenhum”.<sup>143</sup>

**O empresário:** José Mindlin ao morrer, aos 95 anos, em fevereiro de 2010, ocupava a cadeira número 29 da Academia Brasileira de Letras. Foi um dos fundadores e presidente da Metal Leve S/A, fabricante de peças automotivas, empresa pioneira em pesquisa e desenvolvimento tecnológico próprio. Empreendeu grande esforço em prol do avanço tecnológico brasileiro e no processo de exportação de produtos manufaturados. Mindlin foi também dono de uma das mais importantes bibliotecas privadas do país, que começou a formar aos 13 anos. Em 2006 doou 45 mil volumes, entre livros, coleções e folhetos, para USP- Universidade de São Paulo.<sup>144</sup>

Em 1975, quando da morte de Vladimir Herzog, vítima de torturas nas dependências do DOI-SP, Mindlin era secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia do estado de São Paulo. À sua secretaria estava subordinada a TV Cultura, onde Herzog era diretor de jornalismo, cargo para o qual foi indicado pelo próprio Mindlin.

Fui eu quem propôs o Vlado para diretor de jornalismo da TV Cultura. Não o conhecia, mas seu currículo era de longe o melhor. Telefonei para o Rui Nogueira Martins, presidente da Fundação Padre Anchieta, que disse: "Ele teve umas veleidades comunistas na mocidade, mas é coisa sem importância. Pode nomear. Depois marquei um encontro com Rui, e ele me disse que o Vlado estava mal orientado, que no dia da posse havia posto no ar um programa sobre Ho-Chi Minh. Ora, se o programa foi ao ar no dia da posse, é porque já estava pronto. Ele retrucou: "Não estou pedindo a demissão. Isso depende do grau de risco que o senhor esteja disposto a assumir". Passou-se um mês e fui a um seminário nos Estados Unidos. Paulo Egydio estava no interior. E Herzog foi preso. E aí aconteceu o que todo mundo sabe. Ele foi assassinado. Procurei o governador com uma carta de demissão em mãos. E ele disse: 'Você está liberado, nosso acordo foi esse. Mas se sair agora, enfraquece a resistência. Se ficar, também não posso garantir nada. Amanhã podemos estar presos, ou na rua'. Nesse meio tempo, houve o assassinato do Manuel Fiel Filho. Era inadmissível. Se eu sáísse e viesse a

<sup>143</sup> Entrevista de Erasmo Dias a Jorge José de Melo, em São Paulo, em agosto de 2005.

<sup>144</sup> *Morre aos 95 o bibliófilo José Mindlin*. Folha online, Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u700228.shtml> - acesso em 29/06/2011), acesso em 28/02/2010.

abertura, ficaria com muita pena de ter saído. Mas, se ficasse e não viesse a abertura, ficaria com muito mais pena de ter ficado. Resolvi sair.<sup>145</sup>

Crítico moderado do regime militar, Mindlin assinou em julho de 1978, junto com outros sete líderes empresariais, considerados na época os mais importantes do país, um manifesto com propostas econômicas:

Acreditamos que o desenvolvimento econômico e social, tal como o concebemos, somente será possível dentro de um marco político que permita participação de todos. Mais que isso, estamos convencidos de que o sistema de livre iniciativa no Brasil e a economia de mercado são viáveis e são duradouros, se formos capazes de construir instituições que protejam os direitos dos cidadãos e garantam a liberdade.<sup>146</sup>

Conhecido como *Primeiro Documento dos Empresários*<sup>147</sup> ou *Documento dos Oito* o manifesto é considerado um dos mais importantes do setor empresarial já redigido no país.

Bem sucedida e saudável financeiramente, líder num setor que pouco dependia dos humores do governo, a Metal Leve, certamente deu liberdade e tranquilidade suficientes a Mindlin para negar-se a colaborar com a Oban:

Eu tinha contato, trânsito bastante livre com políticos e mesmo militares, menos com a parte mais radical. Eu criticava ideias, não pessoas. E nós, na Metal Leve, tínhamos a independência econômica que sempre procuramos ter. Nunca pedi favores. Na empresa, havia gente que apoiava o Maluf. Mas não entrávamos na política. Não dávamos contribuição para ninguém. Com isso, também se evitavam problemas.<sup>148</sup>

O empresário conta que estava um dia no seu escritório e diretor da FIESP, em fins dos anos 1960, quando foi procurado por um desconhecido que, de forma direta e objetiva, pediu dinheiro para a Oban. Mindlin respondeu que já ouvira falar sobre a Operação e sabia

<sup>145</sup> José Mindlin, Personalidades, Biblioteca de Cultura Popular. Disponível em: [http://www.almanaquebrasil.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=70jose-mindlin&catid=12906:literatura&Itemid=28](http://www.almanaquebrasil.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=70jose-mindlin&catid=12906:literatura&Itemid=28), acesso em 22/06/2011.

<sup>146</sup> *O documento dos oito*. Revista Veja, Edição 513, 05/07/1978. p. 80

<sup>147</sup> Assinaram o documento, além de José Mindlin, Antônio Ermírio de Moraes, Cláudio Bardella, Jorge Gerdau Johanpeter, Laerte Setúbal Filho, Paulo d'Arrigo Velhinho, Paulo Diederichsen Villares e Severo Fagundes Gomes. Cf. *O documento dos oito*. Revista Veja, Edição 513, 05/07/1978. p. 79

<sup>148</sup> José Mindlin, Personalidades, Biblioteca de Cultura Popular. Disponível em: [http://www.almanaquebrasil.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=7077:jose-mindlin&catid=12906:literatura&Itemid=28](http://www.almanaquebrasil.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7077:jose-mindlin&catid=12906:literatura&Itemid=28), acesso em 22/06/2011.

que usava métodos violentos, deixando implícito, dessa forma, que tinha conhecimento da prática de torturas:

Ele me disse: olha eu estou representando a Oban, que está se organizando para ajudar a salvar a sociedade dos perigos da agitação de esquerda. Então eu queria saber se o senhor estaria disposto a colaborar com recursos de que a Oban necessita para se equipar tecnicamente. Não falou nada mais do que isso. Mas eu já tinha ouvido bastante coisa sobre isso e simplesmente disse que não estava disposto a contribuir sem conhecer exatamente como funcionava a entidade.

Mindlin afirma que não conheceu Boilesen pessoalmente e que nunca teve interesse em conhecer o executivo. E que o mesmo acontecia com Boilesen em relação a ele, “nunca me procurou”. O empresário, no entanto, lembra uma questão importante: “a gente tinha que ter cuidado com a facilidade com que boatos correm sobre pessoas; basta dizer a própria declaração de Boilesen a meu respeito, dizendo que eu era uma pessoa de esquerda.”

Mindlin considera que houve exagero no combate à luta armada: “Eu tinha mais medo da direita do que dos comunistas. Os comunistas no Brasil representaram um perigo, eu acho que, ilusório, a própria revolução estava fazendo frente a uma esquerda festiva”<sup>149</sup>.

**O escritor:** Per Johns, filho de dinamarqueses, fez carreira como executivo e consultor empresarial, mas ficou conhecido como romancista, ensaísta e tradutor. Ganhou o prêmio Jabuti, de melhor romance, em 1991 com o livro *As aves de Cassandra*.<sup>150</sup>

Johns conta que conheceu Boilesen, em 1965, quando trabalhava na Gasbrás (atual Supergabrás), empresa concorrente da Ultragas, da qual Boilesen era presidente, “ele era extremamente aberto, extremamente agradável, extremamente simpático e sempre, digamos assim, com um riso aberto e franco”. A primeira característica de Boilesen que chamou a atenção de Johns foi a completa integração ao Brasil,

ele foi um dos poucos dinamarqueses que eu conheci, e eu sou filho de dinamarqueses, que se adaptaram ao Brasil de uma forma tal que ele efetivamente se tornou brasileiro, e os dinamarqueses devido à sua origem, devido à sua maneira de ser, temperamento, etc. são muito fechados e vivem dentro da sua pequena colônia. O Boilesen não, ele extrapolou, ele se tornou, na realidade, brasileiro não só no sentido externo, mas ele absorveu o Brasil dentro de si. Isso era uma coisa que

<sup>149</sup> Entrevista de José Midlin a Chaim Litewsky, em São Paulo, em março de 2005.

<sup>150</sup>JOHNS, Per. *As Aves de Cassandra*. Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 1990.

chamava atenção, ele era efetivamente brasileiro [...] inclusive, falava um português, ao contrário dos outros dinamarqueses, quase sem sotaque o que era outra raridade.

Por força do trabalho, Johns encontrou Boilesen muitas vezes. Em 1971, já morando fora de São Paulo, cidade onde viveu de 1962 a 1970, tomou conhecimento das circunstâncias do assassinato do executivo. A partir de então descobriu uma outra face de Boilesen, “a primeira etapa foi saber que ele efetivamente era um dos financiadores da Oban, digamos assim, o espírito mentor da Oban e era amigo do Fleury”.

Johns começou a se interessar pela história desconhecida de Boilesen, em 1978, quando conheceu o escritor dinamarquês Henrik Stangerup<sup>151</sup>, que veio ao Brasil para realizar pesquisas para um livro que pretendia escrever sobre Boilesen. Segundo Johns, a colônia dinamarquesa tentou influenciar Stangerup, provavelmente temendo a reação negativa que a história do executivo poderia provocar, num período de distensão política. Por intermédio de Stangerup, Johns conheceu Samuel Wainer<sup>152</sup>, que fez um detalhado relato sobre as atividades de Boilesen.

Segundo Johns, Wainer citou a existência da *pianola Boilesen*, que o executivo teria trazido do exterior. Wainer contou também a Stangerup que Boilesen participou do empastelamento do jornal *Última Hora*, de propriedade de Wainer, logo após o golpe, no dia 2 de abril de 1964. O *Última Hora* era o único jornal da grande imprensa que apoiava João Goulart. Segundo Johns, Stangerup escreveu 100 páginas do livro sobre Boilesen, mas o manuscrito desapareceu depois da morte do escritor em 1998.

Na avaliação de Johns, Boilesen era megalomaniaco; gostava de fazer propaganda do que fazia e realmente fazia coisas dignas de admiração como o CIEE – Centro de Integração Escola Empresa<sup>153</sup>. No entanto, não acredita que Boilesen tirasse vantagens do apoio que prestava à Oban. Johns também não acredita que ele fosse um agente da CIA, acusação muito frequente.

---

<sup>151</sup> Henrik Stangerup (1937-1998), escritor e diretor de cinema dinamarquês.

<sup>152</sup> Com empréstimo do Banco do Brasil, facilitado por Getúlio Vargas, que queria um jornal para apoiar seu projeto político, Samuel Wainer, um jornalista brilhante, fundou o jornal *Última Hora* (1951-1971). Entre outras façanhas, Wainer foi o único jornalista sul-americano presente ao julgamento dos generais de Hitler, em Nuremberg, em 1945. Jornal de sustentação de João Goulart, aliás o único da chamada grande imprensa, o UH sofreu as consequências do golpe de 1964, levando Wainer para o exílio na Europa. Ver: WAINER, Samuel. *Minha razão de viver – memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Editora Planeta, 2005.

<sup>153</sup> O CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola, concebido e fundado por Henning Albert Boilesen é uma instituição filantrópica, mantida pelo empresariado nacional, de assistência social, sem finalidade lucrativa. Tem 48 anos de existência e como função encaminhar estudantes de nível médio, técnico e superior para estágio ou aprendizado.

Johns usou a história de Boilesen como base para criar personagens de três livros de ficção. O que possui referências mais explícitas é *Cemitérios marinhos às vezes são festivos*, “ele é um exemplo vivo do quanto a criatura humana não se encaixa em nenhum parâmetro, para o bem e para o mal.”

Johns, que trabalhou sempre em grandes empresas, tendo contato diário com seus donos e executivos, afirma que o pensamento de Boilesen estava de acordo com a média dos empresários brasileiros da época, que viam como uma *catástrofe* a possibilidade de um governo comunista. A diferença, de acordo com Johns, é que a maioria dos empresários estava mais preocupada com seus interesses pessoais e econômicos e Boilesen tinha uma motivação ideológica: “assumi de peito aberto essa convicção: “ou nós fazemos alguma coisa ou vamos ser engolidos””.<sup>154</sup>

**O militar:** O coronel reformado Tarcísio Nunes Ferreira considera-se um *revolucionário* de primeira hora. Desde a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, conspirava com outros oficiais, primeiro para impedir a posse de João Goulart e depois para derrubá-lo. Considera que o marechal Castelo Branco era um líder com muitas qualidades, mas cometeu alguns erros que acabaram por desvirtuar o movimento. E o primeiro deles foi o Ato Institucional Dois, “uma revolução que se preza só tem um ato”.

Nunes Ferreira considera que o golpe foi uma Revolução e uma revolução, segundo ele, deve ser como uma cirurgia,

é uma coisa necessária, indispensável, mas que ninguém deseja... por que indesejável? Porque ela fere os tecidos bons para chegar ao tecido ruim; é violenta, maltrata o corpo, por isso tem que ser completa e rápida, se não você mata pela anestesia, então entendo que a revolução política tem que ser completa e rápida, perfeita e cingir-se aqueles objetos que ela tem à mão. Ela não pode sair dali e extravasar porque aí ela piora, ela cria uma grande ferida que não sara mais.

Nunes Ferreira lembra que ao eclodir a luta armada havia um consenso segundo o qual as Forças Armadas deviam intervir, o *modus faciendi* é que provocava divergências. Ele e seu grupo eram favoráveis a “afastar do circuito aqueles elementos nocivos que estavam perturbando a ordem, mas sem agredi-los, se possível cooptá-lo, se não pudesse cooptá-los pelo menos respeitá-los no seu ponto de vista.” Segundo Nunes Ferreira, “um dos males que a *Guerra Fria* criou foi gerar a figura do *inimigo interno*”. Ele considera que o conceito de

<sup>154</sup> Entrevista de Per Johns a Jorge José de Melo, em Teresópolis - RJ, em março de 2005.

guerra revolucionária transformou o adversário em inimigo, que deve ser eliminado e isso deturpou o comportamento das Forças Armadas.

Nunes Ferreira, com o conhecimento que tem dos meios militares, não acredita que a iniciativa de organizar a Oban, tenha partido do Exército: “Foi mais o desejo do empresariado de defender os seus interesses, que estariam em risco se houvesse uma *cubanização* do Brasil.” E que o tipo de composição da Oban era um risco para a disciplina militar:

Eu comecei perceber que a Oban, o quê que era? Um grupo de empresários dando apoio com boa vontade, digamos assim, até que provem em contrário, para combater a subversão que fazia mal ao seu capital, aos seus interesses particulares. Esse casamento eu achei espúrio, achei meio arriscado como de fato provou que era pelos abusos que eles geram, fatalmente eles geram esses abusos.

Segundo o coronel, entre os militares, poucos conheciam pessoalmente Boilesen, mas os comentários sobre ele eram recorrentes, “eu ouvia falar que ele tinha uma intimidade muito grande com o pessoal da Oban”. O fato que trouxe luz às atividades do executivo foi exatamente as circunstâncias da sua morte, “cheguei à conclusão de que pouca gente conhecia bem, muito pouca gente, inclusive o pessoal do QG do II Exército, falava muito dele, mas conhecia muito pouco, poucos tiveram com ele pessoalmente, isso eu percebi, havia muita história em torno da figura dele.”

Nunes Ferreira, um crítico do modelo Oban-DOI, acredita que Boilesen pudesse participar de sessões de tortura:

é natural que assim fosse já que ele atuava na parte financeira, que ele atuasse na parte operacional não é um negócio tão estranho; não é estanque, as duas áreas não são estanques, até para saber se o dinheiro estava sendo bem aplicado, digamos assim; é um negócio dramático mas é verdadeiro.

Quanto à morte de Boilesen, Nunes Ferreira é irônico: “um acidente de trabalho previsto em qualquer ação desse tipo, podia ser dele, podia ser de qualquer outro, Dan Mitrione<sup>155</sup>, qualquer um podia ser, um Burnier<sup>156</sup>, podia ser qualquer um, morrer no trabalho

---

<sup>155</sup> Agente americano morto pelos Tupamaros, organização de esquerda uruguaia, em 1970. A serviço do governo americano, Dan Mitrione estava no Uruguai treinando policiais para o combate às organizações armadas como os Tupamaros. Mitrione, nos anos 1960, trabalhara em Minas Gerais. Os americanos consideravam que a polícia era a primeira barreira para enfrentar as ações armadas da esquerda. Cf. PATTO, Rodrigo Sá. O Instrutor. In: *Revista de História*, 07/07/2008. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/o-instrutor>, acesso em 30/07/2011.

acontecia, você está num trabalho, subversivo, clandestino, então está no risco operacional que o trabalho exige, de um lado e de outro.”

O coronel também não acredita que o ex-ministro Delfim Netto tivesse participado de qualquer tipo de intermediação para levantar recursos para a Oban,

eu não vejo no ministro Delfim Netto essa figura... posso lhe garantir que não foi o governo, naturalmente foi uma sugestão das forças empresariais no sentido de se oferecer às Forças Armadas o reforço que eles sentiam que elas estavam precisando. A iniciativa dificilmente partiria do Exército para pedir socorro ao empresário. Eles sentindo que a coisa estava demorando, estava complicando... eles se ofereceram para dar essa ajuda para acelerar o processo de repressão.<sup>157</sup>

**O filho:** Henning Albert Boilesen Júnior é extremamente parecido com o pai. Não aceita, nem como hipótese, as acusações que são imputadas ao ex-presidente da Ultragaz, que garante, era um genuíno democrata, um homem generoso e preocupado com o semelhante. Não consegue entender por que o classificam como um homem de direita ou mesmo extrema direita. Inveja é a única explicação que consegue encontrar para o brutal assassinato. Inveja do sucesso, inveja da exposição, inveja da clareza com que Henning Albert Boilsen pai defendia suas ideias, inveja do entusiasmo dele e da capacidade de realização. Boilesen Júnior em muitos momentos parece que não relacionar a morte do pai ao momento político que o país vivia nos anos 1960 e início dos anos 1970, enxerga algo de misterioso.

Henning Júnior diz que passou a primeira infância numa casa de “chão batido”, em Santo André, no ABC paulista. As estantes, segundo ele, eram construídas pelo próprio pai, com caixas de madeira que, originalmente, embalavam as bolas de borracha natural que vinham da Amazônia para a fabricação de pneus na Firestone<sup>158</sup>, empresa na qual Boilesen trabalhou de 1939 a 1950, indo de almoxarife a chefe da contabilidade. Em seguida,

---

<sup>156</sup> O brigadeiro João Paulo Moreira Burnier era considerado um militar de linha dura. Em 1968, foi acusado pelo capitão Sérgio Miranda Ribeiro de Carvalho, o Sérgio Macaco, do ParaSar, de querer usar a unidade, que se destinava a operações de salvamento, para ações terroristas, como por exemplo, incendiar o Gasômetro do Rio de Janeiro, com o objetivo de incriminar a esquerda e justificar o endurecimento do regime. Cf. João Paulo Burnier – Verbete do CPDOC, disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/joao\\_paulo\\_burnier](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/joao_paulo_burnier), acesso em 30/07/2011.

<sup>157</sup> Entrevista de Tarcício Nunes Ferreira Jorge José de Melo e Chaim Litewsky, no Rio de Janeiro, em abril de 2005.

<sup>158</sup> A Firestone iniciou as operações no Brasil em 1923, com um escritório de negócios em SP, montou a primeira fábrica em 1939 e em 1999 foi vendida para a japonesa Bridgestone. Cf. <http://www.bridgestone.com.br/CORPORATIVO/corporativo.aspx>, acesso em 25/06/2011.

transferiu-se para a Dunlop, como diretor administrativo e de vendas. Em 1952 foi para a Ultragas, como assistente da presidência.<sup>159</sup>

Boilesen Júnior diz que o pai foi *egoísta* por se expor tanto:

colocar numa posição em que ele era alvo desse tipo de inveja; que era um egoísmo da parte dele se dar tanto aos outros e esquecer que ele deixou filho cego, filho menor e um monte de coisa por aí para trás...eu fui várias vezes ameaçado de sequestro, meus filhos que estudavam em colégios normais de São Paulo, era a coisa mais comum do mundo o diretor da escola dizendo que tinham telefonado para o Rio Branco<sup>160</sup> dizendo que teve ameaça de sequestro.

Acima de tudo, o pai era um homem bom tentando ajudar as pessoas e pensando no bem do país. Ele nem mesmo reconhece que o país vivia um momento de instabilidade política, de exceção:

ele foi covardemente atingido, pensando que ele estava lidando com uma trombada de carro, ele ser alvejado cinco vezes nas costas e depois de morto e caído na sarjeta levou 25 tiros na cabeça...isso é uma barbárie que não tem tamanho, isso para mim não se justifica, nós não estávamos em estado de guerra...ninguém estava furando um estado de sítio ou coisa que o valha. Pra mim é um crime que até hoje está impune... ele foi enterrado sim, pela família, e todos os ônus da morte dele não foram suportados por amigos dele, por pessoas de mesma opinião...foram suportados, isso sim, pela família dele que catou o que restou, enterrou e tentou conviver com isso por todos esses anos; agora, não desmereço de forma nenhuma... a caridade que ele fez, a caridade que ele propôs, só acho que ele deveria ter tomado cuidado porque é bem capaz muitas vezes se você dá uma esmola, se você der pouco você é capaz de levar uma facada de quem você está tentando ajudar, você precisa identificar quem você vai ajudar e aí eu acho que está o maior erro de meu pai, ele não soube identificar quem ele estava ajudando, ele pensou que ele estava lidando com um povo num estado de civilização, num estado de espírito completamente diferente.

Na sua luta em defesa da memória do pai, responde, muitas vezes, com outras perguntas:

---

<sup>159</sup> Folha de São Paulo, 16/04/1971. p. 8

<sup>160</sup> Rio Branco é um tradicional colégio paulistano administrado pela Fundação Rotarianos.

Quem teve mais envolvido e comprovadamente envolvido com a Oban: o meu pai ou o Tuma<sup>161</sup>? Você vai me responder é o Tuma. O que o meu pai podia estar envolvido?... participar de palestras sobre o que acontecia no Brasil, sobre se nós tínhamos democracia ou não, se você tinha terrorismo, se você não tinha ou qualquer coisa que o valha, absolutamente...Claro, o meu pai conhecia o Fleury, conhecia o Tuma, conhecia todos; claro que ele conheceu o pessoal do II Exército.

Boilesen Júnior embora não diga claramente, considera que o pai foi uma espécie de *bode expiatório*:

Por que não deram no Krueel<sup>162</sup> e sim no sentinela? Eu acho que o meu pai era mais um sentinela que estava de bobo na frente, protegendo ou fazendo vigilância de um quartel... você tem um sistema político que lá está. Não é porque você convive com ele que você é parte integrante dele... Não é pelo fato de ele eventualmente ter uma amizade com o Fleury que ia dizer que ele estava participando do que o Fleury fazia.... Nem capitalista o coitado era... era um representante de uma empresa.

Boilesen Júnior tem ressentimentos com relação a Pery Igel, herdeiro e principal executivo do Grupo Ultra, na época em que o pai foi assassinado. Boilesen Júnior deixa escapar que a família sentiu-se abandonada não só pelo Grupo Ultra mas por outros amigos:

O próprio Pery Igel, quando o meu pai morreu você não achava ele porque ele se internou num SPA e ninguém achava ele... o outro foi viajar para não sei onde, cada um puxa a sardinha para o seu lado e... antes ele do que eu. Evidente que o mundo é muito cruel, especialmente gente que põe o valor em dinheiro, outra vez a crítica que eu tenho ao meu pai. Ele se aliou talvez a gente não era muito interessante de se unir.

E em meio a uma gargalhada conclui:

Mas eu acho que na vida a gente paga tudo. É duro que os filhos do Pery, todos eles, o mais velho é alcoólatra, o outro, fruto do segundo casamento, desgraçadamente, morreu no desastre da TAM. Paulo Cunha, um dos sucessores,

---

<sup>161</sup> Romeu Tuma morreu em 26/10/2010, aos 79 anos. Entrou na polícia por meio de concurso, com 20 anos. Foi diretor de Polícia Especializada, na Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Durante a Ditadura Militar, chefiou o Departamento Estadual de Ordem Política e Social – DOPS.

Cf. *Morre em São Paulo aos 79 anos o senador Tuma*. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/>, acesso em 30/07/2011.

<sup>162</sup> Marechal Amaury Krueel, comandante do II Exército em 1963-1966. Cf. CPDOC [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/amaury\\_krueel](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/amaury_krueel), acesso em 30/07/2011.

vive todo atrofiado, com uma atrofia, envelhecimento precoce. Eu acho que contra eles não precisa se desejar mais nada parece que alguém já tá cuidando deles (risos).

Quando perguntado sobre o esquecimento a que a memória do pai foi relegada, Boilesen afirma conformado:

O que eu acho que os interesses eram muito grandes e era exatamente a época que a Ultragaz começou a perceber que não ia passar de um mero distribuidor de gás liquefeito de petróleo... se ela não fizesse as sociedades convenientes com a Petrobrás... o medo de que essas associações não fossem se realizar... Então a Ultragaz teve medo de que se ela defendesse a posição de quem... na realidade eles assumiram muito *The King is dead, God save the King*, rei morto rei posto, então evidentemente queriam não se indispor...porque Petrobrás nunca foi militar... não quis ficar associado à imagem do Boilesen, não e ponto final.

Atribui o sucesso do pai na Ultragaz à capacidade de trabalho e ao arrojo:

Ele entrou para a Ultragaz querendo fazer o que ninguém fez e teve oportunidade pra isso porque havia uma discussão acionária dentro da Ultragaz, o velho Ernesto Igel é que pôs o meu pai lá e que foi um gênio, que viu que tinha tanques abandonados, vamos dizer, do Zeppelin, pela costa brasileira e ele arrumou uma sociedade com o velho Junkers, que produzia fogões, como meio de fazer um comércio com esse gás que estava espalhado pela costa brasileira, este homem sim este foi o criador da Ultragaz, foi um gênio, este é que contratou meu pai, não foi o Pery Igel.

Com o trabalho e bons contatos, o pai preparou a Ultragaz para entrar no setor petroquímico e conquistar uma posição no mercado brasileiro e internacional:

A companhia ia muito bem, só em 1965, na época em que eu trabalhei na Ultragaz, só na cidade de São Paulo se entregava 32 mil botijões de gás por dia. Isso em 65, você imagina o que era um negócio desse. E outra, o gás é maravilhoso, ainda mais tendo uma Petrobrás... porque a Petrobrás tinha o monopólio, a Ultragaz comprava o gás lá fora, transportava para o Brasil, vendia à vista para a Petrobrás, a Petrobrás internava esse gás, a Ultragaz ia lá comprava ele de volta, pagando a 30 dias. No dia seguinte, esse gás já estava em São Paulo e vendido à vista, você tinha um capital de giro negativo, financiado por um banco excepcional que era a Petrobrás... e quando meu pai morreu ele já tinha toda a petroquímica de terceira geração amarrada junto ao Grupo Ultra. Como ele conseguiu isso? Negociou todos os contratos de

obtenção de tecnologias com franceses, com ingleses, com americanos; a Ultragaz tinha tecnologias *nondisclosure agreement* da ICI, da Dupont, Coco France, da própria Bélgica, da própria Itália... tudo isso foi desenvolvido num relacionamento do meu pai; ele foi para a Nigéria, fez a sociedade com os ingleses criou a Sun Gaz, que era a Ultragaz da Nigéria. A Nigéria é um país de 150 milhões de habitantes, não é uma coisa assim tão pequena.

Embora não acredite nas acusações que são feitas ao pai, admite a proximidade dele com os órgãos de segurança: “que ele evidentemente devia ter conhecimento da Oban e das coisas que a Oban talvez fizesse, isso talvez soubesse e que ele talvez olhasse pro lado, não sei, duvido, eu acho que aprovar o fato, nunca.”

Afirma também que o pai tornou-se brasileiro:

Ele não tinha nenhum motivo para não se considerar brasileiro, tinha toda a segurança possível e imaginável, mas ele tinha uma vontade de esquecer e de afastar, não afastar da forma negativa, tanto que ele manteve, no fim de semana ele ia, o divertimento pessoal dele era ir para o clube Escandinavo, ir para as festas da colônia, enfim ele se orgulhava do fato também, mas ele se orgulhava mais do sucesso no Brasil do qualquer outra coisa.<sup>163</sup>

**O observador estrangeiro:** O general de brigada Arthur Moura construiu uma reputação de eficiência e discrição, qualidades fundamentais para um homem que passou a maior parte da vida envolvido em missões delicadas além das fronteiras dos EUA. Em sua longa carreira, trabalhou diretamente com quatro presidentes americanos: Dwight Eisenhower, John Kennedy, Lyndon Johnson e Richard Nixon. A experiência e o vasto conhecimento acumulados sobre a América Latina transformaram-no em figura obrigatória nos cursos de formação militar nos EUA. Recebeu várias condecorações do Exército e governo americanos. E condecorações também no Brasil, as medalhas do Mérito Naval e do Mérito Militar. Viveu no Brasil um longo período. Foi adido militar da embaixada americana, em Brasília, durante a ditadura militar, entre 1967 e 1975.<sup>164</sup>

Ao transferir-se para a reserva, em 1975, passou a trabalhar na iniciativa privada como consultor da empreiteira brasileira Mendes Júnior, onde ficou até 1991, quando se aposentou e retornou aos Estados Unidos. Fluente em espanhol e português, fez cursos de especialização

<sup>163</sup> Entrevista de Henning Albert Boilsen Júnior a Jorge José de Melo, em São Vicente-SP, em junho de 2005.

<sup>164</sup> Disponível em: <http://www.arlingtoncemetery.net/asmoura.html>, acesso em 30/07/2011.

em América Latina nas universidades de Maryland e Washington. Em função dos cargos que ocupou no Brasil, no Rio e depois em Brasília, teve contato frequente e privilegiado com militares brasileiros de alta patente, entre eles o ex-comandante do II Exército, general Humberto de Souza Mello.

Moura, antes de vir para o Brasil, serviu no Panamá, onde funcionava a Escola das Américas, um centro de aperfeiçoamento militar, criado e mantido pelos norte-americanos. Entre 1946 e 1984, a instituição, especializada em contra-insurgência, treinou mais de 60 mil militares latino-americanos até ser transferida para Fort Benning, na Flórida. Entre os graduados, muitos dirigentes e torturadores das ditaduras militares latinoamericanas. Entre eles, os ex-ditadores Manuel Noriega (Panamá), Roberto Viola e Leopoldo Galtieri (Argentina) e Hugo Banzer (Bolívia). Entre os brasileiros, destacam-se o brigadeiro João Paulo Penido Burnier e os generais Hélio Ibiapina Lima e Thaumaturgo Sotero Vaz.<sup>165</sup> Arthur Moura morreu no dia 29 de outubro de 2008, na Carolina do Norte, no Estados Unidos.

Segundo Moura, três eventos podem ser arrolados como os principais responsáveis pela a criação da Oban. O assassinato do soldado Mário Kozel Filho, em 26 de junho de 1968, no QG do II Exército: “teve um impacto muito grande, sentimental, emocional, sobre o Exército, principalmente”. “A execução bárbara do capitão americano Charles Chandler na presença da esposa e do filho de nove anos teve um impacto extremamente negativo”. O atentado, executado pela VPR, ocorreu no dia 28 de novembro de 1968. E a deserção do capitão Carlos Lamarca, com 63 fuzis, três submetralhadoras e uma pistola, do 4º Regimento de Infantaria de Quitaúna, no interior de São Paulo, no dia 24 de janeiro de 1969.<sup>166</sup>

Segundo Moura, a iniciativa de criar a Oban partiu do II Exército e não dos empresários. As Forças Armadas não dispunham, na ocasião, de recursos para operações de Informação,

as forças armadas, principalmente o Exército, sentiam que estavam na defensiva com as ações dos terroristas cada vez mais violentas... Não havia, por exemplo, verba suficiente para tratar de um serviço de informações eficiente. Na minha opinião, a chefia do Exército, principalmente o II Exército, chegou à conclusão que era o momento de apelar para o setor privado, principalmente o setor privado estrangeiro, para fazer esse setor ver que, eventualmente, poderia ter impacto sobre o

<sup>165</sup> *Um país na encruzilhada*. Revista Isto é, edição 1607, 12/07/2000. Disponível em: [http://www.istoe.com.br/reportagens/29750\\_UM+PAIS+NA+ENCRUZILHADA](http://www.istoe.com.br/reportagens/29750_UM+PAIS+NA+ENCRUZILHADA), acesso em 25/06/2011.

<sup>166</sup> *Repressão mudou a disciplina militar*. O Estado de São Paulo, Marcelo Godoy. Disponível em: [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br), acesso em 30 de junho de 2011.

setor se as forças terroristas vencessem. Então a tese era: hoje somos nós amanhã poderão ser vocês... precisamos de apoio, a fim de realizar as nossas missões eficazmente, apoio financeiro. As verbas oficiais não davam para pagar diárias de hotel, aluguel de veículos que operações de informações sofisticada... então, segundo as conversas com o pessoal, após a criação da Oban, esses foram os motivos porque apelaram para o setor privado e o elemento que se prontificou a ser a ligação com o setor privado foi o Boilesen.

Moura, no entanto, faz questão de esclarecer de que nunca manteve qualquer tipo de contato com Boilesen. E não acredita que as empresas que colaboraram com Oban o tenham feito por pressão dos militares, “eles fizeram isso de bom grado, afinal de contas quem estava mandando no país na época eram as Forças Armadas, então um apelo desses... e havia evidência abundante da capacidade desses elementos para criar tumulto e executar operações mortíferas.”

O general afirma que nunca houve pedido de colaboração das Forças Armadas brasileiras aos EUA para atividades ligadas à repressão política, nem da Oban nem de qualquer outro órgão da chamada Defesa Interna.

As forças armadas brasileiras consideravam isso uma coisa de fórum íntimo e uma coisa altamente reservada então não comentavam sobre a organização da Oban, sobre as atividades da Oban e isso era uma coisa que dificilmente os meus contatos se abriam sobre esse processo e como estava concentrado em São Paulo cabia mais ao consulado em São Paulo manter contatos e manter interesse nisso, inclusive eu não me recordo de qualquer informe que eu tenha mandado para Washington, e eu mandei centenas deles, fazendo referência à criação da Oban e ao apoio do setor privado à Oban porque realmente eu não sabia, não tinha interesse em saber, tinha curiosidade, mas como eu digo, os meus contatos, militares brasileiros não ofereciam muitos comentários sobre esse assunto nem Washington me pedia, nem pediu em qualquer momento para eu me informar mais profundamente sobre essas atividades.

O general ri da sugestão de que Boilesen fosse agente da CIA, “pobre Cia”, ironiza Moura, “o Boilesen pouco teria a contribuir para a CIA. Se ele estava mantendo contrato com empresários americanos e outros, esses empresários seriam melhores fontes de informação do que o Boilesen”. Ele também não acredita que o executivo assistisse ou participasse de sessões de tortura na Oban,

isso é uma bobagem das maiores...em primeiro lugar, se houve tortura, esse tipo de interrogatório de prisioneiros era uma coisa realizada intimamente, não havia coisa pública e nem se convidava pessoas a participarem disso, era uma coisa altamente reservada e talvez espontânea que ocorresse em dado momento por dada pessoa... não como uma fator de política das Forças Armadas se engajarem na tortura. Eu acho isso um exagero dos maiores como tantos outros exageros dessa turma da esquerda festiva.<sup>167</sup>

---

<sup>167</sup> Entrevista de Arthur Moura a Chaim Litewsky, por telefone, NY-USA, em janeiro de 2008.

## Capítulo 3. A Máquina

### 3.1. A Oban

A Oban foi uma resposta dos militares às ações das organizações da esquerda armada que num primeiro momento, obtiveram relativo sucesso em assaltos a empresas, supermercados, pedreiras (para roubar explosivos) e bancos. Essas ações, de início, foram tomadas como crimes comuns. No entanto, revelaram, com as primeiras prisões, a motivação política. Aliás, nesse período inicial da luta armada, muitas dessas prisões se deveram mais a erros dos guerrilheiros do que à eficiência das polícias, propriamente dita.

Organizações como a ALN, MR8 e VPR eram influenciadas pela Revolução Cubana e pelos escritos do francês Régys Debray, autor do livro *Revolução na Revolução?*, lançado em 1967, que defendia tese, segundo a qual, um núcleo guerrilheiro seria a elite da vanguarda na luta revolucionária. Muito contribuiu também para a mística guerrilheira das esquerdas do mundo inteiro a Guerra do Vietnã<sup>168</sup>, possibilidade real de uma vitória dos norte-vietnamitas; uma realidade imersa em romantismo, ou seja, a luta heróica do *Davi* comunista contra o *Império Americano*, que patrocinava o Vietnã do Sul.

No Vietnã o sonho revolucionário tornou-se realidade. A luta desigual e tenaz entre um Exército Popular, que utilizava o conhecimento do terreno e táticas de guerrilha e contava com um amplo apoio popular, acabou por derrotar o mais poderoso dos exércitos do pós guerra. E essa foi, seguramente a maior e mais improvável derrota militar dos EUA.

As ideias concebidas por Debray sobre a revolução ficaram conhecidas como *Foquismo* ou *Foco Guerrilheiro*<sup>169</sup>. Segundo Marcelo Ridenti, “mantinha-se a idéia de uma vanguarda condutora da revolução, seguindo a posição de Fidel Castro, também defendida por Debray”<sup>170</sup>. Ridenti chama a atenção para a resistência das organizações brasileiras em relação ao termo *foquismo* ou *foco Guerrilheiro*:

---

<sup>168</sup> A Guerra do Vietnã (1959-1975) foi uma das maiores tragédias da história do século XX e, sem dúvida, o maior fracasso militar da história dos EUA, provocando a morte de 58 mil americanos e ferimentos em mais de 300 mil. No lado vietnamita, foram mais de três milhões de mortos e outros tantos de feridos. No começo da década de 1970, os protestos contra a guerra aconteciam em grande quantidade nos EUA. Jovens, grupos pacifistas e a população em geral iam para as ruas pedir a saída dos EUA do conflito e o retorno imediato das tropas. Os americanos lutavam ao lado do Vietnã do Sul contra os comunistas do norte, liderados por Ho Chi Min. A televisão mostrava as cenas violentas e cruéis da guerra. Sem apoio popular e com derrotas seguidas, o governo norte-americano aceitou o Acordo de Paris, que previa o cessar-fogo, em 1973. Em 1975, ocorre a retirada total das tropas norte-americanas. É a vitória do Vietnã do Norte.

<sup>169</sup> RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993. p. 42

<sup>170</sup> *Idem*.

Note-se, contudo, que poucos grupos de esquerda no Brasil assumiram plenamente o modelo cubano – a maioria rejeitou a pecha de “foquista”. Até mesmo a Ação Libertadora Nacional (ALN), organização mais próxima de Cuba, a partir de 1968, substituiu a proposta de foco pela de “coluna guerrilheira móvel.”<sup>171</sup>

A ALN realizara suas primeiras ações no Rio de Janeiro e em São Paulo em fins de 1967. Um das primeiras aconteceu em dezembro, quando foram roubados 50 quilos de dinamite de uma pedreira do município de Cajamar, em São Paulo<sup>172</sup>. Um pouco antes, Carlos Marighella, militante histórico, rompera com o PCB, depois de mais de 30 anos nas fileiras do *Partidão* e foi seguido por um grupo que como ele, criticava a inação do partido durante e após o golpe civil militar de 1964.

No segundo semestre de 1967, Marighella, já em rota de colisão com a direção do partido, desafiaria uma decisão da cúpula do PCB, participando da conferência da OLAS - Organização Latino-Americana de Solidariedade, em Havana, Cuba, onde declarou sua opção pela guerrilha.<sup>173</sup> A OLAS reuniu organizações guerrilheiras de todas as partes do mundo. De início, o grupo de Marighella ficou conhecido como Grupamento Comunista de São Paulo, origem da ALN.

No início de 1969, a DI-GB<sup>174</sup>, depois MR8<sup>175</sup>, também realizou uma série de ações no Rio de Janeiro<sup>176</sup>. A isso somou-se a deserção do capitão Carlos Lamarca do Regimento de Infantaria de Quitaúna, no interior de São Paulo, para se integrar à VPR.<sup>177</sup> Com os assaltos a banco e atentados, como o realizado pela VPR, em junho de 1968, contra o QG do II Exército,

<sup>171</sup> RIDENTI, Marcelo. Esquerdas Revolucionárias nos anos 1960-1970, *Civilização Brasileira*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e Democracia 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.25

<sup>172</sup> SOUZA, Percival. *Autópsia do medo – vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*, Rio de Janeiro: Editora Globo, 2000. p.112,

<sup>173</sup> ROLLEMBERG, Denise. Carlos Marighella e Carlos Lamarca: memórias de dois revolucionários. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e Democracia 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.79

<sup>174</sup> A DI-GB – Dissidência Estudantil da Guanabara era uma dissidência do PCB, formada, na sua maioria por estudantes universitários, que atuava de forma independente desde 1966. Cf. CAMURÇA, Marcelo Ayres; REIS, Daniel Aarão. O Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8). Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org.) *Revolução e democracia 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.134

<sup>175</sup> A DI-GB só adotou o nome MR-8 em setembro de 1969 quando do sequestro do embaixador americano Charles Burk Elbrick. Essa ação, a primeira do gênero, foi realizada em parceria com a ALN. Cf. *Idem.*, p.137

<sup>176</sup> CAMURÇA, Marcelo Ayres; REIS, Daniel Aarão. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Orgs.). *Op. Cit.*, p. 136

<sup>177</sup> ROLLEMBERG, *Op. Cit.*, 2007. p. 85

quando morreu o soldado Mario Kozel Filho<sup>178</sup>, o governo concluiu que as delegacias e departamentos de polícia política não estavam devidamente organizados, treinados, aparelhados e mobilizados para enfrentar essas novas formas de ação.

A ideia de um órgão repressivo, centralizado e *duro*, não era nova. Segundo o jornalista Hélio Contreiras, que cobriu as Forças Armadas durante praticamente todo o período da ditadura civil militar, o general Fiúza de Castro sugeriu, em 1967, ao então ministro do Exército, general Adhemar Queiróz, “um plano para a adoção do sistema de repressão baseado no que seria, no futuro, os CODI-DOI.” Mas, segundo Contreiras, o ministro rejeitou o projeto com o apoio do presidente marechal Costa e Silva.<sup>179</sup>

É possível afirmar que a Oban não teria existido sem o AI-5. As linhas gerais do mais restritivo dos atos institucionais foram redigidas pelo ministro da Justiça, Gama e Silva, ex-reitor da USP. Pesava sobre Gama e Silva a suspeita de contar, em sua assessoria, no ministério, com integrantes do CCC - Comando de Caça aos Comunistas, denúncia feita pelo governador de São Paulo à época, Roberto de Abreu Sodré, uma fonte insuspeita.<sup>180</sup> Segundo o historiador Carlos Fico,

uma das provas da antiguidade dos anseios repressivos é a existência de um documento pronto, redigido pelo ministro Gama e Silva, tão violento que foi rejeitado pelo presidente Costa e Silva e pelo ministro do Exército. Isto é, a linha dura estava preparada desde algum tempo e tinha uma série de providências a tomar de imediato.<sup>181</sup>

Em janeiro de 1969, o general Jayme Portella, um defensor da mobilização do Exército na luta contra a *subversão e o terrorismo* e de uma ação exemplar contra a Esquerda Armada, então secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, enviou um documento ao presidente general Emílio Garrastazu Médici alertando-o para o perigo das guerrilhas urbana e rural e reconhecendo a fragilidade da estrutura repressiva:

<sup>178</sup> Vitimas da esquerda deverão ser indenizadas – pensão deve ser paga a famílias de pessoas mortas por guerrilheiros durante ditadura, *O Estado de São Paulo*, 20/01/2001. Disponível em: [www.exibir.com/dhumanos/estado2001.htm](http://www.exibir.com/dhumanos/estado2001.htm), acesso em 10/01/2012.

<sup>179</sup> CONTREIRAS, Hélio. *Militares – Confissões – Histórias Secretas do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1998. p. 50

<sup>180</sup> *Um poder à sombra*. Revista Veja, edição 545, 21/02/1979. p.65

<sup>181</sup> FICO, Carlos. *Op. Cit.* 2001, p.116

Os organismos policiais nas áreas estaduais mostram-se despreparados e insuficientes. A falta de coordenação e de uma ação maciça de repressão à onda de violência parece constituir o principal fator de êxito do plano subversivo...<sup>182</sup>

A gênese da Oban foi o I Seminário de Segurança Interna, realizado em Brasília, em fevereiro de 1969, reunindo todos os secretários de segurança pública dos estados, os comandantes das Polícias Militares e os superintendentes regionais da Polícia Federal, sob a orientação de Gama e Silva e do general Carlos de Meira Mattos, chefe da Inspetoria Geral das Polícias Militares.<sup>183</sup>

Em abril de 1969, o comandante do II Exército, general Manoel Rodrigues de Carvalho Lisboa, que era contrário ao modelo Oban, foi substituído pelo general José Canavarro Pereira. Essa mudança viabilizou o órgão repressivo. Segundo Mariana Joffily, “havia uma predisposição das Forças Armadas em lançar mão de todos os instrumentos disponíveis – entre os quais a tortura – para assegurar o que consideravam a ‘segurança interna’ do país.”<sup>184</sup>

A estruturação da Oban seguiu o espírito de urgência punitiva que inspirou a chamada *linha dura* e que regeu a instalação do Sistema de Segurança Interna do país. Desde o governo Castelo Branco os *radicais*, abrigados entre os oficiais superiores, reclamavam contra a morosidade e as limitações impostas pela Justiça, que empacavam a *limpeza* que pretendiam fazer. Esses militares, que se agrupavam em torno do marechal Costa e Silva, argumentavam que os dois grandes problemas do país naquele momento eram a corrupção e a *subversão*. Segundo Carlos Fico, para o surgimento do SISSEGIN,

foram indispensáveis a adoção preliminar de foro especial para os crimes políticos (julgados pelos tribunais militares desde o AI-2, definição incorporada à Lei de Segurança Nacional de 1967 e seguintes) e a suspensão de certas garantias individuais como o *habeas corpus* – algo que se tornou permanente com o AI-5.<sup>185</sup>

Removidos os obstáculos jurídicos e um dos mais graduados críticos do modelo, a Oban, que reunia militares do Exército (responsáveis pelo comando), Polícia Federal, Polícia Militar, DOPS e Polícia Civil, foi inaugurada numa solenidade pública que contou com as presenças do governador de São Paulo, Roberto de Abreu Sodré, do secretário de segurança

<sup>182</sup> *Mais Eficiência na luta contra o terror*, Revista *Veja*, edição 24, 01/01/1969, p.16

<sup>183</sup> JOFFILY, Mariana, *Op.Cit.*, p.30

<sup>184</sup> *Idem*, p. 37

<sup>185</sup> FICO, Carlos. *Op. Cit.*, 2001. p.113

pública, Hely Lopes Meirelles, e dos comandantes do IV Distrito Naval e da 4ª Zona Aérea. O novo comandante do Segundo Exército, general José Canavarro Pereira, foi o anfitrião<sup>186</sup>.

O saldo do primeiro ano de funcionamento da Oban impressiona. Desorganização da VAR-Palmares; completa desarticulação da Ala Vermelha do PCdoB; da FNLN – Frente Armada de Libertação Nacional e da FELA - Frente Estudantil Pela Luta Armada; prisão dos principais líderes da VPR e desmantelamento da ALN, com a prisão de vários líderes e o assassinato de Carlos Marighella; além de participação efetiva no esclarecimento do sequestro do embaixador americano, Charles Burk Elbrick e o esclarecimento total do sequestro do cônsul do Japão em São Paulo, Nabuo Ozichi. “Os dados estatísticos eram igualmente eloquentes: 111 ‘aparelhos’ estourados, e 412 presos encaminhados para fins de processo, sendo 313 ao DOPS, 48 ao DEIC e 25 ao DPF”<sup>187</sup>.

Segundo o panfleto do comando que assassinou Boilesen, o executivo foi julgado por um *Tribunal Revolucionário* e condenado. As acusações, além das já descritas, como o apoio financeiro à Oban, incluíam a cessão de carros da Ultragas para operações da Oban, nas quais cumpriram o papel de elementos cenográficos para a montagem de armadilhas para os militantes, com agentes disfarçados de funcionários da empresa. Ou seja, além da disposição dos militares, que na realidade eram a *cabeça* da Oban, os agentes contavam com apoio institucional, recursos materiais e dinheiro.

O jornal *A Folha de São Paulo* também era acusado pelas organizações da esquerda armada de colaboração com os órgãos de repressão, inclusive transportando presos em seus veículos. Uma das empresas do Grupo Ultra, a Super Gel, fora identificada como fornecedora das refeições servidas aos agentes a serviço da Oban. Além do mais, Boilesen teria sido visto no DOI-CODI por uma militante ligada à ALN, fato que é narrado por Carlos Eugênio Paz no livro *Viagem à luta armada*.<sup>188</sup>

Não havia, no entanto, testemunhas da participação de Boilesen em sessões de torturas. É interessante observar que embora outros empresários, como Peri Ygel, dono do Grupo Ultra, fossem apontados pela esquerda como financiadores da Oban, era Boilesen quem se materializava como o símbolo da colaboração.

Na comunidade de informações, a Operação Bandeirantes desempenhava um papel preponderante por conjugar coleta de informações com ação direta. Nesse sentido, era um

---

<sup>186</sup> *Idem*, p. 115

<sup>187</sup> JOFFILY, Mariana. *Op. Cit.*, p.41

<sup>188</sup> PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada-memórias da guerrilha*. Rio de Janeiro: Edições Best Bolso, 2008. p.162

órgão misto. As informações constituíam um ponto privilegiado na estratégia de combate à esquerda armada.<sup>189</sup>

Apesar das negativas oficiais a ação da Oban não contrariava a cúpula das Forças Armadas ao usar métodos violentos para produzir informações. Está mais do que provado que as negativas faziam parte de uma estratégia. Afinal, de formas variadas, a ditadura civil militar buscava a legitimidade. Mesmo assim, comandantes militares defendiam abertamente a tortura mesmo atribuindo a prática a “excessos cometidos por subalternos”, uma espécie de acidente de trabalho. Ao referir-se aos agentes da Oban-DOI o general Adyr Fiúza de Castro, justifica, “É tudo como cachorro brabo, Doberman. E o Doberman tem-se que manter muito na trela, porque se o largar, ele vai atacar até a gente da casa.”<sup>190</sup>

Num outro trecho da mesma entrevista, concedida a Maria Celina D’Araújo, Glaúcio Ari Dilon e Celso Castro, o general lembra ter trabalhado por um longo período com o general Sílvio Frota que, segundo ele, era totalmente contrário à utilização de meios violentos para obter confissões, Fiúza, no entanto, defende o método:

Quando se tem tempo, há os métodos psicológicos, sala escura, essas coisas todas, que funcionam. Mas quando não se tem, ou se desiste do interrogatório, ou se aplicam métodos violentos. Agora, nos lugares em que eu passei, todos chefiados pelo Frota, era uma obsessão dele que o preso não sofresse nenhum dano físico.<sup>191</sup>

O general Castro vai além e justifica, inclusive, a existência de prisões clandestinas do CIE – Centro de Informações do Exército, do qual foi um dos fundadores. Locais como a *Casa dos Horrores*, denunciada por diversos presos políticos e que ficava em Petrópolis, na região serrana do Rio de Janeiro. De acordo com a interpretação do general:

A casa de Petrópolis era preparada para “virar, aliciar agentes. Não era nada daquilo que andaram falando. Não era casa de tortura. Mas não me pergunte quais são as casas do CIE, porque eles nunca contaram. Quando eu era chefe do CIE, não tinha necessidade disso, porque não havia começado ainda a luta mais aguda – seu saí em 69. Prendia e mandava entregar ao I Exército. Mas depois, talvez tivessem encontrado dificuldade por causa dessa obsessão do Frota.<sup>192</sup>

<sup>189</sup> JOFFILY, Mariana. *Op. Cit.*, p. 37-38

<sup>190</sup> D’ÁRÚJO, Maria Celina; DILON, Glaúcio Ary; CASTRO, Celso. *Os Anos de chumbo*, Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1995. p.59

<sup>191</sup> *Idem*, p.73

<sup>192</sup> *Idem*, p.68

Graças às informações da ex-presa política, Inês Etiene Romeu, ex-militante da VPR, a *casa dos horrores de Petrópolis* foi localizada, em 1981, na Rua Arthur Barbosa, 668, no bairro Caxambu, centro do município. Inês Etiene valeu-se dos quatro últimos números de um telefone que ouviu nas conversas dos seus torturadores para localizar o endereço na lista telefônica da cidade, depois que foi libertada, ao final de nove anos de prisão. Ela foi a única sobrevivente dos que para lá foram levados. Pelo menos 16 militantes de organizações da luta armada desapareceram depois de passar pelo centro clandestino.<sup>193</sup>

A *casa dos horrores* é mais um exemplo de colaboração dos empresários com a repressão. O proprietário, o alemão Mário Ladders, emprestava o imóvel aos agentes do CIE. Ladders foi acusado de acompanhar as sessões de tortura. Segundo Inês Etiene, nos 93 dias que passou na casa viu Ladders pelo menos uma vez. E segundo ela, Ladders teria lhe oferecido uma barra de chocolate.

Ao ser localizado o empresário, que morava na mesma rua, no número 120, negou as acusações, disse que nada sabia sobre as torturas e alegou que foi pressionado pelo ex-interventor de Petrópolis, Fernando Ayres da Mota, a ceder a casa entre 1971 e 1978.

Inês Etiene também conseguiu localizar o psicanalista Amilcar Lobo, que teve o registro cassado pelos conselhos Regional de Medicina do Rio de Janeiro e Federal de Medicina, após ter reconhecido que era um dos profissionais que davam suporte médico às torturas durante os interrogatórios na *casa de Petrópolis*.

Embora destaque a lealdade ao general Frota, o general Adyr Fiúza de Castro deixar clara a sua discordância com o comandante:

Eu não tenho o complexo do Frota. O Frota tem horror, enquanto eu acho que em certas circunstâncias ela é necessária. Nunca fiz porque sou leal a ele. Mas não sou contra. Guerra é guerra... Agora por sadismo ou por puro divertimento ela, é até mórbida, não concordo. E há gente que se deleita com o sofrimento do próximo.<sup>194</sup>

---

<sup>193</sup> LOYOLA, Leonardo, *Parecia casa. Era o Inferno*. Revista Época, 01/04/2011. Disponível em: revistaepoca.globo.com/Revista.Epoca, acesso em abril/2011.

<sup>194</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dilon; CASTRO, Celso. *Op. Cit.* 1994. p.70

### 3.2. O DOI

O então major Carlos Alberto Brilhante Ustra que assumiu o comando do DOI, o sucessor da Oban, em 29 de setembro de 1970, foi responsável pela consolidação do órgão. Com Ustra, o efetivo mais do que dobrou, chegando a 250 agentes. Ele ficou à frente do DOI-SP até janeiro de 1974, quando teve início o processo de *abertura*, e concedeu ao pessoal do Exército uma série de benefícios e vantagens. Segundo Ustra, em “reconhecimento do trabalho sério dos integrantes do DOI-CODI/II Ex, noventa dos seus membros receberam a Medalha do Pacificador com palma, a mais alta condecoração outorgada pelo Exército brasileiro.”<sup>195</sup>

Em 2000 foram encontrados no Arquivo Público do Estado de São Paulo registros sobre a atuação da Oban e CODI-DOI. De acordo com esses documentos, até maio de 1975 foram *mortos, sob custódia*, 50 opositores do regime. Não se conhecia, até então, documento oficial que admitisse o que as autoridades militares sempre negaram. O relatório também oferece um panorama da repressão na área de atuação do II Exército (São Paulo e Mato Grosso). De acordo com o documento, até 30/6/1975 foram “presos pelo DOI-CODI 2.355 cidadãos; 821 foram recebidos de outros órgãos; 3.399 prestaram declarações e foram liberados; 136 estiveram no DOI e não prestaram declarações”<sup>196</sup>.

O jornalista Antônio Carlos Fon, autor da primeira grande reportagem sobre máquina repressiva montada em São Paulo, afirma que “enquanto denúncias de torturas se sucediam por todo o país, o aparelho repressivo consolidou um forte esquema de sustentação financeira que estreitaria as ligações entre empresários e militares”<sup>197</sup>.

Ainda, segundo o jornalista,

agentes dos órgãos de segurança recebiam prêmios mensais muitas vezes superiores aos seus salários. Essa gratificação costumava ser reforçada quando se matava algum dirigente subversivo considerado particularmente perigoso. Pela morte do ex-deputado e líder esquerdista Carlos Marighella, por exemplo, cada delegado envolvido na ação recebeu a importância, altíssima para o ano de 1969, de 100.000 cruzeiros.<sup>198</sup>

<sup>195</sup> USTRA, Carlos Alberto. *Rompendo o Silêncio*. Brasília: Editerra Editorial, 1987. p. 136-137

<sup>196</sup> POMAR, Pedro Estevam da Rocha. Estatísticas do DOI-CODI. In: *Revista Adusp*, n° 34, São Paulo, 2005, p. 74-77

<sup>197</sup> *Idem* p.63

<sup>198</sup> *Descendo aos porões*. Revista Veja, edição 546, 21/02/1979. p.63

Na página do *site Terrorismo nunca mais*, que tem como objetivo, segundo seus mantenedores, “resgatar a verdadeira história da Revolução de 1964 e, mais uma vez, opor-se a todos aqueles que ainda teimam em defender os referenciais comunistas, travestidos como se fossem democráticos”, existe um perfil de Boilesen:

Boilesen, um dinamarquês de 55 anos, havia sido, em sua juventude, lutador de boxe e jogador de futebol em Copenhague. Formado em Administração de Empresas, veio para São Paulo em 1942, como contador da Firestone, naturalizando-se brasileiro em 1959. Ingressando na Ultragás, foi, pela sua grande capacidade de trabalho, galgando postos, sucessivamente, até tornar-se o presidente do Grupo Ultra, que englobava várias empresas ligadas à produção do gás liquefeito do petróleo. Preocupado com os aspectos sociais do trabalho, auxiliava diversas entidades e havia criado um Centro de Integração Empresa-Escola, para a formação de mão-de-obra especializada. Entrosado com o meio empresarial, possuía os títulos de "Cidadão Paulistano" e de "Homem de Relações Públicas em 1964", além de quase uma dezena de medalhas e condecorações, outorgadas por diversas entidades, entre as quais o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a Sociedade Geográfica Brasileira e o Museu de História do Rio de Janeiro. Casado, com 3 filhos e 4 netos, Boilesen disputava peladas de futebol nos fins de semana e era fanático torcedor do Palmeiras. Gostava de samba e ficava horas a ouvir Chico Buarque, a quem considerava um gênio. Apaixonado pelas artes plásticas, patrocinava exposições e privava da amizade de inúmeros artistas que expunham na vizinha cidade de Embu.<sup>199</sup>

O *site Ternuma - Terrorismo nunca mais* é um dos porta-vozes dos remanescentes do chamado *porão*, ou seja, agentes da repressão, particularmente da Oban. As versões de eventos como o assassinato de Boilesen no *site* reproduzem fielmente documentos do DOPS-SP, redigidos a partir de informações da Oban, o que pode ser comprovado a partir de uma rápida pesquisa no Arquivo do Estado de São Paulo, a quem coube a guarda dos documentos provenientes da DOPS paulista.

---

<sup>199</sup> O Assassinato de Henning Albert Boilesen, Justiça, Recordando a História. Disponível em: [www.ternuma.com.br](http://www.ternuma.com.br); <http://www.ternuma.com.br/boilesen.htm>, acesso em 15/08/2010.

### 3.3. O Esquadrão da Morte

Contra todas as evidências, inclusive telefonemas de um porta-voz para as redações dos jornais paulistas com a indicação dos locais onde eram *desovados* os corpos dos executados, o governador Roberto Abreu Sodré (1967-1971) negava a existência do *Esquadrão da Morte*, grupo de extermínio que se tornara famoso e temido em São Paulo. Segundo o jornalista Percival de Souza, o EM tinha se inspirado na *Scuderie Le Coq*, do Rio de Janeiro, que no início dos anos 1960 executava marginais, com o apoio integral do jornalista Davi Nasser, um dos mais famosos da época e admirador ditadura civil militar.<sup>200</sup>

Os primeiros crimes do *Esquadrão da Morte* paulista aconteceram em fins de 1968, período que coincide com a edição do AI-5. Em 1970, em represália à morte de um investigador, dez homens foram assassinados pelo *Esquadrão da Morte*. A maioria deles foi retirada do Presídio Tiradentes, onde estavam sob a custódia do estado.

As frequentes inquirições dos jornalistas sobre o EM aborreciam o governador e, principalmente, as investigações de um dos procuradores do estado, Hélio Bicudo, que subsidiavam as reportagens. As menções da ligação do *Esquadrão da Morte* com a polícia paulista também incomodavam sobremaneira o secretário de segurança do estado, o jurista Hely Lopes Meirelles e o chefe da Procuradoria do Estado, desembargador João Batista Santana.

O jornalista Percival de Souza, que desde o início dos anos 1960 cobria os bastidores da Polícia Paulista, afirma que pelo menos uma vez o secretário Meirelles visitou a Divisão de Crimes Contra o Patrimônio, núcleo do EM, para elogiar os policiais e garantir que estavam protegidos.<sup>201</sup>

Na tentativa de levar os integrantes do Esquadrão da Morte aos tribunais e preocupado com a omissão de seus superiores, Bicudo procurou o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid e ouviu entre surpreso e desapontado que ele nada poderia fazer sem consultar os superiores imediatos do procurador, ou seja, o governador e o secretário de justiça do estado. Bicudo, recorreu então ao delegado da Polícia Federal em São Paulo, general Denizar Soares de Oliveira, que seguiu o mesmo padrão de resposta.

Segundo o procurador, ele tentou por várias vezes contato com o presidente da república, general Médici. Uma das tentativas foi através do chefe da AERP- Assessoria

---

<sup>200</sup> SOUZA, Percival. *Autópsia do medo – vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2000. p.70

<sup>201</sup> *Idem*, p.72

Especial de Relações Públicas da presidência da República, coronel Octávio Costa. O procurador paulista entregou a Costa dossiê completo sobre o caso e ouviu que o documento chegaria às mãos do presidente. Costa disse ainda que quando fosse a São Paulo procuraria Bicudo. O procurador não sabe se o dossiê foi entregue, mas nunca foi procurado por Costa. Essa última tentativa frustrada convenceu-o de que a investigação também não interessava ao governo federal.<sup>202</sup>

Numa entrevista, ao ser provocado com uma pergunta sobre o EM, por um repórter da TV Record, o governador de São Paulo disse o seguinte:

Você cria a paz com clima de terror, porque um marginal criminoso é um homem que se ele não sentir que existe uma polícia disposta a enfrentá-lo, a ousadia dele não tem limites. Pois ele é um anormal. Então o que precisa é criar um clima de quem cometer crimes, ele vai ser preso e quem reagir terá alguém para enfrentá-lo.<sup>203</sup>

Essa declaração do governador sobre como é possível produzir a paz caberia sem adaptações aos princípios que moviam a Oban. Interessante é observar que secretário de segurança, Hely Lopes Meirelles, e o governador de São Paulo, Roberto de Abreu Sodré, foram dois dos mais ilustres convidados da solenidade de inauguração da Oban.

No prefácio do livro de Bicudo sobre o *Esquadrão da Morte* escreveria o jornalista Rui Mesquita Filho, proprietário do jornal *O Estado de São Paulo*, um dos mais ilustres apoiadores do golpe de abril de 1964, mas que a essa altura distanciava-se cada vez mais do governo:

Se não tivesse ocorrido a circunstância fortuita de os criminosos do esquadrão da morte, ou pelo menos, algumas de suas principais figuras, terem tido participação importante na repressão ao terrorismo político e à subversão, temos a certeza de que Hélio Bicudo teria encontrado todo o apoio de que necessitava para levar sua luta até um final plenamente vitorioso.<sup>204</sup>

Embora seja muito improvável que o principal elemento da quadrilha, erigido em herói da luta contra a subversão, venha um dia a ser condenado por algum dos incontáveis crimes que praticou, não há dúvida de que os resultados da ação de

---

<sup>202</sup> *Idem*, p. 31, 32,35

<sup>203</sup> BICUDO, Hélio Pereira, *Op. Cit.*, p.126

<sup>204</sup> *Idem*, p.10

Helio Bicudo revelam que há condições de se deter o processo de gangrena institucional a que o Brasil está submetido.<sup>205</sup>

Os bons serviços prestados à luta contra a *subversão e o terrorismo* pelo delegado Sérgio Fleury garantiram a impunidade ao ex-chefe do *Esquadrão da Morte* e delegado do DOPS de São Paulo. Dessa forma as duas organizações, Oban e EM, se irmanavam; na violência, na ilegalidade, na clandestinidade das suas ações. Responsáveis pelo trabalho sujo que supostamente garantia a segurança dos cidadãos, da família e do estado, viveriam as duas instituições momentos de poder e glória.

O estado mais rico e desenvolvido do país, na época ainda mais rico e poderoso do que nos dias de hoje, quando detém ainda 32% do PIB brasileiro, transformou-se num laboratório de violência, permitindo uma irônica interpretação da máxima, *São Paulo não pode parar*. Num quadro como esse só é possível entender a ação de Boilesen e seus pares como partícipes de um projeto tão importante a ponto de considerar de menor importância questões como a legalidade e a moralidade de suas ações.

Hélio Bicudo foi afastado das investigações e colocado em disponibilidade, ou seja, ficou sem função, além de ter o escritório vasculhado, de ser seguido ostensivamente e ameaçado de morte por telefone, por alguém que dizia ser porta-voz do Esquadrão da Morte e identificava-se como Lírio Branco.<sup>206</sup>

No dia 22 de novembro de 1973 foi aprovada pelo Congresso Nacional a lei 5.941, mais conhecida como *Lei Fleury*, proposta pelo deputado Cantídio Sampaio, líder do governo na Câmara Federal, e aprovada em apenas 30 dias, em benefício do delegado Sérgio Paranhos Fleury, que corria o risco de ser preso. A lei aprovada rapidamente permitia aos réus primários e de bons antecedentes, condenados em primeira instância, mesmo por homicídio, aguardar o recurso em liberdade.

A proteção ao delegado Fleury é um exemplo de que os ditadores estavam dispostos a abrir mão de todas as normas legais e práticas morais em nome da luta contra a *subversão*. Não cabe aqui me aprofundar no caso Fleury, que provocou transferência de juízes, exoneração de procuradores e promotores do estado de São Paulo, pressões, ameaças, além da conversão de figuras antes respeitadas pelo saber jurídico e a idoneidade, como o secretário de segurança de São Paulo, Hely Lopes Meirelles, por exemplo, em defensores de um policial violento e corrupto.

---

<sup>205</sup> *Idem*, p.11

<sup>206</sup> *Idem*, p. 24

Nesse contexto, a ligação entre Esquadrão da Morte e Oban não é casual. O *caso Fleury* desnuda, à luz da sua clara vinculação à luta contra o *terrorismo e a subversão*, uma relação perigosa entre Estado, empresários e o aparato repressivo que, se analisada do ponto de vista do pragmatismo, pode ser entendida como um investimento numa das áreas mais sensíveis do projeto de poder, a segurança pública. E por isso mesmo, fator de estreitamento das relações políticas com o governo ditatorial.

Como afirmaram anteriormente o ex-secretário de segurança de São Paulo, coronel Erasmo Dias e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, dois personagens em tudo e por tudo opostos, o mais importante do gesto dos empresários ao financiar a Oban não foram os recursos, mas o apoio político. Provavelmente, como aponta o ex-presidente, o governo teria como financiar a repressão com seu próprio dinheiro. Mas a cumplicidade que compromete era, certamente, o mais importante.

Não se pode acreditar na repressão pela repressão. Ela foi uma decisão política, uma escolha e cumpriu vários papéis. Aproximou empresários e militares, qualificou São Paulo como aliado preferencial na luta contra a *subversão e o terror*, abriu oportunidades. Note-se que a primeira manifestação conjunta de empresários com alguns toques sutis no campo político, empresários na sua maioria paulistas e considerados os mais importantes do país, só aconteceu em 1978, com *O documento dos Oito*, citado nesse trabalho no capítulo 2, item 2.2. *Construindo um personagem*.

## Capítulo 4. Os atores da trama

### 4.1. Cultura política e autoritarismo

O historiador francês Serge Berstein afirma que é evidente que no interior de uma nação existe uma pluralidade de culturas políticas, mas com zonas de abrangência que correspondem à área dos valores partilhados. Ou seja, maneiras diferentes de ver e sentir, mesmo de apreender e vivenciar uma determinada realidade, mas de formas diferentes, contendo, no entanto, interseções que são frutos das experiências comuns. Segundo Berstein, se num dado momento da história essa área dos valores partilhados se mostra bastante ampla, temos então uma cultura política dominante que faz inflectir pouco ou muito a maior parte das outras culturas políticas contemporâneas.<sup>207</sup>

E o que é cultura política, afinal? Esse conceito tem uma amplitude que Berstein reconhece, mas aponta dois pontos fundamentais. “A importância do papel das representações na definição de uma cultura política, que faz dela uma outra coisa que não uma ideologia ou um conjunto de tradições; e por outro lado, o caráter plural das culturas políticas num dado momento da história e num dado país.”<sup>208</sup>

Da mesma forma é difícil estabelecer as fronteiras do político. E aqui não nos referimos apenas aos partidos, às eleições, ao Congresso ou às diversas formas institucionais. René Rémond, a quem Berstein atribui contribuição decisiva na renovação da história política, afirma que “o político não tem fronteiras naturais. Ora ele se dilata até incluir toda e qualquer realidade e absorver a esfera do privado. Ora ele se retrai ao extremo. Essas variações obedecem a necessidades externas; refletem também as flutuações do espírito público.”<sup>209</sup>

No caso brasileiro devemos então acatar a idéia de que estaria a nossa cultura política impregnada por uma herança ainda muito forte de um sistema escravista, encerrado tardiamente. Uma cidadania gestada de forma precária e uma república imposta de cima para baixo, como já nos apontou José Murilo de Carvalho<sup>210</sup>. Ou ainda, uma democracia periclitante (1945-1964) sobrevivendo ao sabor de insurgências militares como

<sup>207</sup> BERNSTEIN, Serge. *A cultura política*. Lisboa: Editora Estampa, 1998. p.32

<sup>208</sup> *Idem*, p.350

<sup>209</sup> REMOND, René. Do Político. In: *Por uma história política*. (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, segunda reimpressão, 2009. p. 443

<sup>210</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil, o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a. p. 219

Jacareacanga<sup>211</sup> e Aragarças<sup>212</sup> e claras tentativas de golpe, como a pregação de Carlos Lacerda contra a posse de Juscelino Kubitschek<sup>213</sup>, eleito pelo voto direto. Tentativas que, quando não tinham a liderança de civis, contavam com efetivo apoio destes. Precisamos incorporar também duas marcantes e decisivas experiências de regimes autoritários, o Estado Novo (1937-1945) e a ditadura civil militar (1964-1985).

Rodrigo Patto Sá Motta conceitua cultura política como

um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.<sup>214</sup>

Berstein por sua vez nos diz que “a cultura política se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro.”<sup>215</sup> Não seria, portanto, um absurdo admitir que a sociedade brasileira, em determinados momentos e conjunturas, pelo menos na sua maior parte, se ajustou a regimes fortes. E poderíamos até arriscar, a partir das duas experiências citadas (o Estado Novo e a ditadura civil militar), a possibilidade de uma acomodação, não traumática, produzindo o que poderíamos conceituar como consenso. Não se pode também descartar a indiferença/exclusão das chamadas classes populares, um fenômeno de longa duração. Segundo José Murilo de Carvalho, “a ausência de uma população educada tem sido sempre um dos obstáculos à construção da cidadania civil e política.”<sup>216</sup>

No entanto, em momentos específicos essa lógica foi quebrada. Podemos citar o período entre 1961 e 1964, de ascensão do movimento popular, a partir da vitória da Rede da Legalidade, liderada por Leonel Brizola, que garantiu a posse de João Goulart, após a

<sup>211</sup> No dia 10 de fevereiro de 1956, oficiais da Aeronáutica, insatisfeitos, partiram dos Campos dos Afonsos, no Rio de Janeiro e tomaram a base de Jacareacanga, no Pará, para protestar contra a presença no governo de Juscelino Kubitschek, do ministro Vasco Alves Seco, substituto do brigadeiro Eduardo Gomes, que junto com outros militares participara de movimento contra a posse do presidente Kubitschek e de seu vice, João Goulart. Cf. COSTA, Maria Leite. Disponível em: [cpdoc.fgv.br/dossies/JK/artigos/Politica/Jacareacanga](http://cpdoc.fgv.br/dossies/JK/artigos/Politica/Jacareacanga), acesso em 05/08/2011.

<sup>212</sup> No dia dois de dezembro de 1959, oficiais da Aeronáutica participaram de nova rebelião, que contou com líderes do movimento de Jacareacanga, cujo objetivo era derrubar o presidente Juscelino Kubitschek, que havia anistiado os líderes da rebelião de Jacareacanga. Cf. COSTA, Maria Leite. Disponível em: [cpdoc.fgv.br/produção/dossies/JK/artigos/Politica/Aragarças](http://cpdoc.fgv.br/produção/dossies/JK/artigos/Politica/Aragarças), acesso em 05/08/2011.

<sup>213</sup> Com artigos no jornal *A Tribuna da Imprensa*, o deputado federal Carlos Lacerda pedia a intervenção dos militares para impedir a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, eleitos presidente da república e vice. A posse foi garantida pelo ministro da Guerra, general Henrique Lott. Cf. COSTA, Maria Leite. Disponível em: [cpdoc.producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Carlos-lacerda](http://cpdoc.producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Carlos-lacerda), acesso em 05/08/2011.

<sup>214</sup> MOTTA, Rodrigo Sá Patto. *Op. Cit.*, p.21

<sup>215</sup> BERNSTEIN, Serge. *Op. Cit.*, p.353

<sup>216</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Op. Cit.*, 2005a, p.11

renúncia de Jânio Quadros.<sup>217</sup> E o Estado Novo, quando mesmo sob uma direção autoritária, é aberto um canal de participação que liga diretamente trabalhadores/sindicatos ao poder central.

É o que nos mostra Ângela de Castro Gomes, com relação ao pacto firmado entre Vargas e os trabalhadores brasileiros, a partir de um ponto de partida concreto, que foi a criação da legislação trabalhista. Essa iniciativa, além de legitimar Vargas, abriu caminho para a adesão voluntária dos trabalhadores ao projeto político do “pai dos pobres”. Nas palavras de Gomes:

A identidade entre estado e nação eliminava a necessidade de corpos intermediários entre o povo e o governante. O futuro da democracia brasileira não implicava mais partidos ou assembléias como fontes da vontade popular. Em substituição a tais mecanismos – nos quais se despendia tempo e dinheiro preciosos – encontravam-se órgãos técnicos e as corporações que consultavam as verdadeiras necessidades sociais pela observação e pela experiência diretas.<sup>218</sup>

No entanto, o que destaca o trabalho de Gomes *A invenção do trabalhismo*, é realçar que o pacto entre trabalhadores e Getúlio “não pode ser entendido apenas segundo um cálculo utilitário de custos e benefícios.” A hipótese que defende a historiadora é a de que

o sucesso do projeto político estatal – do trabalhismo – pode ser explicado pelo fato de ter tomado do discurso articulado pelas lideranças da classe trabalhadora, durante a Primeira República, elementos-chave de sua auto-imagem e de os ter investido de novo significado em outro contexto discurso.<sup>219</sup>

Voltando a Bersntein, ele atenta para o fato de que “tal como surge aos olhos dos historiadores, a noção de cultura política está estreitamente ligada à cultura global de uma

---

<sup>217</sup> A crise política levou à formação da Rede da Legalidade no dia 27 de agosto, após a ordem do ministro da Guerra, Odílio Denis, de lacrar a Rádio Gaúcha e a Rádio Farroupilha, emissoras que vinham dando cobertura à posição de defesa da posse de Goulart. O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, requisitou a Rádio Guaíba, que permanecia no ar, e tornou-a a emissora oficial do estado, sob a jurisdição da Secretaria de Segurança Pública do estado. A Rede da Legalidade contou com mais de 100 emissoras de rádio em todo o país e transmitia diretamente do Palácio do Piratini, sede do governo gaúcho, marchas militares, conclamações, apelos e informações sobre as negociações que se desenvolviam entre o Congresso e os militares. A Rede da Legalidade teve influência decisiva na tomada de posição da população em favor da continuidade democrática. Cf. ABREU, Alzira Alves de. *A imprensa e a queda de Goulart*. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A\\_imprensa\\_e\\_seu\\_papel\\_na\\_queda\\_de\\_Goulart](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_imprensa_e_seu_papel_na_queda_de_Goulart), acesso em 05/08/2011.

<sup>218</sup> GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p.207

<sup>219</sup> *Idem.*, p.24

sociedade sem, todavia, se confundir totalmente com ela, porque o seu campo de aplicação incide exclusivamente sobre o político.”<sup>220</sup> Podemos afirmar então que, em função de seu processo de formação e de sua dinâmica, cada sociedade teria esse território mais ou menos amplo, privilegiando algumas experiências e referências.

Ao tentar identificar os principais traços da nossa cultura política, ainda que de forma imprecisa, devemos levar consideração também questões como o caráter autoritário das relações entre a elite, da qual os militares seriam uma fração, e as chamadas classes subalternas; a fronteira quase invisível entre o público e o privado e o mito do *Brasil Grande*, uma idéia recorrente desde os primórdios da nação, potencializada e atualizada a partir do governo de Juscelino Kubitschek, que consegue imprimir forte simbolismo à construção de Brasília e à palavra de ordem *50 anos em cinco*. A ditadura civil militar atualiza e ressignifica o mito, pleno de significado político, do *Brasil Grande*.

Raoul Girardet sustenta que várias definições podem dar significado à idéia de mito político, embora nenhuma consiga esgotá-la nem abarcar seu conteúdo, tentamos dar corpo ao que nos parece um sistema de crenças:

o mito político é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. Mas, narrativa legendária, é verdade que ele exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente, constituindo uma criptografia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e dos acontecimentos. É verdade ainda que esse papel de explicação se desdobra em um papel de mobilização: por tudo que veicula de dinamismo profético, o mito ocupa um lugar muito importante na origem das cruzadas e também das revoluções.<sup>221</sup>

Mitos, ideologias e tradições fazem parte da Cultura Política. Berstein afirma que:

a cultura política ocupa um lugar particular porque revela um dos interesses mais importantes da história cultural, o de compreender as motivações dos atos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, no lugar que nele tem e da imagem que tem da felicidade. Todos os elementos que dizem respeito ao ser profundo, que variam em função da sociedade em que são elaborados e que

<sup>220</sup> *Idem.*, p.352

<sup>221</sup> GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.13

permitem perceber melhor as razões de atos políticos que surgem, pelo contrário, como epifenômenos.<sup>222</sup>

Essa incursão na *cultura política* tem como objetivo tentar entender como um país se comporta durante um período de 21 anos de ditadura civil militar, partindo da constatação de que nossa cultura política incorpora elementos autoritários. Indo do consenso<sup>223</sup> à indiferença ou à negação, reafirmando a ideia de culturas políticas e também a compreensão de que a cultura política é um corpo vivo que evolui e se alimenta de múltiplas contribuições. Portanto, o conceito de cultura política mostra-se capaz de, se não explicar por completo, - e ele não é uma chave universal que abre todas as portas-, pelo menos indicar caminhos que permitam distinguir diferenças e identidades: “Não é absurdo pensar que, encontrando-se a cultura política solidária com a cultura global de uma sociedade, se possa discernir normas e valores comuns que exprimissem as da comunidade nacional, pelo menos na sua maioria.”<sup>224</sup>

O caminho que se busca não é a correlação fácil e automática que poderíamos estabelecer entre a nossa cultura política e eventos como *os anos de ouro de governo Médici*, as expressões patrióticas como “eu te amo meu Brasil, eu te amo” ou a colaboração financeira dos empresários com o aparelho repressivo, objeto deste estudo, num contexto de Guerra Fria, exacerbação de disputas internas entre grupos antagônicos e a intervenção decisiva dos militares na vida política do país. Por mais que determinadas lembranças nos sejam incômodas, a ditadura civil militar e a tortura, como instrumento ativo da manutenção de uma ordem autoritária, são também produtos dessa sociedade e podem ser arrolados como elementos de uma prática política, na medida em que impõe limites à livre expressão dessa atividade e exclui grupos políticos e extratos da sociedade. Marilena Chauí observa que “a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela, as relações

---

<sup>222</sup> BERNSTEIN, Serge. *Op. Cit.*, p.363

<sup>223</sup> Utilizo aqui o conceito de *consenso* segundo o historiador Daniel Aarão Reis Filho, em nota (20) do artigo *A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso*, publicado no livro *A construção social dos regimes autoritários, legitimidade, consenso e consentimento no século XX - América Latina*. Segundo Aarão Reis, *consenso* “designa a formação de um acordo de aceitação, do regime existente pela sociedade, explícito ou implícito, compreendendo o apoio ativo, a simpatia acolhedora, a neutralidade benévola, a indiferença ou, no limite, a sensação absoluta de impotência. São matizes bem diferenciados e, segundo as circunstâncias, podem evoluir em direções distintas, mas concorrem todos, em dado momento, para a sustentação de um regime político, ou para o enfraquecimento de uma eventual luta contra esse regime. A repressão, a ação da polícia em particular pode induzir ao, ou fortalecer o consenso, mas nunca devem ser compreendidos como decisivas para a sua formação”.

<sup>224</sup> BERNSTEIN, Serge. *Op. Cit.*, p. 353

sociais e intersubjetivas são sempre realizadas com relação entre um superior que manda e um inferior que obedece”<sup>225</sup>.

Pressupõe-se então que empresários e executivos influentes ao assumir ou se engajarem numa tarefa que cabe ao estado, a segurança pública e a manutenção da ordem, estivessem adotando um comportamento padrão em face do caráter hierarquizado da sociedade e à tênue fronteira entre o público e o privado que nos caracteriza. Ao mesmo tempo, cidadãos reconhecidos no seu ambiente social, filantropos, líderes religiosos, homens preocupados com o desenvolvimento do país não se associariam a uma prática condenável caso tivessem a certeza de um completo repúdio dos seus pares a estes atos ou a ocorrência de qualquer dano à imagem respeitável construída.

Não é improvável que em outras esferas sociais o combate *duro* ao *terrorismo*, ou seja, a tortura ou tratamento desumano aos presos, tenha angariado alguma simpatia em função da permanente pregação anticomunista e à *satanização* do comunismo como uma ameaça aos valores essenciais da sociedade brasileira como a família e a liberdade, no caso da última, um conceito elástico construído pelos ditadores à luz de uma ideologia autoritária.

Por outro lado, no discurso oficial, o golpe duro e seletivo destinava-se apenas aos *inimigos do regime*. Segundo os militares que comandaram a repressão, essa via brutal não seria uma escolha natural, mas uma decorrência da violência guerrilheira e da necessidade de informações no mais curto espaço de tempo para assim dismantelar as organizações que ameaçavam a paz, o progresso, a fé cristã, a pátria. Ou seja, as vítimas são responsabilizadas por seu infortúnio, ficando o aparelho de Estado, que detém o monopólio da coerção, liberto das amarras institucionais, afinal os guerrilheiros *atiraram a primeira pedra*.

Sob essa ótica, a repressão violenta seria uma reação natural ao perigo que representava a *comunicação* do país, assim como na memória de muitos militares o golpe de 31 de março de 1964 foi um contra golpe contra a ação subversiva do presidente João Goulart e seus aliados.

O coronel Erasmo Dias, ex-secretário de segurança de São Paulo, e colaborador assumido da Oban e CODI-DOI, afirma que

partimos para usar a mesma metodologia deles, olho por olho dente por dente. Eu mesmo quando comandava o Forte de Itaipu colaborava com o DOI-CODI, eu tinha capitão, sargento, que eu preparava e mandava para o DOI-CODI. E participava

---

<sup>225</sup> CHAUI, Marilena. *Op. Cit.* p.55

daquelas operações. Eu acompanhava porque eu era um dos grandes colaboradores do DOI-CODI.<sup>226</sup>

Marilena Chauí, ao refletir sobre as fronteiras pouco definidas, no país, entre o público e o privado, nos ajuda a entender a colaboração dos empresários paulistas com o aparelho repressivo. Ela afirma que essa partilha do poder não significa uma ausência do Estado ou mesmo a falta do Estado, mas a própria realização da política e da organização do Estado: “Do ponto de vista dos direitos há um encurtamento do espaço público; do ponto de vista dos interesses econômicos, um alargamento do espaço privado.”<sup>227</sup>

Chauí constata ainda que “conservamos as marcas da sociedade colonial escravista, ou aquilo que alguns estudiosos designam como “cultura senhorial”. De acordo com Chauí, os espaços em nossa sociedade são demarcados e verticalizados em todos os seus aspectos, “estruturada pela matriz senhorial da Colônia, disso decorre a maneira exemplar em que faz operar o princípio liberal da igualdade formal dos indivíduos perante a lei, pois no liberalismo vigora a idéia de que alguns são mais iguais dos que os outros.”<sup>228</sup>

O depoimento de jornalista Sílvio Ferraz nos permite entender como funciona esse dispositivo no concreto. Ele foi durante muitos anos repórter e editor de economia, trabalhando em alguns dos mais importantes órgãos de imprensa do Brasil, e teve como *fontes* (no sentido jornalístico) alguns dos homens mais influentes, ricos e poderosos do país, inclusive no período da ditadura civil militar.

Segundo Ferraz, Gastão Bueno Vidigal, dono do Banco Mercantil de São Paulo, foi, dos muitos empresários que conheceu, o que mais o impressionou. Uma das razões era a forma absolutamente franca com que respondia a perguntas de jornalistas, muitas das quais poderiam deixá-lo em situação desconfortável. Segundo Ferraz, ele dizia confiar no bom senso dos profissionais de imprensa, até porque só agia assim quando o interlocutor tinha sido apresentado por alguém que ele respeitava. No fim dos anos 1960, os dois tiveram um interessante diálogo:

SF: Dr. Gastão como se faz a colaboração e a interligação do empresariado e a das classes dominantes com a Oban, porque a Oban está aí, está armada, não sofre contenção de verbas, pelo que o que a gente pouco pode ver publicado, a gente fica sabendo disso?

<sup>226</sup> Entrevista de Erasmo Dias a Jorge José de Melo, em São Paulo, em agosto de 2005.

<sup>227</sup> CHAUI, Marilena, *Op. Cit.* p.56

<sup>228</sup> CHAUI, Marilena, *Op. Cit.*, p.55

GBV: Bom isso aí a gente faz uma vaquinha e a gente dá a nossa colaboração também.

SF: Os senhores colaboram?

GBV: Evidente porque é uma guerra que nós estamos vivendo são eles ou nós. Entre eles e nós e eu prefiro que eles se vão primeiro.

Segundo Sílvio Ferraz, na época, o Dr. Gastão Bueno Vidigal era presidente do aristocrático Clube Paulistano e reunia, todas as quintas-feiras, no clube, a nata da elite econômica paulista para uma almoço, ao qual sempre levava o ministro Delfim Netto. Segundo Ferraz, durante esses encontros, Delfim Netto falava sobre economia brasileira, conjuntura política e sobre a *subversão*. E também respondia às perguntas dos ilustres participantes. Gastão então tomava a iniciativa, “Agora vamos fazer as colaborações para a Oban”. Depois, um garçom de confiança de Vidigal passava a bandeja.

Ainda segundo Ferraz, reproduzindo a conversa que teve com Gastão Bueno Vidigal, ele não aceitava contribuições abaixo de um determinado valor. E quando o cheque não satisfazia às expectativas, rasgava-o e pedia ao emitente que fizesse outro de maior valor. E completava com a frase, “depois fica se queixando de comunista”.<sup>229</sup>

As palavras do banqueiro Gastão Bueno Vidigal nos remetem a uma observação de Marilena Chauí sobre o caráter da elite brasileira:

estruturada a partir das relações privadas, fundadas no mando e na obediência, disso decorre a recusa tácita (e às vezes explícita) de operar com direitos civis e a dificuldade de lutar por direitos substantivos e, portanto, contra formas de opressão social e econômica: para os grandes, a lei é privilégio; para a camadas populares, repressão. Por esse motivo, as leis são necessariamente abstratas e aparecem como inócuas, inúteis ou incompreensíveis, feitas para ser transgredidas e não para ser cumpridas nem, muito menos, transformadas.<sup>230</sup>

Havia para os militares e seus parceiros do empresariado paulista uma guerra, *a guerra interna* e segundo Jean-Pierre Azéma, “em tempo de guerra diluem-se os pontos de referência que habitualmente permitem balizar a vida política.”<sup>231</sup> A máxima do banqueiro Gastão Bueno Vidigal, reproduzida pelo jornalista Sílvio Ferraz não deixa dúvidas: “são eles ou nós”.

<sup>229</sup> Entrevista de Sílvio Ferraz a Chaim Litewsky, no Rio de Janeiro, em junho de 2005.

<sup>230</sup> CHAUI, Marilena. *Op. Cit.*, p.56

<sup>231</sup> AZÉMA, Jean-Pierre. A guerra. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p.406

Em entrevista a Maria Celina D’Araújo e Celso Castro, que transformou-se no livro *Ernesto Geisel*, o ex-presidente refere-se a Boilesen como “um líder da Oban, um empresário que dirigia uma companhia de distribuição de gás, que foi assassinado. Era um radical, contra os comunistas.”<sup>232</sup> Na mesma entrevista, o presidente Geisel faz também uma referência aos empresários paulistas ao falar sobre tortura:

parece-me que, quando se está envolvido diretamente no problema da subversão, em plena luta, não se consegue, na generalidade dos casos, limitar a própria ação. Houve muita cooperação do empresariado e dos governos estaduais. A organização que funcionou em São Paulo, a Oban, foi obra dos empresários paulistas.<sup>233</sup>

Sobre o mesmo tema, em 1998, num depoimento ao jornalista Hélio Contreiras, provavelmente o jornalista brasileiro que mais teve acesso meandros das Forças Armadas Brasileiras, o coronel Luiz Henrique Pires, um dos responsáveis pela revisão e modernização dos cursos ministrados pela Escola Superior de Guerra, afirmaria:

É preciso que os políticos e empresários mudem a atitude em relação à instituição militar, que não procurem usá-la quando lhe for conveniente, como acontecia nas décadas de 50, 60 e 70. A operação Bandeirantes, realizada em São Paulo na década de 60, foi o ensaio para a instalação dos Doi-Codi, e contou com o financiamento de empresários da Federação das Industrias de São Paulo (FIESP). Na repressão dos anos 70, houve participação de governadores de Estado, que presidiam o CODI (Centro de Operações de Defesa Interna), ao qual era subordinado o Destacamento de Operações de Informação).<sup>234</sup>

O general Cyro Guedes Etchegoyen em entrevista a Maria Celina D’Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, ao referir-se às torturas, afirma que

Médici, ao assumir, teve a preocupação de determinar ao general Orlando que assumisse o controle daquele problema. O Sistema de Segurança Interna ainda não estava implementado. Havia apenas uma delegacia, financiada por industriais paulistas, que faziam o que bem entendiam, com alguns militares, para dar uma configuração nacional ao problema.<sup>235</sup>

<sup>232</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 5ª edição, 1998.

<sup>233</sup> *Idem.*, p. 215

<sup>234</sup> CONTREIRAS, Hélio. *Op. Cit.*, 1998. p.66

<sup>235</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Op. Cit.*, p.11

É interessante observar que embora expressem sentimentos diferentes, os três depoimentos reconheçam a Oban como iniciativa e obra dos empresários paulistas e procuram distanciar-se do órgão sem, no entanto, negar a sua natureza. E sem levar em consideração que os empresários estavam associados ao II Exército e à administração do estado de São Paulo. E mais, que o modelo Oban, já com o nome de DOI e integrado ao organograma do Exército, a partir de 1970, foi exportado para outros estados brasileiros com a truculência característica da Oban, sendo reconhecidamente fator preponderante no desmantelamento das organizações da luta armada.

Na crítica implícita, que segue um raciocínio recorrente entre os militares com cargos de comando durante o período, ou seja, algo como o *eu não sabia* recorrem os dois generais a um argumento difícil de aceitar. Os empresários deteriam o comando, o monopólio das iniciativas e decisões da Oban e caberia aos militares apenas atuação acessória. Ignoram os militares a coordenação do CODI e a ligação direta com o SNI - Serviço Nacional de Informação.

Essa pretensa distância da tortura é compartilhada por outros militares que exerceram cargos importantes durante a ditadura civil militar como o almirante-de-esquadra Hernani Goulart Fortuna: “As lideranças políticas e empresariais contribuíram fortemente para os piores momentos do regime militar, quando ele perdeu o norte da bússola da História, não apenas na Operação Bandeirantes, a mais violenta da repressão, em São Paulo, apoiada pela FIESP.”<sup>236</sup>

Mais uma vez os vilões são os empresários paulistas como se os militares, especialmente, os comandos do II Exército, nada pudessem fazer para mudar o rumo dos acontecimentos. A partir desses depoimentos fica a pergunta: teriam os empresários paulistas algum nível de autonomia em relação aos governos militares? Ou uma importância tal a ponto de definir estratégias de enfrentamento da guerrilha?

O historiador Carlos Fico trabalha com a ideia de *uopia autoritária*, que nos ajuda a entender, pelo menor em parte, essas contradições. Segundo ele, havia “a crença dos militares de que seria possível eliminar quaisquer formas de dissenso (comunismo, subversão, corrupção) tendo em vista a inserção do Brasil no campo da democracia ocidental e cristã”. Segundo o historiador, essa crença empolgava os diversos grupos militares.

---

<sup>236</sup> CONTREIRAS, Hélio. *Op. Cit.* 1998

Fico é mais um a não acreditar na divisão entre *linha dura* e *moderados*. Ele defende que havia um consenso com relação aos objetivos mais gerais e diferenças apenas de método e encaminhamento. Segundo Fico,

é óbvio que muitos militares aderiram à ‘Utopia autoritária’ admitindo a tortura e o extermínio (como o caso do ex-presidente Ernesto Geisel, tido como moderado) sem praticar martírios com as próprias mãos. Outros também eram adeptos do pensamento, segundo o qual, deveriam ser eliminados os óbices ao objetivo nacional permanente de transformar o Brasil em potência mundial.<sup>237</sup>

É possível afirmar, com algum nível de certeza, depois de ler jornais e revistas da época, e já levando em consideração a censura, que a maioria da população não se sentia atingida ou ameaçada diretamente pela repressão embora houvesse um nível razoável de insegurança no ar. Porque, supostamente, não exercia atividade política e muito menos fazia oposição ao regime. Logo após a edição do AI-5, o presidente marechal Costa e Silva declarou à imprensa: “Ninguém com consciência ou mãos limpas tema o poder que nas suas mãos a Revolução concentrou.”<sup>238</sup> Essa mensagem parece ter sido incorporada espontaneamente por grande parte da população.

E para essa maioria, sem qualquer tipo de vinculação ou interesse político, a repressão passava ao largo e se destinava a um grupo específico e minoritário, os *subversivos* que, segundo o discurso repetido à exaustão nos jornais, rádios e na televisão, pelos militares, projetavam submeter o país ao controle da União Soviética. O que significava, na pregação dos militares, expropriações de bens, falta de liberdade, religiões banidas, ruína moral, desagregação da família.

Os cartazes com as fotos dos *perigosos terroristas* eram afixados em locais como aeroportos, rodoviárias e centros comerciais. E os depoimentos de guerrilheiros *arrepentidos* exibidos na TV, em rede nacional, em horário nobre. O objetivo era segregar aqueles considerados como nocivos à sociedade. Os arrependimentos, via de regra, eram arrancados à força de torturas. Não é preciso destacar a importância das emissoras de TV nesse esquema. Segundo Beatriz Kushnir,

programas gravados foram veiculados minutos antes do único jornal televisivo nacional da época, o da Rede Globo, recentemente colocado no ar. Ou seja, o intuito

<sup>237</sup> FICO, Carlos, Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: *Revista Brasileira de História*, vol.24 no.47, São Paulo, 2004. p.34

<sup>238</sup> *Ato explicado*, Revista Veja, edição 16, 25/12/1968. p.14

era afirmar, em cadeia nacional de TV, que ser oposição ao governo era um exercício realizado por pessoas que, arrependidas, expunham quão sem sentido era o combate.<sup>239</sup>

A edição nº 49 da Revista *Veja*, com data de 13 de agosto de 1969, dedica uma longa reportagem (seis páginas) à ação da guerrilha urbana. Na capa, o título *Terroristas – quem são, onde estão, o que querem?* Na reportagem, o general Meira Matos, inspetor-geral das polícias militares afirma que “Os estudantes constituem peça importante na engrenagem da guerra revolucionária, já deflagrada pelas esquerdas”.<sup>240</sup> A reportagem dá conta de que entre 1968 e 1969, 42 agências bancárias foram assaltadas, principalmente no Rio e São Paulo. E que São Paulo sofrera o maior número de atentados, 40. São Paulo também registra uma grande quantidade de armas roubadas, 200, sendo 153 fuzis e 23 metralhadoras.<sup>241</sup> Esses números justificam a preocupação das autoridades com o combate às organizações guerrilheiras em São Paulo.

A reportagem revela que as autoridades ainda têm poucas informações sobre as organizações, apesar de 112 pessoas detidas.<sup>242</sup> Com apenas dois meses de funcionamento a engrenagem da Oban ainda não funciona a pleno vapor.

Segundo Robert Gellately, no início da expansão do regime nazista, ainda nos idos de 1933 e 1934, quando Hitler e seu seguidores estavam ainda longe de revelar sua face monstruosa, “o consentimento e a coerção estiveram inextricavelmente entrelaçados durante a história do III Reich, até certo ponto porque a maior parte da repressão e do terror foi usada contra indivíduos específicos, minoritários e pelos quais o povo tinha pouca simpatia”<sup>243</sup>. O radicalismo da opção armada condenou as organizações guerrilheiras ao pior dos destinos de um movimento revolucionário, o isolamento. E o isolamento derrotou a guerrilha.

No Brasil, sequestros, assaltos a bancos, supermercados, os registros de civis mortos e feridos em confrontos entre guerrilheiros e os agentes de segurança, certamente reduziram a possibilidade de apoio popular às organizações guerrilheiras. É difícil afirmar que a luta armada tenha contado com a simpatia da população em algum momento. Tentando reduzir essa distância, as organizações guerrilheiras empreenderam *ações de propaganda armada*

<sup>239</sup> KUSHNIR, Beatriz. *Desbundar na TV: militantes da VPR e seus arrependimentos públicos*. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *Op. Cit.*, 2010. p.293

<sup>240</sup> *As seis perguntas do terror*, Revista *Veja*, edição 49, 13/08/1969, p.17

<sup>241</sup> *Idem*, p. 18

<sup>242</sup> *As seis perguntas do terror*, Revista *Veja* Edição 49, 13/08/1968, p.17

<sup>243</sup> GELLATELY, Robert. *Apoiando Hitler, consentimento e coerção na Alemanha Nazista*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011. p.22

como a distribuição de alimentos em favelas que, no entanto, tiveram pouca eficácia e, na maioria dos casos, não conseguiram transmitir aos beneficiados o real significado do ato.

Alfredo Sirkis descreve uma dessas ações, na qual militantes da VPR roubam um caminhão com alimentos e oferecem à população de uma favela do subúrbio carioca, enquanto distribuem panfletos com as posições da organização. Com o distanciamento que o tempo permite e bom humor, Sirkis deixa claro a inutilidade da ação e a pouca ou nenhuma receptividade dos moradores da favela ao discurso dos guerrilheiros, “Brigavam num valeduto desesperado pela posse de lata de leite Glória, de saquinho de açúcar”.<sup>244</sup> Além do mais, o público em geral não tomou conhecimento dessa ação e muito menos dos seus propósitos por causa da censura a esse tipo de notícia.

O evento contado por Sirkis, com distanciamento crítico, ironia e alguma amargura, revela a distância entre o projeto guerrilheiro e a população. O isolamento da luta armada contribuiria para o massacre que sofreram seus militantes que, no auge da repressão, contaram apenas com amigos, familiares, algumas entidades de direitos humanos estrangeiras. E com os próprios companheiros que, com os sequestros de diplomatas, libertaram 125 militantes, mas ficaram expostos a uma repressão ainda mais intensa e raivosa.

#### 4.2. Ligações perigosas

Boilesen foi condenado sumariamente por um *tribunal revolucionário*. Morto, transformou-se em símbolo tanto para seus pares, que viam na repressão violenta e ilegal o caminho mais rápido para devolver ao país a tranquilidade necessária para o desenvolvimento. E também para seus inimigos, que eliminavam não um executivo ou um integrante da elite paulista, mas alguém que acreditavam ser um líder reacionário, um torturador, um agente da CIA. Num momento de muitas *quedas* e mortes a ação de *justiçamento* seria uma prova de vitalidade.

A colaboração de Boilesen com o sistema repressivo não era fruto única e exclusivamente de seu suposto espírito belicoso e violento e/ou de seu anticomunismo ferrenho. Essas características certamente influenciaram as ações do executivo no trato com a questão tortura, ou seja, a sua anuência ao método, mas não a ponto de ser o determinante de sua opção.

---

<sup>244</sup> SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. Rio de Janeiro: Edições Best Bolsa, 2007. p.407

Embora esses aspectos da personalidade de Boilesen tenham sido privilegiados em praticamente tudo que se escreveu sobre ele, o que não foi muito, desde o *justiçamento* a preponderância dos interesses econômicos e empresariais me parece tão ou mais importante do que a questão ideológica, embora mais de uma fonte entrevistada para o filme *Cidadão Boilsen* tenha destacado a intensidade da convicção anticomunista de Boilesen. Mas como afirma com muita propriedade Serge Berstein, “na ordem da cultura política, é a lenda que é a realidade, pois é ela que é mobilizadora e determina a ação política concreta, à luz da representação que ela propõe”<sup>245</sup>.

É de se imaginar que o apoio irrestrito de Boilesen derrubasse barreiras e criasse oportunidades de negócio, assim como, certamente, contribuía para aproximá-lo do núcleo decisório. As redes de sociabilidade no Brasil funcionam tradicionalmente como um ativo tão importante quanto o capital. Do mesmo modo, a adaptação ao Brasil. A metamorfose de Boilesen até tornar-se um *brasileiro* foi completa, cheia de simbolismo e eventos que podemos caracterizar como rituais de passagem.

Em 1963, recebeu da Câmara de Vereadores o título de Cidadão Paulistano. Em 1965 foi eleito o Homem de Relações Públicas do Ano pela Associação de Executivos de Relações Públicas. Segundo a entidade que concedeu o prêmio, “a aceitação do gás engarrafado de petróleo como fonte principal de energia doméstica e a colocação de sua empresa com participação destacada nesse mercado foram tarefas essencialmente de comunicação, de serviços, de relações públicas”<sup>246</sup>.

Em 1966 Boilesen completou o processo de naturalização e fez publicar uma carta aberta endereçada ao presidente da república, o marechal Humberto de Alencar Castello Branco, dando conta da sua alegria:

Um ato de fé... de quem aqui se fixou, entregando-se à terra, confundindo-se com o povo, integrando-se com a família, confraternizando-se nas alegrias e nas dores, nas esperanças e possibilidades do Brasil, oferecendo submissão incondicional às nossas leis e o entusiasmo de todas as suas forças de colaboração dentro de um espírito verdadeiramente nacional, passa a se orgulhar da nossa história, da nossa bandeira, do nosso hino, a gabar-se das nossas grandezas, a povoar a nossa paisagem, pela crença inabalável que traz no coração por tudo que é nosso.<sup>247</sup>

---

<sup>245</sup> BERNSTEIN, Serge. *L'historien e la culture politique*. Vingtième sicle. Revue d'histoire, n° 35, 1992, p.69, apud ROLLEMBERG, Denise. *Esquecimentos e memórias*. In: MARTINS FILHO, João Roberto. *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Editora UFSC, 2006. p.87

<sup>246</sup> Folha de São Paulo, 16/04/1971. p.8

<sup>247</sup> Folha de São Paulo, 16/04/1971. p.8

A transformação e a assunção de *uma alma brasileira* certamente reduziram as possíveis resistências em relação ao estrangeiro de quase dois metros de altura, que ascendia em um grupo econômico importante como o Ultra, e assumia posição de liderança no meio empresarial paulista. Boilesen era presidente da Associgás, criador do CIEE, diretor da FIESP, etc. Por outro lado, o fato de ser estrangeiro, dinamarquês, provavelmente facilitou a construção de uma imagem, trabalhada pela esquerda, de agente da CIA, por exemplo.

Segundo o filho de Boilesen, Henning Albert Boilesen Júnior, o executivo foi contratado pelo dono do Grupo Ultra, Ernest Igel, que era austríaco e adotou o nome de Ernesto, mais adequado ao país. O grupo começou em 1937, com a fundação da Companhia Ultragaz, pioneira na distribuição do GLP, conhecido como gás de cozinha no Brasil. Hoje, o GLP é usado como combustível doméstico por cerca de 90% da população brasileira e a Ultragaz é a maior empresa desse mercado.

O Grupo Ultra, ao qual pertencia a Ultragaz, presidida por Boilesen, foi um dos que melhor aproveitou a entrada do país no mundo da petroquímica no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. E essa posição privilegiada não foi casual. Hélio Beltrão, executivo e acionista do Ultra, foi ministro do Planejamento do governo do marechal Costa e Silva e da junta militar que o substituiu. Convidado pelo presidente general Garrastazu Médici para continuar no cargo, alegou precisar de mais tempo para a família e indicou João Paulo dos Reis.<sup>248</sup> O Grupo Ultra atualmente controla também as empresas Ipiranga e Texaco.

Hélio Beltrão era, segundo René Dreifuss, um palestrante frequente do IPES. O IPES forneceu um grande número de *quadros* técnicos, economistas e planejadores, aos governos militares, como Roberto Campos<sup>249</sup>, Octávio Bulhões, Mario Henrique Simonsen, Alexandre Kafka, Ernane Galveas, Luis Bulhões Pedreira, Luiz Gonzaga Nascimento e Silva e muitos outros.<sup>250</sup>

Beltrão, considerado um executivo brilhante, foi o autor do Plano de Organização da Petrobrás, em 1953 e “o primeiro brasileiro - segundo a Revista Veja - a ganhar em 1959, um milhão de cruzeiros velhos mensais de salário (quando reformou a estrutura de empresa da Mesbla)”. Beltrão foi também ministro da Desburocratização e da Previdência Social no governo do general João Batista Figueiredo, presidiu a Petrobrás e integrou o Conselho Monetário Nacional. É provável que Boilesen, caso não tivesse sido assassinado, participasse do processo de entrada do Grupo Ultra no setor petroquímico.

<sup>248</sup> *Os meninos que derrubaram o ministro*, Revista Veja, 22/10/1969, p.23

<sup>249</sup> DREIFUSS, René Armand, *Op. Cit.*, p.426

<sup>250</sup> *Idem*, p.425, 426

Segundo a revista *Isto É Dinheiro*, Beltrão, Peri Ygel, dono do Grupo Ultra, e Paulo Cunha, executivo recrutado nos anos 1960, na Petrobrás, para dar vida ao setor Petroquímico do grupo, souberam

aproveitar o excelente relacionamento do Ultra com o regime militar e sobretudo com um dos seus principais líderes, o general Ernesto Geisel. À frente da Petrobras, o futuro presidente da República desenhou o que ficou conhecido como sistema tripartite e, com ele, deu a partida no setor petroquímico brasileiro. Tratava-se de reunir uma estatal (a Petrobrás), uma companhia estrangeira, responsável pela transferência de tecnologia, e um grupo nacional, que assumiria a gestão. O Grupo Ultra encaixava-se nessa última classificação.<sup>251</sup>

Segundo Boilesen Júnior, foi o pai que montou a estrutura necessária para que o Grupo Ultra entrasse no rendoso mercado petroquímico: “Quando o meu pai morreu, ele já tinha toda a petroquímica de terceira geração amarrada junto ao Grupo Ultra.” O pai já tinha negociado contratos de obtenção de tecnologia com franceses, ingleses, americanos, belgas e italianos.

Rico, bem sucedido, influente. Amigo, inteligente, amável, simples, trabalhador incansável. Pai carinhoso e responsável. Todas essas são definições de pessoas que conheceram Boilesen pessoalmente e, de forma alguma, lembram alguém envolvido com torturas.

O escritor Per Johns, que trabalhou com Boilesen na Ultragaz, inspirou-se no executivo para construir um personagem do romance *Cemitérios marinhos às vezes são festivos*<sup>252</sup>. O capítulo quatro do livro de Johns tem o título de *Ultra dia-e-noite* e, segundo o escritor, pretende mostrar a personalidade complexa de Boilesen. O personagem, um executivo *bon vivant* e querido pelos funcionários que comanda, em função de suas convicções políticas, acaba envolvendo-se com um órgão que tortura presos políticos:

De repente, Paranhos deixa escapar uma inconfidência.

- Dr. Mansa, que ninguém nos ouça, mas consta que o convidarão para assumir a presidência da Operação Santo Graal.

Mansa abre um enorme sorriso e os dois silenciam.<sup>253</sup>

<sup>251</sup> CASTANHEIRA, Joaquim. *A química de Paulo Cunha*. Revista Isto é Dinheiro, 08/11/2006. Disponível em: [www.terra.com.br/istoedinheiro/477/negocios/quimica-paulo-cunha.htm](http://www.terra.com.br/istoedinheiro/477/negocios/quimica-paulo-cunha.htm), acesso em 25/07/2011.

<sup>252</sup> JOHNS, Per. *Cemitérios marinhos às vezes são festivos*. Rio de Janeiro: Top Books, 1995. p. 114,115

<sup>253</sup> *Idem*, p.113

As historiadoras Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat, lembram que

só há pouco tempo os pesquisadores buscaram entender a formação daqueles que atuavam na repressão: quem eram, suas idéias e visões de mundo forjadas nos treinamentos nacionais e internacionais. Ver o homem e não o ‘monstro torturador’, tem sido uma preocupação destes trabalhos. O homem com cara-de-qualquer-um, saído da sociedade, nada estranho a ela, portanto.<sup>254</sup>

Assassinado, ironicamente, Boilesen serve igualmente a objetivos distintos. Aplaca ódios à esquerda, na medida em que sua morte tem também o caráter de uma vingança. Mas também individualiza o apoio à Oban. O coletivo se dissolve, os outros colaboradores desaparecem ante o impacto da figura que se impõe como símbolo. A colaboração ganha um rosto, um perfil, que vai sendo alimentado continuamente. O personagem parece crescer após a morte dificultando a tarefa de dimensionar a sua real importância, a materialidade da sua ação.

As evidências indicam um número considerável de empresários que colaboravam materialmente com a Oban. Certamente mais discretos, menos vaidosos e expostos, mais cuidadosos, talvez menos fervorosos. Mas foi Boilesen que, pelas circunstâncias da sua morte, encarnou o herói trágico da repressão, o empresário da Oban, mesmo que fosse apenas um executivo no topo da carreira. Para a esquerda armada, alguém capaz de assistir a sessões de tortura, de oferecer à Oban aparelhos de suplício, de auxiliar nos interrogatórios e até mesmo torturar.

Transformado em alvo, Boilesen descola-se do empresário comum, supostamente envolvido apenas com os negócios e lucros; torna-se uma companhia perigosa, nas palavras do ex-governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins<sup>255</sup>. Junta-se, na memória da repressão, a Charles Chandler, capitão do Exército americano, assassinado no dia 12 de outubro de 1968, com rajadas de metralhadora, pela ALN.

A exemplo de Boilesen, Chandler era acusado de ser agente da CIA pelas organizações guerrilheiras. Segundo o jornal *Folha de São Paulo*, Charles Rodney Chandler, de 29 anos, havia dois no Brasil, fazia curso de Sociologia Política na USP. E fora instrutor de Guerrilha no Vietnã, antes de vir para o Brasil. Segundo o panfleto deixado pelos

<sup>254</sup> ROLLEMBEG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Op. Cit.*, 2010. Apresentação, p.13.

<sup>255</sup> Entrevista de Paulo Egydio Martins a Chaim Litewsky, em São Paulo, em março de 2008.

militantes da ALN sobre o corpo de Chandler, o militar fora condenado por um tribunal revolucionário, por crimes de guerra, a exemplo de Boilesen.<sup>256</sup>

Alguns meses antes do atentado, Boilesen recebera informações, avisos e conselhos dos órgãos de segurança. Deveria precaver-se, cuidar da segurança, manter-se discreto. O executivo recorre a seguranças, mas decide dispensá-los depois de algum tempo. O que teria motivado decisão tão temerária? A certeza de que não seria alcançado ou a consciência tranquila do dever cumprido?

O empresário José Papa, que comandou a Federação de Comércio de São Paulo de 1969 a 1984, e chegou a ser cotado para vice-presidente de Fernando Collor, afirma que no início de 1971, os principais empresários de São Paulo, líderes de entidades patronais e os grandes empresários do estado, como Olavo Setúbal e Amador Bueno Aguiar, foram convocados para a reunião no quartel general do II Exército com general Humberto de Souza Mello. No encontro, o general recomendou aos presentes que adotassem um esquema de segurança pessoal porque havia possibilidades reais de atentados.<sup>257</sup>

A esquerda armada, já debilitada pela violenta e eficiente ação da Oban, que a essa altura, 1971, espalhava seus tentáculos além de São Paulo, agora já incorporada oficialmente ao organograma do Exército, como o DOI, usa a ação contra Boilesen como um atestado de sobrevivência e força:

Como ele existem muitos outros, e sabemos quem são. Todos terão o mesmo fim, não importa quanto tempo demore; o que importa é que todos eles sentirão o peso da JUSTIÇA REVOLUCIONÁRIA. Olho por olho, dente por dente.<sup>258</sup>

Apesar das pesadas baixas, 106 mortos e desaparecidos no ano de 1972<sup>259</sup>, e do enfraquecimento das organizações, a esquerda armada realizaria ainda uma outra ação com as mesmas características do assassinato de Boilesen. No dia 25 de fevereiro de 1973, já nos estertores da guerrilha, um comando formado por militantes da ALN, VAR-Palmares e PCBR, matou com rajadas de metralhadora, em Copacabana, Rio de Janeiro, o delegado do

<sup>256</sup> *Terroristas matam militar dos EUA*, Folha de São Paulo, 13/10/1968, primeira página.

<sup>257</sup> Entrevista de José Papa a Chaim Litewsky e José Carlos Asbeg, em São Paulo, em abril de 2005.

<sup>258</sup> Justiça 4 - Assassinato de Henning Albert Boilesen. Ternuma – Terrorismo nunca mais. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/ternuma/index.php?open=20&data=64&tipo=2>, acesso em 10/08/2011.

<sup>259</sup> DOSSIÊ DITADURA – Mortos e desaparecidos no Brasil – 1964-1985. Comissão de Familiares de mortos e desaparecidos políticos e Instituto de Estudos sobre a violência do Estado. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009. p. 299-405

DOPS-SP, Octávio Gonçalves Moreira Júnior, mais conhecido como *Otavinho*, agente do DOI-SP e chefe de uma das equipes de busca e apreensão.<sup>260</sup>

O choque, o medo, o pânico entre os empresários paulistas, as manchetes dos jornais, os editoriais indignados, o rosto destroçado, o caixão lacrado. O funeral de Boilesen assume o caráter de solenidade, de ato político, de afirmação da importância do morto num momento em que a luta contra a *subversão* é uma prioridade do aparelho de estado. A economia já não preocupava tanto, o país embarcara definitivamente nas asas do *milagre econômico*.

Consternação, muitas homenagens, discursos indignados, repúdio à violência e promessas de vingança. Centenas de carros, centenas de coroas de flores. As principais lideranças da cidade, do estado, do país. O velório e o enterro de Boilesen são atos públicos, atos de desagravo.

Mas as homenagens à memória do herói, passados alguns anos, desaparecem. Boilesen foi completamente *apagado*. O prêmio que a Associgás distribuía anualmente e ganhou o nome de Henning Albert Boilesen, após o assassinato do executivo, foi perdendo importância. A premiação que mereceu nos primeiros anos anúncios de página inteira na Revista *Veja* foi minguando até merecer apenas uma nota curta na sessão *Datas*, da mesma revista, em fevereiro de 1975,<sup>261</sup> e depois desaparecer.

Boilesen também deixou poucas lembranças na FIESP onde foi diretor. Durante a produção do filme *Cidadão Boilesen*, todas as tentativas de abordagem do tema Boilesen foram rechaçadas com a habitual elegância das assessorias de imprensa.

O grupo Ultra, onde Boilesen trabalhou por dezenove anos na Ultragaz -, na época o carro chefe do grupo e ainda hoje o líder nacional da distribuição de gás de cozinha, lançou um livro em 1998 sobre a trajetória do conglomerado título *Grupo Ultra – marca de empreendedor*<sup>262</sup>, sem uma única referência a Boilesen.

Boilesen era figura conhecida na alta sociedade paulista. Tinha amigos como o presidente do *Grupo Folhas*, Octávio Frias de Oliveira<sup>263</sup> e o ministro da Educação, Jarbas Passarinho. Frequentava o exclusivo Clube Paulistano, a Sociedade Hípica e o Iate Clube de Santos. A filha, Tânia, era nora do brigadeiro Faria Lima, ex-prefeito de São Paulo (1965-1969), casada com José Eduardo Faria Lima, na época deputado estadual (1971-1979). O executivo tinha outros dois filhos: Henning Júnior, o primogênito, também funcionário da

---

<sup>260</sup> A ALN e os justicamentos, Orvil, ALN, cap X, In: A Verdade Sufocada. Disponível em: [www.averdadesufocada.com.br](http://www.averdadesufocada.com.br), acesso em 25 de julho de 2011.

<sup>261</sup> Revista *Veja*, edição 339, 12/02/1975, p.67

<sup>262</sup> GRUPO ULTRA. *A história do Grupo Ultra – marca de empreendedores*. São Paulo: Editora Prêmio, 1988.

<sup>263</sup> Relatório, Divisões de Informações, CPI, DOPS - Polícia Civil de São Paulo, FLS “2”- Arquivo do Estado São Paulo – Arquivo DOPS-SP - pasta 52-Z-28.357.

Ultragaz; e Erik, do seu relacionamento com Cândida Maria Meneses Barros. Tinha também quatro netos.

O fato de ter sido assassinado transformou o executivo em símbolo do colaboracionismo, da união poder econômico + repressão. Segundo o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, “falava-se do Boilesen e da Ultragaz.... ninguém sabia muito bem o que era isso, era um estigma. Esse homem era o mal, talvez do outro lado se achasse que ele era o bem.”<sup>264</sup> Ainda segundo o ex-presidente, ao se referir a Boilesen, “era um nome frequente, ele ficou como um *bode expiatório*, ninguém falava de outro nome que não fosse o dele”<sup>265</sup>.

É difícil afirmar com precisão qual era a amplitude da atuação de Boilesen. Idealizador da “caixinha”? Responsável pela arrecadação dos recursos? Torturador? Agente da CIA? A participação ativa em sessões de tortura, acusação recorrente, foi uma das justificativas para o *justiçamento*, mas essa acusação nunca foi provada.

As evidências, no entanto, apontam para uma ativa rede de colaboradores que se formou para apoiar financeira e materialmente a Oban. Além do Grupo Ultra, ao qual pertencia a Ultragaz, dirigida Boilesen, multinacionais como Ford e General Motors são citadas como colaboradoras da “caixinha da Oban”<sup>266</sup>. A construtora Camargo Corrêa também é arrolada como um dessas colaboradoras.

Esse apoio financeiro em função de interesses do empresariado paulista, não era uma novidade. O ex-governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins (1975-1979), conta que bem antes do golpe de abril de 1964 já havia um grupo de empresários decididos a reagir à “implantação da república socialista do Sr. João Goulart.”<sup>267</sup>

O objetivo era dar condições ao II Exército de marchar para o sul em caso de resistência do III Exército a uma ação contra Goulart, praticamente definida no início de 1964. O comandante do III Exército, Ladário Pereira Telles e o então deputado federal pelo Rio de Janeiro, Leonel Brizola, pretendiam resistir ao golpe, mas foram desestimulados por Goulart.<sup>268</sup>

As declarações do ex-governador paulista esclarecem por que a experiência piloto de um órgão centralizado de combate à guerrilha comandado pelo Exército surgiu em São Paulo e não em outro estado, como Rio de Janeiro, por exemplo. Outros dois dados importantes

<sup>264</sup> Entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Pedro Asbeg, São Paulo, março de 2008.

<sup>265</sup> *Idem*.

<sup>266</sup> BRASIL NUNCA MAIS. *Um relato para a História*. Rio de Janeiro: Arquidiocese de São Paulo, Editora Vozes, 1985. p.72

<sup>267</sup> Entrevista de Paulo Egydio Martins a Chaim Litewsky, em São Paulo, em março de 2008.

<sup>268</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política o Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005b. p.124

são: a presença de Carlos Marighella no estado e a deserção de Carlos Lamarca, em janeiro de 1969, do IV Regimento de Infantaria, em Quitaúna, interior de São Paulo.

O comandante da ALN, Carlos Marighella, era reconhecido pelos militares e também pelas forças de esquerda, incluindo Cuba, como a grande liderança da guerrilha e alguém com consistência suficiente, pelo menos nas projeções, para unificar as diversas organizações e tendências e comandar um exército guerrilheiro.

Carlos Lamarca, cuja captura ou eliminação tornara-se uma questão de honra para as forças armadas, era visto como um potencial comandante de um exército guerrilheiro, devido à excelência da sua formação militar, que faltava a Marighella. Segundo Antônio Carlos Fon, havia um consenso segundo o qual, por ser São Paulo “o centro de irradiação dos movimentos de contestação violenta ao governo, que o engajamento das forças armadas na luta deveria começar.”<sup>269</sup> Fon, que realizou um extenso trabalho de pesquisa sobre o aparelho repressivo paulista, afirma que

no segundo semestre de 1968, o quartel general do II Exército passou a ser assediado com frequência também por militantes de grupos de extrema-direita, que haviam travado conhecimento com o coronel Sebastião Chaves alguns anos antes, durante a conspiração para depor o governo anterior. Eles sentiam-se ameaçados pelo ascenso do movimento esquerdista.<sup>270</sup>

São Paulo entre 1969 e 1971 detinha 40% do PIB, sendo que o PIB *per capita* era o dobro do PIB *per capita* do resto do país.<sup>271</sup> O estado tinha também 52,8% da capacidade industrial do país.<sup>272</sup> É lícito acreditar que o empresariado paulista estivesse preocupado com atentados, assaltos a banco e sequestros de diplomatas.

É preciso levar em conta também a existência de grupos de extrema direita organizados e ativos como prova a chamada Batalha da Maria Antônia. No dia três de outubro de 1968, alunos da Faculdade de Filosofia da USP e estudantes do Mackenzie se enfrentaram a socos, pontapés, barras de ferro e tiros. Havia a suspeita de que a Mackenzie, na época, tivesse alunos filiados às três organizações de direita mais atuantes do estado, o

---

<sup>269</sup> FON, Antonio Carlos. *Op. Cit.*, p.16

<sup>270</sup> *Idem*, p. 17

<sup>271</sup> HADDAD, Paulo. *São Paulo na economia brasileira*, O Estado de São Paulo, 17/06/2011.

<sup>272</sup> CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970*, tese de livre docência apresentada ao Departamento de Economia e Planejamento Econômico do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, 1981. p.122

CCC- Comando de Caça aos Comunistas, o MAC- Movimento Anti-Comunista e a FAC-Frente Anti-Comunista.

Na Faculdade de Filosofia da USP, localizada, na época, nas proximidades da Mackenzie, ficava a sede da UEE- União Estadual de Estudantes de São Paulo, presidida por Luis Travassos, uma das principais lideranças nacionais do Movimento Estudantil. No confronto morreu, com um tiro na cabeça, o estudante secundarista José Carlos Guimarães. O confronto só terminou quando o prédio da Faculdade de Filosofia foi incendiado.<sup>273</sup>

O ex-governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins, que assume ter coordenado um grupo de mais ou menos 100 empresários conspiradores em 1964, afirma que quando irrompeu o movimento em 1964, “tinha um grupo armado que queria sair pela rua dando tiro.... o movimento de sair à caça dos comunistas foi violentíssimo.”<sup>274</sup>

### 4.3. A Transição

A *anistia possível* deixou sequelas. Os acusados por ações armadas, por exemplo, saíram da prisão em função da redução de suas penas. Não foram anistiados sob a alegação de que cometeram crimes de *sangue e terrorismo*, uma decisão que ratificava as condenações.<sup>275</sup>

A Anistia também ignorou os militares de baixa patente por terem desafiado a hierarquia e a disciplina militares<sup>276</sup>. Com a maioria nas duas casas do Congresso, 206 a 201, na Câmara, vitória apertada; e 41 a 25 no Senado, onde a Arena tinha 21 senadores biônicos<sup>277</sup> e o entendimento da oposição de que era melhor uma Anistia reduzida do que uma longa batalha de final incerto, os ditadores impuseram a sua vontade e pacificaram o *Sistema de Informações*.

Os “bolsões radicais, porém sinceros” não admitiam qualquer tipo de sanção aos envolvidos no *trabalho sujo*, ou seja, o desmantelamento das organizações que optaram pela

<sup>273</sup> *Batalha da Maria Antônio resultou na morte de um secundarista*, Folha Online, 30/04/2008. Disponível em: [www1.folha.uol.com.br/folha/Brasil](http://www1.folha.uol.com.br/folha/Brasil), acesso em 21/12/2011.

<sup>274</sup> Entrevista de Paulo Egydio Martins a Chaim Litewsky, em São Paulo, em março de 2008.

<sup>275</sup> *A Anistia de 1979*. Revista Veja, edição 564, 27/06/1979. p.20

<sup>276</sup> ROLLEMBERG, Denise. *Memórias da Luta Armada*. Projeto de pesquisa. Rio de Janeiro, 2005. p. 2

<sup>277</sup> No início de 1977 o presidente Giesel ordenou o fechamento do Congresso e decretou o *Pacote de Abril*, que permitia a votação indireta de 1/3 do corpo do Senado. Os senadores nomeados pelo presidente foram pejorativamente chamados de senadores biônicos, em uma clara alusão a uma série de televisão transmitida pela da TV Bandeirantes, *O Homem Biônico*.

luta armada. “Essa foi a Anistia possível de dar” diria o senador Jarbas Passarinho em tom de comemoração.”<sup>278</sup>

Com o fim da vigência do AI-5, em 31 de dezembro de 1978, medida que também restabelecia o *habeas corpus*, já estavam em curso os arranjos legais para que os últimos presos políticos fossem libertados. Teve início, então, a partir de 1979 uma espécie de “inventário de cicatrizes”<sup>279</sup> da luta armada, que seguiu por toda a década de 1980. Eram, em geral, relatos autobiográficos de ex-guerrilheiros, que tentavam elaborar a experiência da guerrilha e refletir sobre as causas da adesão ao projeto de tomada violenta do poder.

Críticas e autocríticas, pelo menos na maior parte dos casos, apontavam para uma nova compreensão da realidade política, econômica e social. E num rol de narrativas heterogêneas, a crença na democracia como um valor universal unia os diferentes. Alguns livros como *O que é isso companheiro?*, de Fernando Gabeira, e *Os Carbonários*, de Alfredo Sirkis, foram bem avaliados pela crítica especializada e tornaram-se sucessos editoriais, com destaque para o primeiro, com mais de 300 mil cópias vendidas e 40 edições até os dias de hoje.<sup>280</sup>

Esse momento inicial de balanço, capaz de revelar feridas ainda não completamente cicatrizadas, mas apontando para a conciliação, foi pleno de esperança, principalmente para a esquerda. O clima era de otimismo, a retomada da democracia uma realidade. Os exilados voltavam, partidos de esquerda eram fundados ou refundados, a discussão sobre política retomava o espaço público, um sopro de liberdade arejava o país. E uma visão idealizada, pelo menos nos setores mais progressistas da sociedade, ganhava corpo. O povo brasileiro, essa entidade tão difusa, havia mandado os militares de volta aos quartéis com a sua luta.

A partir dessa memória, é possível refazer uma imagem do passado que viabiliza a transição para o futuro sem os fantasmas do isolamento, da derrota, do consenso e do consentimento. Através da visão do mito, o historiador francês Raoul Giradet oferece uma chave para que entendamos esse esforço de reconstrução:

Sobre os restos das crenças mortas, novas certezas se edificam. Nos corações, nas consciências, os equilíbrios rompidos se reconstituem. Fornecendo-lhes novos elementos de compreensão e adesão, o imaginário mítico permite àquele que a ele se

<sup>278</sup> *A página virada*. Revista Veja, edição 573, 29/08/1979, p.23

<sup>279</sup> Livro de poesias publicado pelo preso político Alex Polari de Alverga, em 1978 e editado pelo Comitê Brasileiro da Anistia. Cf. BOVICINO, Regis. Resenha de ALVERGA, Alex Polari de. *Inventário de Cicatrizes*. Publicada originalmente no Diário de São Paulo, 30/11/1978. Disponível em: <http://regisbovicino.com.br/catrel.asp?c=11&t=67>, acesso em abril/2011.

<sup>280</sup> GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

abandona reamarrar-se em um presente reconquistado, tomar pé em um mundo que voltou a ser coerente, que voltou a ser, com efeito, claramente legível.<sup>281</sup>

O resgate da *democracia como um valor universal* acabou por contribuir para a construção de uma memória mais ligada ao futuro do que ao passado. Segundo Rollemberg, já existe uma vasta historiografia sobre o período 1964-1985, mas essa história vem sendo contada, sobretudo, a partir das pesquisas sobre resistência. A sociedade resistira durante 21 anos e não tinha nenhuma relação com a ditadura, como constatou com ironia Daniel Aarão Reis, “até mesmo personalidades que se projetaram à sua sombra, e que devem a ela a Sorte, o poder, a riqueza que possuem não estão dispostas, salvo exceções, a acorrer em sua defesa.”<sup>282</sup>

Essa abordagem, defende Rollemberg, vem se atualizando desde os anos 1970, numa relação perigosa em que a historiografia contribui, em certo sentido, para o desconhecimento do passado recente, pois resulta do abismo entre Memória e História:

Nesse sentido a Memória se sobrepôs à História num confronto no qual os personagens, os testemunhos assumiram a condição de guardiães da Memória, Arautos da História. Assim a perspectiva crítica – que faz da memória objeto de estudo e rompe com as mitificações e lendas apaziguadoras – é inaceitável.<sup>283</sup>

Anos de chumbo ou anos de ouro? Como explicar que o regime ditatorial tenha sobrevivido por longos 21 anos contra tudo e contra todos? Mas será que foi realmente contra tudo e contra todos como nos quer fazer crer parte da memória do período? Obviamente que não. Um regime, seja qual for a sua orientação, não duraria tanto tempo se não fosse capaz de forjar pontos de contato com a população, de construir alguma legitimidade e também atender aos anseios de, pelo menos, parte da população. Sendo capaz de estabelecer um diálogo com a sociedade e criar elementos de identificação com seus princípios, formulações e projetos.

A partir do projeto de *abertura*, que tem início em 1974, no governo do general Ernesto Geisel, e desemboca na anistia, cinco anos depois, as esquerdas, particularmente os remanescentes dos grupos que optaram pela luta armada, retomam uma prática política legal mesmo que algumas organizações reformadas como o MR-8, AP e PCdoB ainda estejam na clandestinidade.

<sup>281</sup> GIRARDET, Raoul. *Op. Cit.*, p.183

<sup>282</sup> REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerda e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. p.7

<sup>283</sup> ROLLEMBERG, Denise. *Ditadura, Intelectuais e Sociedade: O Bem-Amado de Dias Gomes*. Disponível em: Denise Rollemberg-sitemason.vanderbilt.edu/files/hgBQDC/Denise%Rollemberg , acesso em 26/06/2011.

A ex-esquerda radical se insere na nova realidade da oposição no país, na qual a palavra de ordem *Por Liberdades Democráticas* une amplos setores: partidos, sindicatos, entidades da sociedade civil, a classe média e o Partido Comunista Brasileiro, crítico da luta armada. Aliás, o *Partidão*, mesmo nos momentos mais duros do regime autoritário defendeu uma ampla frente democrática de resistência à ditadura civil militar e desde o início da *abertura* defendia que “a luta pela democracia é parte integrante da luta pelo socialismo”<sup>284</sup>.

As esquerdas buscavam desenvolver uma forma de diálogo e integração com o movimento social que renascia timidamente e era, por princípio, heterogêneo, indo muito além dos reduzidos limites das organizações, frações e dissidências esquerdistas; crescendo a partir da idéia de reconciliação. O movimento estudantil e o movimento sindical davam início então a uma retomada da mobilização, obviamente levando em consideração as contradições da *abertura*. À esquerda, o momento exigia reavaliar a herança violenta e não democrática dos chamados *Anos de Chumbo*. Nesse espaço não cabia, por exemplo, os *justiçamentos*, como o assassinato de Boilesen e, principalmente os *justiçamentos* de militantes que por algum motivo se mostraram vacilantes ou capazes de colocar em risco as organizações. Mas esse é um tema para uma outra pesquisa.

E assim é construída uma ponte entre a ex-esquerda revolucionária e um movimento que, não estando cindido pelas querelas programáticas, estratégicas e táticas, dá pouca atenção a rótulos, e não teme, portanto, ser *reformista*, *pragmático* ou *democratista*, termo que por um bom tempo acompanhou as críticas da extrema esquerda aos grupos que viam na luta por *Liberdades Democráticas* um fim e não um meio.

Num estudo sobre as novas esquerdas na década de 1970, a historiadora Maria Paula Nascimento Araújo analisa como se deu o processo de transição da chamada esquerda revolucionária de uma posição, que nos anos 1960 e início dos anos 1970 valorizava a violência e a luta armada, em direção ao resgate da democracia como um valor universal. “A ferida da luta armada abriu campo para a visceral rejeição à violência que, em contraste com a década anterior, marcou a esquerda”<sup>285</sup>.

---

<sup>284</sup> RESENDE, Maria Alice. *Breve História do “comunismo democrático no Brasil”*. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *Revolução e Democracia 1964*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007. p. 275

<sup>285</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A Utopia fragmentada - Novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p.98

Além do mais, como bem observou Araújo, “esse novo direcionamento tático vinha ao encontro do anseio de uma geração mais nova, formada politicamente após o AI-5 e já não mais marcada pelo *ethos* do enfrentamento e da radicalidade de 1968.”<sup>286</sup>

O movimento pela anistia se fortalecia no ritmo inconstante da *abertura* até o ponto em que os (a maioria) brasileiros foram apresentados aos presos políticos. Muitos nem mesmo sabiam que eles existiam. Era um grupo reduzido de homens, na sua maioria jovens, que pagara um alto preço pela ousadia de lutar de armas nas mãos contra a ditadura. Essa era, naquele momento, uma luta importante, num país, no qual, apesar da *abertura*, ainda existiam atentados terroristas de direita, prisões e torturas de militantes de esquerda.

Os espaços de atuação política eram ainda limitados e inseguros. E por isso, a dinâmica do momento exigiria ainda mais concessões das esquerdas como, por exemplo, cerrar fileiras com antigos colaboradores dos governos militares, como o senador Teotônio Vilela: usineiro, representante da elite agrária nordestina, político conservador, que fez carreira na Arena- Aliança Renovadora Nacional - e transformou-se, no fim da vida, num dos símbolos da luta pela Anistia.

Segundo Araújo, “a definição de uma conjuntura de resistência e de uma plataforma de luta pelas liberdades democráticas foi, de certa forma, uma resposta das esquerdas brasileiras ao isolamento e à derrota militar e política da experiência armada.”<sup>287</sup>

Para Marcelo Ridenti, no entanto, essa adesão da chamada esquerda revolucionário a um ideário democrático, que busca associar seu histórico de ações armadas à luta pela redemocratização do país, é, sem meias palavras, uma mistificação:

o aspecto mistificador consiste na omissão de que as esquerdas armadas nunca propuseram um mero retorno à democracia nos moldes do pré-1964, tampouco algo que prefigurasse a institucionalidade que viria a se constituir no Brasil depois do fim da ditadura. Essa ideologia tende tacitamente a reduzir a luta pela revolução nos anos 1960/70 a uma fase preparatória para a democracia brasileira tal qual está hoje estabelecida, legitimando assim o passado de muitos guerrilheiros.<sup>288</sup>

No mesmo sentido, Daniel Aarão Reis sustenta que

---

<sup>286</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Luta democrática contra a ditadura*. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (Orgs.) *Revolução e democracia 1964*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007. p.332

<sup>287</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Op. Cit.*, 2007. p.324

<sup>288</sup> RIDENTI, Marcelo. *Resistência e Mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores*, in *40 anos do golpe – ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: Faperj e Editora Sete Letras, 2004. p.143-144

um primeiro deslocamento de sentido, promovido pelos partidários da Anistia, apresentou as esquerdas revolucionárias como parte integrante da resistência democrática, uma espécie de braço armado dessa resistência. Apagou-se assim, a perspectiva ofensiva, revolucionária que havia moldado aquelas esquerdas. E o fato de que elas não eram de modo algum apaixonadas pela democracia, francamente desprezadas em seus textos.<sup>289</sup>

Uma forma simples de avaliar a extensão da mudança da chamada esquerda revolucionária é consultar alguns documentos que guiaram as ações das organizações durante o período da luta armada. Em setembro de 1969, a VAR-Palmares propõe em seu programa:

O objetivo da revolução brasileira é, assim, o da conquista do poder político pelo proletariado, com a destruição do poder burguês que explora e oprime as massas trabalhadoras. Este objetivo, resultado da vitória da guerra revolucionária de classes, será concretizado com a formação do Estado socialista, dirigido pelo governo revolucionário dos trabalhadores, expressão da ditadura do proletariado.<sup>290</sup>

A ALN, no documento *O papel da Ação Revolucionária na Organização*, de maio de 1969, afirma que

O inimigo principal do nosso povo é o imperialismo estadunidense. Dado, porém, o entrelaçamento dos imperialistas estadunidenses com os grandes capitalistas e latifundiários brasileiros, não é possível liberar o país sem ao mesmo tempo expulsar do poder esses grandes capitalistas e latifundiários e substituí-los pelo povo armado, instaurando o governo popular revolucionário.<sup>291</sup>

O MR-8, num documento intitulado *Linha política e orientação para o período de abril de 1969 a janeiro de 1971*, defende que

Somente o exército revolucionário dirigido politicamente pela vanguarda do proletariado será capaz de destruir o Estado burguês e instaurar o poder proletário.

---

<sup>289</sup> REIS, Daniel Aarão. 2000, *Op. Cit.*, p.70

<sup>290</sup> REIS, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira. *Imagens da Revolução, documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1967*. Rio de Janeiro: Editora Expressão Popular, 2006. p.274

<sup>291</sup> *Idem.*, p.274

Assim, a guerra revolucionária constitui a maneira de resolver a contradição principal e o caminho essencial da revolução.<sup>292</sup>

Araújo chama atenção para o fato de que a transição aconteceu sem uma avaliação ou autocrítica da experiência da luta armada. Não houve, segundo ela, um recuo organizado, em que, a partir de uma análise realista da conjuntura político-econômica-social e de um debate amplo no seio da chamada esquerda revolucionária, fossem identificadas as causas da derrota:

Em praticamente nenhum lugar houve, por parte da esquerda, um processo formal de avaliação e autocrítica dessa experiência. Justamente porque os grupos e organizações que participaram do processo e que melhor poderiam avaliá-lo foram, em sua maioria, aniquilados ou inteiramente isolados.<sup>293</sup>

#### 4.4. O funeral de um herói

Dada à posição do morto, o velório e sepultamento de Boilesen form atos políticos de reafirmação das convicções de um grupo, unido na luta contra a *subversão* e o *terrorismo*. O discurso do almirante Reinaldo Gonzaga da Gama, de forma velada, prometeu vingança. O sacrifício de Boilesen não seria em vão. A posição de liderança do executivo e a atuação ostensiva, segundo aqueles que discursaram em sua memória, provaram a coragem pessoal e transformam seu assassinato em sacrifício.

Nos jornais de 16 de abril de 1971 surge um personagem que nas palavras de seus companheiros sacrificou-se pelo país que o adotou, que lhe deu oportunidades, que o fez um vencedor. O corpo perfurado 19 vezes e o rosto despedaçado conferem a Boilesen uma dimensão trágica.

Um cortejo de mais de 50 carros acompanha o corpo de Henning Albert Boilesen em direção ao cemitério do Campo Grande, em Santo Amaro, zona sul da capital paulista. A noite e a madrugada anteriores foram movimentadas na Rua Maestro Cardin, no Bairro da Liberdade, centro de São Paulo. Centenas de pessoas revezaram-se diante do caixão no velório, que foi realizado no Hospital da Beneficência Portuguesa. Segundo comentários de médicos do hospital, registrado pelos repórteres que cobriam o funeral, cirurgiões plásticos

---

<sup>292</sup> *Idem.*, p.437

<sup>293</sup> ARAÚJO, Maria Paula do Nascimento. *Op. Cit.*, 2008. p.98

foram chamados para tentar reconstituir o rosto de Boilesen, mas os danos eram por demais severos e nada foi possível fazer. O caixão foi lacrado.<sup>294</sup>

O rosto desfigurado impede um dos momentos mais significativos do ritual de sepultamento, que é a última imagem do morto. E, certamente, diminui o impacto e a força do evento, reduzindo seu potencial dramático e simbólico.

O funeral de Boilesen guarda as características de um funeral de homem de estado, basta conferir a lista de presenças. A ditadura civil militar vive um virtuoso momento em que o bom desempenho da economia se soma à popularidade do general presidente. O aparelho repressivo vive o auge do seu poder, graças ao sucesso da Oban que se transformou no assustador DOI, um poder paralelo, mas efetivo, que exerce durante todo o governo do presidente general Emílio Garrastazu Médici.

Ao enterro do executivo comparecem o ministro Delfim Netto, o ex-ministro Roberto Campos, o prefeito de São Paulo, Figueiredo Ferraz, o governador Laudo Natel e o comandante da 4ª Zona Aérea, brigadeiro José Vaz Sobrinho, do 8º Distrito Naval, vice-almirante Sylvio Magalhães Figueiredo e da Segunda Região Militar, general Dale Coutinho<sup>295</sup>. O capitão de corveta Luis César Pamplona representa o vice-presidente, almirante Augusto Rademaker<sup>296</sup>. Todo o secretariado do governo do estado de São Paulo também participa da cerimônia. Assim como o arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, que leva sua palavra de conforto à família.

Um esquema especial de segurança foi montado na rua Maestro Cardin, com soldados da Aeronáutica, do Exército e agentes de segurança, cuja origem os jornalistas não conseguiram determinar. Um destacamento da Polícia Militar ocupa as ruas próximas e o Departamento de Trânsito encarrega-se de organizar a grande movimentação de veículos no local durante toda a madrugada de 16 de abril.

Mais de 500 pessoas assistiram à celebração realizada pelo pastor Karl Hafstad, da Igreja Evangélica Luterana Escandinava. Choveu durante toda a cerimônia.

O caixão de Boilesen foi coberto com as bandeiras do Brasil e da Dinamarca. Mais de 120 coroas de flores foram levadas em dois caminhões e quatro camionetas ao cemitério do Campo Grande. O hino religioso preferido de Boilesen foi entoado em dinamarquês por seus conterrâneos:

---

<sup>294</sup> *Enterro de Henning teve longo acompanhamento*, Jornal do Brasil, 17/04/1971.

<sup>295</sup> O general Vicente de Paula Dale Coutinho foi ministro do Exército do governo do general Ernesto Geisel. Morreu em 24 de maio de 1974, dois meses depois de tomar posse. Era um entusiasta da Oban. Ver: *A morte do Soldado*, Veja, 29/05/1974.

<sup>296</sup> *O hino de Boilesen rompe o silêncio*, Jornal O Estado de São Paulo, 17/04/1971.

Sempre confiante quando você está no caminho de Deus  
 Mesmo se você for chegar ao seu destino, no fim do mundo  
 Nunca temas o poder da escuridão  
 As estrelas o vão iluminar como um pai nosso  
 E nunca temerás  
 Lute por tudo que você ama  
 Morra se for preciso  
 Assim a vida não será tão dura  
 Nem a morte<sup>297</sup>

Antes de o corpo ser baixado à sepultura 22 da quadra 4, o presidente do Grupo Ultra, Peri Ygel, patrão e amigo de Boilesen, discursou:

mais de 10 mil subordinados podem comprovar sua lealdade e sua compreensão. Esse homem entusiasmou não só os companheiros, mas também a comunidade em que trabalhava. Ele deu tudo de si para fazer o seu país adotivo caminhar para glórias maiores e marcar sua presença no mundo atual. [...]

Por que um homem desse tipo e caráter foi selecionado por um bando de malfeitores para ser justicado? Eu não sei o que eles querem provar com isso. Este ato de inbrasilidade e subversão foi o mais vil que vi em minha vida. Ele foi para amedrontar alguém que está aqui, eles erraram porque nós temos um símbolo a seguir. Eu sei que palavras não podem consertar o que foi feito. Todos nós 10 mil, 20 mil, 100 mil que compartilharam a vida contigo, nós lembraremos sempre. Que Deus fique contigo.<sup>298</sup>

O emocionado discurso de Peri Igel tem um especial significado. Segundo Elio Gaspari, o primeiro alvo escolhido para o *justicamento* pelo comando ALN-MRT era exatamente o dono do grupo Ultra. A primeira edição do jornal da ALN, *Venceremos*, trazia na primeira página um retrato do empresário, dono também da Supergel, empresa de alimentos congelados que fornecia refeições à Oban. O jornal da ALN acusa: “*Este é o homem que paga os carrascos da Oban*”<sup>299</sup>. No entanto, segundo Gaspari, Igel reforçou a segurança pessoal na época, o que dificultou a ação dos guerrilheiros.

O coronel reformado Seixas Marques conta que pouco tempo antes do atentado recebeu a missão de orientar Boilesen com relação à segurança. Havia informações de que ele corria perigo.

<sup>297</sup> *O hino de Boilesen rompe o silêncio*, Jornal O Estado de São Paulo, 17/04/1971.

<sup>298</sup> *Enterro de Henning teve longo acompanhamento*, Jornal do Brasil, 17/04/1971.

<sup>299</sup> *Jornal Venceremos*, número Um, ALN, abril de 1971.

Nós o ensinamos a atirar, para a sua defesa pessoal. Foi escalado um elemento da Polícia Civil para ser o seu segurança - motorista dele. Ele treinava no estande de tiro da 2ª Divisão de Exército, no quartel do Ibirapuera. Foi-lhe recomendado cuidado. Sabia-se que eles, os guerrilheiros, tinham ordem para matá-lo.<sup>300</sup>

Note-se que a unidade militar onde Boilesen tinha aulas de tiro, citada pelo coronel, ficava próxima ao prédio onde funcionava a Oban. De acordo com o depoimento do coronel, no dia em que foi morto, Boilesen havia passado na casa de filha, Tânia, antes de visitar outro filho, Peter Paul. E, contrariando as orientações de segurança, dispensara o motorista: “Ele foi dirigindo. Entra na residência da filha, tira o paletó e deixa a arma em cima da mesa, fala com a filha veste o paletó e sai sem a arma.”<sup>301</sup>

Teriam participado da ação, segundo o site *A verdade sufocada*, que é também o título do segundo livro autobiográfico do coronel do Exército reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-comandante do DOI-CODI-SP, Yuri Xavier Pereira, Joaquim Alencar Seixas, José Milton Barbosa, Dimas Antonio Casemiro e Antonio Sérgio de Matos.

O assassinato também significou uma vingança pela morte de Devanir de Carvalho, militante experiente, dirigente do MRT, com um extenso currículo de ações armadas.<sup>302</sup> A decisão de eliminar o executivo foi tomada numa reunião da direção do MRT, realizada no dia 17 de fevereiro de 1971.

Na pauta resumida, encontrada dois meses depois, aparece um lacônico Justicamento - CIA”. Uma semana depois, em 23 de fevereiro, na pauta de uma nova reunião do comando, aparecia na própria letra de Devanir: Tarefa prioritária: Sobre a pena de morte – apresentar uma proposta à frente. O MRT, para executar a ação, precisa propô-la à ‘Frente’, constituída por VPR, ALN, MR8, PCBR, além do próprio MRT.”<sup>303</sup>

Oficialmente Devanir morreu numa troca de tiros com agentes do CODI-DOI. Mas, segundo o levantamento do *Grupo Tortura nunca mais*,

<sup>300</sup> Depoimento do coronel Seixas Marques cmt. 6º Pel. 2ª Cia Bas Aman 6, 29/02/2009. Disponível em: <http://blog.anatoli.br/2009/02>, acesso em 21 de agosto de 2010.

<sup>301</sup> *Idem*.

<sup>302</sup> Orvil – As tentativas de tomada do poder, p. 623. Disponível em: [www.averdadesufocada.com.br](http://www.averdadesufocada.com.br), acesso em 12/12/2010.

<sup>303</sup> *Idem*, p.629

Por volta de 11 horas da manhã do dia 5 de abril de 1971, Devanir chegou à Rua Cruzeiro, nº 1111, Bairro de Tremembé, em São Paulo, onde foi recebido por uma rajada de metralhadora, deixando-o imobilizado. Levado para o DEOPS, passou a ser torturado pelo delegado Sérgio Fleury e sua equipe, e por volta das 18 horas do dia 7 de abril de 1971, Devanir morreu.

Ainda segundo o grupo *Tortura nunca mais*, a versão dos órgãos de segurança, publicada à época, dizendo ter sido Devanir morto ao resistir a prisão, é desmentida pelos depoimentos de presos políticos que se encontravam detidos no mesmo período.<sup>304</sup>

O ex-militante da ALN, Carlos Eugênio Paz, em depoimento para ao documentário *Cidadão Boilesen*, assume ter comandado o atentado e o tiro de misericórdia. Carlos Eugênio, no entanto, se nega a confirmar os nomes dos outros integrantes do comando que executou a ação.<sup>305</sup> Todos os outros supostos participantes do atentado, citados acima, listados também pelo site *Ternuma-Terrorismo nunca mais*, foram mortos ou são dados como desaparecidos. Carlos Eugênio, portanto, seria o único sobrevivente do atentado.

O funeral de Boilesen, pela posição social do morto, pela forma violenta e dramática como aconteceu, por suas convicções e pelo discurso assumido por seus executores, através do panfleto que o situa como um inimigo do povo, assume uma alta carga simbólica e se incorpora à categoria do funeral de estado, tão bem definido por Ben Amos em *Funerals, Politics and Memory in Modern France 1789-1996*.

Ben-Amos observa que aqueles ocupantes de posição de poder ou destaque na sociedade, em geral, têm funerais elaborados. Estes eventos se transformam em rituais que cumprem, em função da biografia do morto, um significado específico. Podem unir, mobilizar, denunciar, ameaçar, etc. São eventos repletos de simbolismo, públicos, nos quais, comumente, estão envolvidos sentimentos e interesses, governo, mídia e povo. E no qual, embora parentes e amigos estejam presentes e também sigam uma espécie um *roteiro* que lhes é confiado, em geral, não são protagonistas, a não ser que os laços familiares sejam reforçados por relações políticas. No entanto esposa, filhos cumprem uma função no sentido da imagem que foi construída do morto. Podemos interpretar esses funerais, segundo Amos, da seguinte forma:

<sup>304</sup> *Militantes políticos mortos*. Página grupo Tortura nunca mais. Disponível em: [www.torturanuncamais-rj.org.br](http://www.torturanuncamais-rj.org.br), acesso em 13/12/2010.

<sup>305</sup> *Cidadão Boilesen*, longa metragem, 92 minutos, direção: Chaim Litewsky, Produção: Chaim Litewsky e Palmares Produções e Jornalismo, Rio de Janeiro, 2008.

*In private funeral, the corpse is usually escorted to the cemetery by family, friends, neighbours and at times, a religious figure who performs a series of acts to ensure the tranquility of the soul in the next world and the peace of mind of the living in ours. But those who occupied positions of power get more elaborate and resplendent funeral than others. Their ceremony is put under the auspices of the state and undergoes a transformation. It becomes a state funeral, a public affair in which the government, media and the people are involved.*<sup>306</sup>

Para os guerrilheiros, o atentado é uma demonstração de força, de capacidade de luta das organizações, que se unem e realizam uma ação de extrema complexidade. É como ferir o coração do aparelho repressivo e seu mais eficiente órgão. A ação, internamente, cumpre também o papel de reforçar a crença dos militantes e seus quadros de apoio de que, apesar do momento difícil a luta continua. No entanto, a ação apenas aumenta o isolamento.

---

<sup>306</sup> BEN-AMOS, Avner. *Funerals, Politics and Memory in Modern France 1789-1996*. New York: Oxford University, 2000. p. 2

Tradução livre: Em funeral privado, o cadáver é geralmente acompanhado ao cemitério por familiares, amigos, vizinhos e às vezes, uma figura religiosa que realiza uma série de atos para garantir a tranquilidade da alma no outro mundo e a paz de espírito dos vivos no nosso. Mas aqueles que ocuparam posições de poder têm um funeral mais elaborado e resplandecente do que os outros. A cerimônia é realizada sob os auspícios do Estado e passa por uma transformação. Torna-se um funeral de Estado, um caso público em que o governo, a mídia e as pessoas estão envolvidas.

## Considerações finais

Ao fim deste trabalho, cujo móvel é discutir a colaboração de empresários paulistas com a Oban, órgão de repressão política, a partir da trajetória do executivo (não empresário) Henning Albert Boilesen tenho menos respostas objetivas a oferecer do que imaginava no início da pesquisa. Esse fato, ao contrário do que possa parecer, não constitui uma fragilidade, na medida em que as perguntas que surgiram ao longo da pesquisa, mesmo ficando sem respostas, permitem uma reflexão sobre a questão do apoio à ditadura civil militar e um modelo de aparelho repressivo, particularmente no período 1969-1971.

Boilesen, como sabemos, tornou-se símbolo dessa colaboração ao ser *justiçado* (assassinado) por um comando formado por militantes de duas organizações que optaram pela luta armada contra a ditadura. E a designação *símbolo* é plena de significado. A história de Boilesen, até então relegada aos arquivos, ficou conhecida ou mais conhecida a partir do filme *Cidadão Boilesen*, dirigido por Chaim Litewsky e do qual fui produtor e pesquisador no Brasil. Foram realizadas ainda pesquisas na Dinamarca e nos arquivos do Departamento de Estado do EUA.

*O Caso Boilesen* é um exemplo de que a memória é “um fenômeno coletivo e social, ou seja, um fenômeno construído coletivamente e submetida a flutuações, transformações, mudanças constantes”<sup>307</sup>. As primeiras informações sobre o executivo a que tive acesso davam conta de um homem que não só colaborava financeiramente com a Oban, como arrecadava dinheiro, buscava novos colaboradores e até pressionava os reticentes. Teria o hábito também de assistir a sessões de tortura e até mesmo de torturar. Também era acusado de ser agente da CIA.

O filme, como é comum nos trabalhos que se pretendem jornalísticos, procurou ouvir *todos os lados* da questão, mas investiu na *colaboração*, o dado novo para o grande público. Nos anos 1960 e 1970 empresários paulistas tiravam dinheiro do próprio bolso ou das empresas para financiar um aparelho repressivo que torturava militantes políticos. Nesse sentido, ou seja, ao focalizar um dos ângulos possíveis da trajetória de Boilesen, o filme foi bem sucedido.

Ao fim do trabalho me convenci de que o filme seria o primeiro capítulo de uma empreitada que se mostrava muito mais desafiadora e rica. E a partir das entrevistas e a

---

<sup>307</sup> POLLAK, Michael. *Op. Cit.*, 1992. p.201

constatação de que grande parte do material fora descartado, em função do tempo do filme, decidi iniciar essa nova pesquisa, recorrendo, além dos arquivos e entrevistas gravadas, à literatura sobre o período e consultando jornais e revistas da época.

Nascido na Dinamarca, numa família de poucos recursos, Boilesen fez uma carreira brilhante e sempre ascendente no Brasil, chegando ao topo de uma grande empresa, de um grande grupo econômico. Brasileiro de coração, integrou-se ao país como se aqui tivesse nascido. Seu assassinato, aos 55 anos, acabou por levantar uma questão importante: o nível de apoio e de envolvimento de empresários e/ou civis com o aparelho repressivo da ditadura e os limites dessa colaboração.

À medida que a nova pesquisa ia avançando, o personagem crescia em complexidade. Boilesen, em tudo e por tudo, fugia do estereótipo de conservador e reacionário. Ao contrário, surgia alegre, bem humorado, sedutor, mulherengo. Tinha muitos amigos, de todos os tipos; era admirado, bom pai, bom chefe, um cidadão participante e preocupado com a juventude. Criou o CIEE – Centro de Integração Empresa Escola, entidade que existe até hoje e encaminha jovens universitários para estágios remunerados, onde dão os primeiros passos na carreira profissional. Foi reconhecido com títulos de cidadania e condecorações, se naturalizou.

Gostava de MPB, em especial de Chico Buarque de Holanda, que considerava um gênio; de artes plásticas, de futebol. Torcedor apaixonado do Palmeiras, clube de massa de São Paulo, com origem na colônia italiana, frequentava os estádios, assistia aos jogos na *geral*<sup>308</sup> como um *geraldino*<sup>309</sup> qualquer.

Boilesen tinha opiniões claras sobre como deveria ser o futuro do país que o adotou. Era um defensor, sem culpas, do capitalismo; liberal, alinhado com os Estados Unidos, contrário à União Soviética e ao Comunismo. Apoiou o golpe, pegou em armas pensando em um confronto, assim como seu amigo Paulo Egydio Martins, ex-ministro e ex-governador de São Paulo, mas o esquema militar de Goulart ruiu como um castelo de cartas e as armas não foram necessários, pelo menos naquele momento.

Com o passar do tempo, pós golpe de 1964, Boilesen se inquietava, o *Movimento* não fora suficiente para afastar o *perigo vermelho*. Os militares diziam que os comunistas instrumentalizavam os estudantes, as passeatas se sucediam, as organizações de esquerda se armavam, assaltavam bancos, realizavam atentados, sequestravam diplomatas. Era preciso

---

<sup>308</sup> Antiga área existente nos estádios, ao nível do gramado, sem cadeiras, onde os torcedores assistiam ao jogo de pé, e cujos ingressos eram bem mais baratos.

<sup>309</sup> Torcedores que assistem os jogos na geral.

combater o radicalismo, impedir que Brasil se transformasse num outro Vietnã, numa outra Cuba. Era preciso preservar a democracia (?), reafirmar os valores do mundo livre.

Estava em curso uma guerra, a *Guerra Fria*, definitiva, o Bem versus o Mal. Não havia meio termo. Contra ou a favor? Boilesen fez a opção. Ao seu lado estavam *homens de bem*, banqueiros, industriais, comerciantes, muito parecidos com ele, políticos, empresários, profissionais liberais, funcionários públicos, jornalistas, intelectuais, professores. Não foi difícil escolher. Boilesen, como tantos outros do seu meio e da sua posição, apoiava decididamente a ditadura, estava ao lado do governo, colaborava com o governo, o que era bom para ele e para os negócios. E esse apoio tinha um peso. Era bem relacionado, influente, respeitado, diretor da FIESP, a poderosa Federação das Indústrias de São Paulo.

Os empresários paulistas estavam atentos, *o inimigo sem rosto* estava em todos os lugares, corrompendo a juventude, envenenando os trabalhadores, usando a cátedra para cooptar estudantes, pichando nos muros *Abaixo a Ditadura*. Distribuindo armas, pregando a igualdade e contra a injustiça social, exigindo a redistribuição de riquezas, a Reforma Agrária *na lei ou na marra*. O Socialismo.

Estava em curso a *Guerra Interna*, sem uniforme, sem campo de batalha definido, sem exércitos regulares. Os agentes do comunismo internacional infiltravam-se em todos os lugares, mesmo nas classes médias, entre os abastados e ricos, beneficiários do capitalismo que repudiavam. Em todos os cantos desagregavam as famílias com o amor livre, o ateísmo, a pornografia, as drogas.

Era preciso agir, o empresariado paulista estava consciente do seu papel. Era fundamental derrotar a *subversão* e o *terrorismo* e era necessário também muito dinheiro. Os ricos deveriam mais do que contribuir assumir aquela luta como deles. Tinham muito a perder. Era o que dizia nas reuniões do *Clube Paulistano* o banqueiro Gastão Bueno Vidigal.

Boilesen participaria, não era homem de se esconder, tomaria a iniciativa, enfrentaria o inimigo. Eram muitos, cidadãos cômicos de suas responsabilidades, admirados e respeitados. As organizações guerrilheiras impressionavam, nos panfletos, nas ações ousadas, pareciam poderosas, bem armadas, articuladas a países estrangeiros.

Os militantes treinavam em Cuba, na China ou na União Soviética. Os meios convencionais, a polícia política, não davam mais conta desses novos grupos, formados em sua maioria por jovens de classe média, que na opinião dos militares eram oriundos de famílias problemáticas o desestruturadas.

Por ser estrangeiro, ocupando um importante cargo num grande grupo empresarial, Boilesen talvez fosse mais *realista do que o rei* ou sofresse do mal que atinge os recém

convertidos, ou seja, ser mais enfático e radical do que o aconselhável. No mais, Boilesen era um homem do seu tempo e de sua classe social.

As primeiras prisões de guerrilheiros revelavam militantes duros, preparados ideologicamente, motivados, convictos; não cooperavam, não aceitavam a pecha de criminosos, eram revolucionários, guerrilheiros; não se arrependiam, não eram cooptáveis nem patriotas equivocados mas brasileiros a serviço do comunismo internacional. Precisavam ser dobrados à força, submetidos, para que denunciassem os companheiros, indicassem os endereços dos *aparelhos* onde estavam as armas, identificassem os simpatizantes, as redes de apoio, as fontes de financiamento.

Só havia um caminho. Não era o que se queria, mas era uma questão de *Segurança Nacional*. O destino do país estava em risco. Franceses já tinham usado na Argélia, ingleses eram especialistas. E os americanos no Vietnã. Uma técnica como outra qualquer, aplicada por profissionais treinados e experientes, com acompanhamento médico.

Afinal *eles* ameaçavam, falavam em burguesia decadente e exploradora, em expropriações, em ditadura do proletário. Garantiam que o capitalismo no Brasil estava esgotado, não dava mais conta das imensas contradições, da pobreza, da concentração de riqueza. *Eles* armariam o povo e do povo, cansado da exploração, sairia o Exército Popular, do qual *eles* seriam a vanguarda. Áreas rurais seriam tomadas com a força das armas, instaladas zonas liberadas até que finalmente a ditadura caísse e fosse instalado um governo dos trabalhadores do campo e da cidade.

Não havia dúvida, a resposta precisava ser dura, inconteste, *eles* precisavam ser batidos, desarticulados, tirados de circulação, reeducados. Precisavam sentir a mão pesada do estado, respeitar o regime, temer a repressão. Se enquadrar ou partir. O medo iria afastar os simpatizantes, os inocentes úteis, os iludidos.

A Oban foi a reedição de uma associação entre militares e o empresariado paulista dos idos de 1964, quando o II Exército foi reequipado com recursos dos empresários paulistas. Temia-se uma reação vinda do sul, sob o comando de Leonel Brizola e com o apoio do III Exército.

Boilesen tinha pensamentos claros, acreditava na meritocracia, era um *self made man*. Embora possível, não há dados consistentes que justifiquem a acusação de que torturava ou assistia a sessões de torturas. É certo que visitou o DOI algumas vezes.

Boilesen pouco diferia de um Gastão Bueno Vidigal, considerado o banqueiro símbolo de São Paulo, reverenciado até o fim da vida; ou de um general Geisel, que passou à história

como o arquiteto da redemocratização; ou de um Delfim Netto, que se transformou numa espécie ícone dos economistas de todas as orientações.

Tanto quanto Gastão, Geisel e Delfim, Boilesen era anticomunista convicto, desejava um sistema político forte e sem a esquerda. Como Gastão, Geisel e Delfim, Boilesen admitia a tortura como um mal necessário. Como Gastão, colaborava financeiramente para que a Oban operasse. E a exemplo de Delfim, não existe uma única declaração sua registrada em que defenda a tortura.

Por que as referências ao executivo se perderam no tempo? Por que desapareceu dos registros do Grupo Ultra e da FIESP e a simples menção de seu nome nesses dois locais é suficiente para encerrar abruptamente uma conversa? Por que passou à História como *o Empresário da Oban*. Por que Delfim e Romeu Tuma recusaram-se repetida e terminantemente a falar sobre ele, se foram apontados pelo filho de Boilesen como dois conhecidos ou mesmo amigos. Boilesen era também amigo de Fleury. Mas esse morreu em 1979.

A resposta é mais simples do que se pode imaginar. O justicamento de Boilesen legitimou a sua culpa, confirmou todas as suspeitas, transformou em verdade o que era uma desconfiança sem muitos questionamentos. Virou lenda e uma lenda, como pude comprovar, pode ser contada de várias maneiras. *A abertura jogou uma pá de cal* definitiva na história de Boilesen.

Esse esquecimento e a certeza de que *rei morto é rei posto* (frase do filho, Boilesen Júnior), convenceram a família a também se calar. Um silêncio conveniente para *os dois lados da moeda*. A memória de Boilesen, depois de iniciada a *distensão* era duplamente incômoda. As palavras de ordem eram *entendimento, conciliação, anistia*. Para esquerda, engajada na luta pela redemocratização, tratava-se de uma herança desconfortável, que não se adequava à nova conjuntura de resistência e adesão aos valores da democracia. Poucos militantes, remanescentes da luta armada, admitem falar sobre ações violentas como a que tirou a vida de Boilesen. Carlos Eugênio Paz, ex-comandante militar da ALN é uma das poucas exceções. Ao contrário da maioria, orgulha-se dos seus feitos como *combatente*.

Para os empresários paulistas, Boilesen representava a prova concreta do apoio efetivo não só à ditadura civil militar, mas ao aparelho repressivo e às torturas. Eles também, a partir da *abertura*, se empenharam no processo de *Redemocratização*. Reuniam-se para discutir questões eminentemente políticas, passaram a questionar o governo, redigiam documentos com sugestões, falavam sobre a necessidade de mudanças, algo que antes de 1974 era impensável; apostavam em novas lideranças para a FIESP, como Luis Eulálio Bueno Vidigal,

que viria a suceder a Theobaldo De Nigris, um velho empresário do setor de artes gráficas, completamente identificado com a ditadura civil militar e que dirigiu a entidade de 1968 a 1980.

No livro *A Ditadura derrotada – o sacerdote e o feiticeiro*, o jornalista Elio Gaspari, reproduz um diálogo entre o presidente general Ernesto Geisel e o general Dale Coutinho, ministro do Exército, que morreu em maio de 1974, dois meses depois de tomar posse. Coutinho não deixava dúvidas quanto às suas posições. Era um entusiasta da Oban e cobria seus agentes de elogios: “patriotismo, abnegação sem limites e desprendimento pessoal dos moços civis e militares que a compõem, num trabalho anônimo que muitos os enobrece”<sup>310</sup>.

Ao ser lançado, o livro de Gaspari contendo a conversa entre os dois militares, surpreendeu. O general presidente, na visão de muitos, inclusive gente de esquerda, seria um militar legalista, por fazer parte do Grupo *Castellista ou Sorbone*, ala considerada moderada e, seguindo essa lógica, contrária à tortura e mais ainda ao extermínio de militantes de esquerda. O diálogo apenas comprova a insuficiência da distinção entre *linha dura* e *moderados*, denominações frequentemente utilizadas e que dilui uma complexa rede de afinidades e interesses. E explicita a função estratégica da tortura como fator de coerção e de contenção dos opositores do regime:

Geisel: [...] O Brasil hoje em dia é considerado um Oásis. É a área mais procurada.

[...]

Coutinho: E eu que fui para São Paulo logo em 69, o que vi naquela época era para hoje... Ah, o negócio melhorou muito, aqui entre nós, foi quando começamos a matar. Começamos a matar.

Geisel: Porque antigamente você prendia o sujeito e o sujeito ia lá para fora [...] Ó

Coutinho, esse troço de matar é uma barbaridade, mas eu acho que tem que ser.<sup>311</sup>

A mensagem do general presidente, num encontro em que foi sacramentado o convite para que Coutinho fosse o ministro, é reveladora. A tortura e até mesmo a execução de militantes de esquerda, assim como o AI-5, do qual Geisel não abriu mão e só foi suprimido ao fim do governo, são instrumentos da *Revolução*, práticas reconhecidas e aceitas, institucionalizadas pelo uso regular e permanente.

<sup>310</sup> A morte de um soldado, Revista Veja, edição 299, 29/05/1974, p.24-25

<sup>311</sup> GASPARI, Elio. *A Ditadura derrotada – o sacerdote e o feiticeiro*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2003. p.324

A historiadora Janaína de Almeida Teles lembra que, em 1974, primeiro ano do governo do presidente general Geisel, e também o primeiro ano da *abertura*, 45 militantes de esquerda desapareceram, não sendo computados como vítimas do aparelho repressivo, embora as evidências fossem irretorquíveis.<sup>312</sup> Em 1975 foram mais 11, nove do PCB.<sup>313</sup>

Portanto, a ideia de que o general Geisel governou mantendo uma *queda-de-braço* permanente e sem tréguas com o aparato repressivo ou *o porão* como muitos se referem aos órgãos de segurança merece ser revista ou, pelo menos, relativizada. Essa é, por exemplo, a linha de raciocínio que orienta os quatro livros, de grande sucesso, do jornalista Elio Gaspari sobre a ditadura civil militar, nos quais o general presidente e o coronel Golbery do Couto e Silva são apresentados como responsáveis pelo desmonte do aparelho repressivo que, na realidade, manteve-se em operação até os anos 1980. Haja vista *o Caso Riocentro*. E arquitetos e fiadores da volta do país à democracia, operação que seria impossível sem um amplo apoio das Forças Armadas.<sup>314</sup>

Unindo todos esses elementos fica claro que só é possível entender personagens como Boilesen, Gastão, Geisel e Delfim na perspectiva do tempo e da conjuntura em que viveram. Compreendendo e aceitando que são produtos da nossa sociedade, das nossas Culturas Políticas.

Não fosse morto violentamente e transformado em símbolo, Boilesen certamente teria desfrutado uma aposentadoria tranquila ao lado de filhos, netos e bisnetos, assim como tantos outros. Quem sabe admirado e respeitado por seus feitos no mundo dos negócios ou como líder empresarial ou como alguém que contribuiu para o progresso do país. Lembrado, homenageado e reverenciado como Gastão, Geisel e Delfim.

---

<sup>312</sup> TELES, Janaína de Almeida. *Os herdeiros da memória, a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2005. p. 38,39

<sup>313</sup> *Idem*, p.40

<sup>314</sup> Os livros de Elio Gaspari são *A Ditadura Envergonhada*, *A Ditadura Escancarada*, *A Ditadura Encurralada* e *A Ditadura Derrotada*, todos da Editora Companhia da Letras, São Paulo.

### Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: FICO, Fico; FERREIRA, Marieta Moraes; ARAÚJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz. (Orgs.). *Ditadura e Democracia na América Latina – Balanço Histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2008. p. 252
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Luta democrática contra a ditadura*. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *Revolução e democracia 1964*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A Utopia fragmentada-Novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- ARENDDT, Hanna. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011.
- AZÉMA, Jean-Pierre. A guerra. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- BECKER, Jean-Jacques. O *handicap* do *a posteriori*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 8ª edição, 2009.
- BÉDARIDA, François. Tempo Presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- BEN-AMOS, Avner. *Funerals, Politics and Memory in Modern France 1789-1996*. New York: Oxford University, 2000.
- BERNSTEIN, Serge. *A cultura política*. Lisboa: Editora Estampa, 1998.
- BERNSTEIN, Serge. *L'historien e la culture politique*. Vingtième sicle. Revue d'histoire, nº 35, 1992.
- BICUDO, Hélio Pereira. *Meu depoimento sobre o esquadrão da morte*. São Paulo: Edição PUC-São Paulo e Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, 1976.
- BRASIL NUNCA MAIS. *Um relato para a História*. Rio de Janeiro: Arquidiocese de São Paulo, Editora Vozes, 1985.
- CALERO, Francisco Sevillano. *Ecos de papel: La opinión de los españoles em la época de Franco*. Madri: Biblioteca Nueva, 2000.
- CAMURÇA, Marcelo Ayres; REIS, Daniel Aarão. O Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8). Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org.). *Revolução e democracia 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

- CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970*, tese de livre docência apresentada ao Departamento de Economia e Planejamento Econômico do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, 1981.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil, o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005b.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras criadas*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- CHAGAS, Carlos. *113 dias de angústia, impedimento e morte de um presidente*. Porto Alegre: LP&M, 1979.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador de sociedade autoritária*, São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.
- CONTREIRAS, Hélio. *Militares – Confissões – Histórias Secretas do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1998.
- CORDEIRO, Janaína Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. In: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.22, nº 43, janeiro-junho 2009a.
- CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em movimento-A Campanha da Mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009b.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 5ª edição, 1998.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo – A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- DOSSIÊ DITADURA – Mortos e desaparecidos no Brasil – 1964-1985. Comissão de Familiares de mortos e desaparecidos políticos e Instituto de Estudos sobre a violência do Estado. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.
- DREIFUSS, René Armand, *1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- FERREIRA, Jorge. *João Goulart – uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.
- FICO, Carlos, Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: *Revista Brasileira de História*, vol.24, nº 47, São Paulo, 2004.

- FICO, Carlos. *Prezada Censura: cartas ao regime militar*. In: *Revista Topoi*. Rio de Janeiro: UFRJ, nº 5, dezembro de 2002. p. 251-286.
- FICO, Carlos. *O grande irmão – da operação brother Sam aos anos de chumbo – o governo do Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam- Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- FICO, Carlos. *Reiventando o otimismo*, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FON, Antônio Carlos. *Tortura, a história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global Editora e Distribuidora LTDA e Comitê Brasileiro pela Anistia, 1979.
- GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GELLATELY, Robert. *Apoiando Hitler, consentimento e coerção na Alemanha Nazista*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- GRAEL, Dickson. *Aventura, corrupção, terrorismo-À sombra da impunidade*. Petrópolis: Editoras Vozes, 1886.
- GRUPO ULTRA. *A história do Grupo Ultra – marca de empreendedores*. São Paulo: Editora Prêmio, 1988.
- JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem – Os interrogatórios da Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1968-1975)*. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em História Social da USP. São Paulo, 2008.
- JOHNS, Per. *Cemitérios marinhos às vezes são festivos*. Rio de Janeiro: Top Books, 1995.
- JOHNS, Per. *As Aves de Cassandra*. Rio de Janeiro: Editora José Olimpio, 1990.
- KUSHNIR, Beatriz. *Desbundar na TV: militantes da VPR e seus arrependimentos públicos*. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.
- KUSHINIR, Beatriz. *Cães de guarda, jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Editora Boitempo, 2004.

- LEVY, Giovanni. Usos da Biografia In: FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 8ª edição, 2008.
- MACARINI, José Pedro, *Política econômica da ditadura militar – no limiar do milagre econômico 1967-1969*, texto para discussão. UNICAMP, N 99, set. 2000.
- MORAES, João Quartim de. O efeito desmistificador de A Conquista do Estado na análise das bases sociais da contra-revolução. In: *Revista de estudos estratégicos*. UNICAMP, Campinas, nº 1, junho/dezembro 2006.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Culturas políticas na história – novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- PATTO, Rodrigo Patto Sá. O Instrutor. In: *Revista de História*, 07/07/2008. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/o-instrutor> , acesso em 30/07/2011.
- PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs). *Ditadura e Democracia na América Latina – Balanço Histórico e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada – memórias da guerrilha*. Rio de Janeiro: Edições Best Bolso, 2008.
- PILETTI, Néelson; PRAXEDES, Walter. *Dom Helder Câmara, profeta da paz*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992.
- POMAR, Pedro Estevam da Rocha. Estatísticas do DOI-CODI. In: *Revista Adusp* , nº 34 , São Paulo, 2005.
- QUADRAT, Samantha Viz. Os porões internacionais da repressão. In: *Anais do Seminário 1964-2004 – 40 anos do golpe – Ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: Editoras FAPERJ e 7 Letras, 2004.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar e revolução socialista no Brasil*, palestra realizada no dia 18/10/2006, VI Semana Acadêmica de História, América Latina: ditaduras militares e experiências socialistas. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/index.php/historia/article/viewFile/213/213>, acesso em julho de 2010.

- REIS, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira. *Imagens da Revolução, documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1967*. Rio de Janeiro: Editora Expressão Popular, 2006.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2000.
- REMOND, René. Do Político. In: *Por uma história política*. (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, segunda reimpressão, 2009.
- RESENDE, Maria Alice. *Breve História do “comunismo democrático no Brasil”*. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *Revolução e Democracia 1964*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007. p.275
- RIDENTI, Marcelo. Esquerdas Revolucionárias nos anos 1960-1970, Civilização Brasileira. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e Democracia 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- RIDENTI, Marcelo. *Resistência e Mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores, in 40 anos do golpe – ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: Faperj e Editora Sete Letras, 2004.
- RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.
- ROLLEMBERG, Denise. *As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de imprensa e a ditadura (1964-1974)*. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.
- ROLLEMBERG, Denise. Carlos Marighella e Carlos Lamarca: memórias de dois revolucionários. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e Democracia 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- ROLLEMBERG, Denise. *Esquecimento das memórias*. In: MARTINS, João Roberto (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Editora UFSCar, 2006a.
- ROLLEMBERG, Denise. A ditadura civil-militar em tempo de radicalização e barbárie. 1968-1974. In: MARINHO, Francisco Carlos Palomares (Org.). *Democracia e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006b.
- ROLLEMBERG, Denise. *Memórias da Luta Armada*. Projeto de pesquisa. Rio de Janeiro, 2005.
- ROLLEMBERG, Denise. *Ditadura, Intelectuais e Sociedade: O Bem-Amado de Dias Gomes*. Disponível em: Denise Rollemborg-sitemason.vanderbilt.edu/fileshgBQDC/Denise%Rollemborg , acesso em 26/06/2011.

- SILVA, Ernani Ayrosa. *Memória de um Soldado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.
- SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. Rio de Janeiro: Edições Best Bolsa, 2007.
- SOUZA, Percival de. *Autópsia do Medo-Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Editora Globo, 2000.
- STEPAN, Alfred. *Os militares da política*. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975.
- TELES, Janaína de Almeida. *Os herdeiros da memória, a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2005.
- USTRA, Carlos Alberto. *Rompendo o Silêncio*. Brasília: Editerra Editorial, 1987.
- WALTERS, Vernon. *Missões silenciosas*. Rio de Janeiro: Editora do Exército, 1980.

### Referências eletrônicas

- O sequestro do embaixador dos EUA*. Recordando a História-TERNUMA. Disponível em: [www.ternuma.com.br](http://www.ternuma.com.br), acesso em 12/12/2010 e em 17/12/2010.
- O assassinato do Dr. Octávio Gonçalves Moreira Júnior*. Página do Ternuma. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/ternuma/index.php?open=20&data=66&tipo=2> , acesso em 30/06/2011.
- O Assassinato de Henning Albert Boilesen, Justiça, Recordando a História. Disponível em: [www.ternuma.com.br](http://www.ternuma.com.br); <http://www.ternuma.com.br/boilesen.htm> , acesso em 15/08/2010.
- Justiçamento 4 - Assassinato de Henning Albert Boilesen. Ternuma – Terrorismo nunca mais. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/ternuma/index.php?open=20&data=64&tipo=2> , acesso em 10/08/2011.
- A ALN e os justicamentos, Orvil, ALN, cap X, In: A Verdade Sufocada. Disponível em: [www.averdadesufocada.com.br](http://www.averdadesufocada.com.br), acesso em 25 de julho de 2011.
- Orvil – As tentativas de tomada do poder, p. 623. Disponível em: [www.averdadesufocada.com.br](http://www.averdadesufocada.com.br) – acesso em 12/12/2010
- Militantes políticos mortos*. Página grupo Tortura nunca mais. Disponível em: [www.torturanuncamais-rj.org.br](http://www.torturanuncamais-rj.org.br) , acesso em 13/12/2010.
- Entrevista publicada pelo jornal Tribunal de Santos, em 18/11/2007. In: *Movimento Estudantil* – Blog dos estudantes de Santos e região. Disponível em: <http://blogdoces.wordpress.com/2007/11/20/entrevista-com-o-coronel-erasmo-dias/> , acesso em 01/07/2011.

*Morre aos 95 o bibliófilo José Mindlin.* Folha online, Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u700228.shtml> - acesso em 29/06/2011) , acesso em 28/02/2010.

José Mindlin, Personalidades, Biblioteca de Cultura Popular. Disponível em: [http://www.almanaquebrasil.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=70jose-mindlin&catid=12906:literatura&Itemid=28](http://www.almanaquebrasil.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=70jose-mindlin&catid=12906:literatura&Itemid=28) , acesso em 22/06/2011.

Firestone: <http://www.bridgestone.com.br/CORPORATIVO/corporativo.aspx> , acesso em 25/06/2011

*Morre em São Paulo aos 79 anos o senador Tuma.* Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/>, acesso em 30/07/2011.

CPDOC. Verbete João Paulo Burnier. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/joao\\_paulo\\_burnier](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/joao_paulo_burnier) , acesso em 30/07/2011.

CPDOC. Verbete Marechal Amaury Kruel, comandante do II Exército em 1963-1966. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/amaury\\_kruel](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/amaury_kruel) , acesso em 30/07/2011.

CPDOC. Verbete Jacareacanga. Disponível em: [cpdoc.fgv.br/dossies/JK/artigos/Politica/Jacareacanga](http://cpdoc.fgv.br/dossies/JK/artigos/Politica/Jacareacanga), acesso em 05/08/2011.

Arlington Cemetery: <http://www.arlingtoncemetery.net/asmoura.html> , acesso em 30/07/2011.

*Um país na encruzilhada.* Revista Isto é, edição 1607, 12/07/2000. Disponível em: [http://www.istoe.com.br/reportagens/29750\\_UM+PAIS+NA+ENCRUZILHADA](http://www.istoe.com.br/reportagens/29750_UM+PAIS+NA+ENCRUZILHADA) , acesso em 25/06/2011.

*Repressão mudou a disciplina militar.* O Estado de São Paulo, Marcelo Godoy. Disponível em: [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br) , acesso em 30 de junho de 2011.

*Vitimas da esquerda deverão ser indenizadas – pensão deve ser paga a famílias de pessoas mortas por guerrilheiros durante ditadura.* O Estado de São Paulo, 20/01/2001. Disponível em: [www.exibir.com/dhumanos/estadao2001.htm](http://www.exibir.com/dhumanos/estadao2001.htm), acesso em 10/01/2012.

Depoimento do coronel Seixas Marques cmt. 6º Pel. 2ª Cia Bas Aman 6, 29/02/2009. Disponível em: <http://blog.anatolli.br/2009/02> , acesso em 21 de agosto de 2010.

*Batalha da Maria Antônio resultou na morte de um secundarista,* Folha Online, 30/04/2008, Disponível em: [www1.folha.uol.com.br/folha/Brasil](http://www1.folha.uol.com.br/folha/Brasil) , acesso em 21/12/2011.

Caderneta de Luiz Carlos Prestes. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/CarlosPrestes.php> , acesso em 12/11/2011.

ABREU, Alzira Alves de. *A imprensa e a queda de Goulart*. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A\\_imprensa\\_e\\_seu\\_papel\\_na\\_queda\\_de\\_Goulart](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_imprensa_e_seu_papel_na_queda_de_Goulart), acesso em 05/08/2011.

BARROS E SILVA, Fernando de. *Delegado faz autocrítica de prisões em 68*. Jornal Folha de São Paulo, 12/10/1993.

BOVICINO, Regis. Resenha de ALVERGA, Alex Polari de. *Inventário de Cicatrizes*. Publicado originalmente no Diário de São Paulo, 30/11/1978. Disponível em: <http://regisbonvicino.com.br/catrel.asp?c=11&t=67>, acesso em abril/2011.

CASTANHEIRA, Joaquim. *A química de Paulo Cunha*. Revista Isto é Dinheiro, 08/11/2006. Disponível em: [www.terra.com.br/istoedinheiro/477/negocios/quimica-paulo-cunha.htm](http://www.terra.com.br/istoedinheiro/477/negocios/quimica-paulo-cunha.htm), acesso em 25/07/2011.

HADDAD, Paulo. *São Paulo na economia brasileira*, O Estado de São Paulo, 17/06/2011. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,sao-paulo-na-economia-brasileira,733468,0.htm>, acesso em 18/06/2011.

LOYOLA, Leonardo, *Parecia casa. Era o Inferno*. Revista Época, 01/04/2011. Disponível em: [revistaepoca.globo.com/Revista.Epoca](http://revistaepoca.globo.com/Revista.Epoca), acesso em abril/2011.

## Fontes

### Documentos oficiais

Relatório, Divisões de Informações, CPI, DOPS - Polícia Civil de São Paulo, FLS “2”. Arquivo do Estado São Paulo. Arquivo DOPS-SP. Pasta 52-Z-28. 357.

### Entrevistas

Entrevista de Carlos Eugênio Paz a Chaim Litewsky, no Rio de Janeiro, em março de 2001.

Entrevista de Geraldo Cavagnari a Jorge José de Melo e Chaim Litewsky, em Campinas, em janeiro de 2005.

Entrevista de José Midlin a Chaim Litewsky, em São Paulo, em março de 2005.

Entrevista de Per Johns a Jorge José de Melo, em Teresópolis-RJ, em março de 2005.

Entrevista de Rafael de Falco Neto a Jorge José de Melo e Chaim Litewsky, em São Paulo, em março de 2005.

Entrevista de José Papa a Chaim Litewsky e José Carlos Asbeg, em São Paulo, em abril de 2005.

Entrevista de Tarcício Nunes Ferreira a Jorge José de Melo e Chaim Litewsky, no Rio de Janeiro, em abril de 2005.

Entrevista de Helio Bicudo a Jorge José de Melo, Chaim Litewsky e José Carlos e Asbeg, em São Paulo, em maio de 2005.

Entrevista de Dom Paulo Evaristo Arns a Jorge José de Melo, em São Paulo, em maio de 2005.

Entrevista de Henning Albert Boilesen Júnior a Jorge José de Melo, em São Vicente-SP, em junho de 2005.

Entrevista de José Paulo Bonchristiano a Jorge José de Melo e Chaim Litewsky, em São Paulo, em junho de 2005.

Entrevista de Silvio Ferraz a Chaim Litewsky, no Rio de Janeiro, em junho de 2005.

Entrevista de Cleuzer Barros a Jorge José de melo, em São Paulo em julho de 2005.

Entrevista de Erasmo Dias a Jorge José de Melo, em São Paulo, em agosto de 2005.

Entrevista de Carlos Alberto Brilhante Ustra a Jorge José de Melo, em Brasília, em agosto de 2005.

Entrevista de Dirceu Antônio a Chaim Litewsky, em São Paulo, em abril de 2006.

Entrevista de Arthur Moura a Chaim Litewsky, por telefone em NY-USA, em janeiro de 2008.

Entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Pedro Asbeg, São Paulo, março de 2008.

Entrevista de Paulo Egydio Martins a Chaim Litewsky, em São Paulo, em março de 2008.

## **Filmes**

*Cidadão Boilesen*, longa metragem, 92 minutos, direção: Chaim Litewsky, Produção: Chaim Litewsky e Palmares Produções e Jornalismo, Rio de Janeiro, 2008.

## **Jornais e Revistas**

*As seis perguntas do terror*, Revista Veja Edição 49, 13/08/1968.

*Ato explicado*, Revista Veja, edição 16, 25/12/1968.

*Mais Eficiência na luta contra o terror*, Revista Veja, edição 24, 01/01/1969.

*Os meninos que derrubaram o ministro*, Revista Veja, 22/10/1969.

*A imagem do sucesso*, Revista Veja, edição 95, 01/07/1970.

*O terror (ou a violência sem limites)*. Revista Veja, edição 137, 21/04/1971.

*A morte de um soldado*, Revista Veja, edição 299, 29/05/1974.

Revista *Veja*, edição 339, 12/02/1975.

Revista Veja, edição 355, 25/06/1975.

*O documento dos oito.* Revista Veja, Edição 513, 05/07/1978.

*Um poder à sombra.* Revista Veja, edição 545, 21/02/1979.

*Descendo aos porões e um poder à sombra.* Revista Veja, edição 546, 21/02/1979.

*A Anistia de 1979.* Revista Veja, edição 564, 27/06/1979.

*A página virada.* Revista Veja, edição 573, 29/08/1979.

*Porão Iluminado.* Revista Veja, edição 1576, 09/12/1998.

*O último dia de Boilesen.* Jornal do Brasil, 16/04/1971.

*Revolta Estéril* (editorial), Jornal do Brasil, 17/04/1971.

*Enterro de Henning teve longo acompanhamento,* Jornal do Brasil, 17/04/1971.

*Ferida aberta – a viúva de Boilesen não esquece.* Jornal do Brasil, 15/04/1987.

*O hino de Boilesen rompe o silêncio,* Jornal O Estado de São Paulo, 17/04/1971.

*Terroristas matam militar dos EUA,* Folha de São Paulo, 13/10/1968.

Folha de São Paulo, 16/04/1971.

Jornal *Venceremos*, número Um, ALN, abril de 1971.